

**Rede Europeia Anti-Pobreza  
Núcleo de Santarém**

# ONG's de Solidariedade Social

*Estudo sobre o Perfil das ONG's do Distrito de  
Santarém*



**2008**

## **Ficha Técnica**

**Título:**

“Estudo sobre o Perfil das ONG’s do Distrito de Santarém”

**Edição:**

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal

Núcleo Distrital de Santarém

CNEMA – Centro Nacional de Exposições, Lj.2-A

2001-904 Santarém

Telef.: 243306279

Fax: 243306284

E-mail: [santarem@reapn.org](mailto:santarem@reapn.org)

Site: [www.reapn.org](http://www.reapn.org)

**Autores:**

Ana Luísa Semeador – Finalista do Curso Educação Social da Escola Superior de Educação de Santarém

Andreia Frade – Finalista do Curso Educação Social da Escola Superior de Educação de Santarém

Lénia Ronca – Finalista do Curso Educação Social da Escola Superior de Educação de Santarém

**Orientadoras de Estágio:**

Dr.<sup>a</sup> Ricardina Reis – Técnica do Núcleo Distrital de Santarém

Dr.<sup>a</sup> Leonor Teixeira – Docente da Escola Superior de Educação de Santarém

**Colaboração:**

Ana Rita Redondo – Voluntária da Rede Europeia Anti-Pobreza – Núcleo Distrital de Santarém

Catarina Reis – Voluntária da Rede Europeia Anti-Pobreza – Núcleo Distrital de Santarém

**Apoios:**

Governo Civil de Santarém

**Ano:**

2008

## **Índice**

<u>Introdução.....</u>	<u>5</u>
<u>Parte I – Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Santarém.....</u>	<u>9</u>
<u>1. Enquadramento Geográfico.....</u>	<u>10</u>
<u>1.1. Localização e Caracterização.....</u>	<u>10</u>
<u>2. População.....</u>	<u>51</u>
<u>2.1. Área Total e Densidade Populacional.....</u>	<u>51</u>
<u>2.2. População residente por concelho segundo grupo etário e o sexo.....</u>	<u>52</u>
<u>2.3. Indicadores Demográficos.....</u>	<u>55</u>
<u>2.4. População estrangeira e imigrante.....</u>	<u>56</u>
<u>3. Educação.....</u>	<u>57</u>
<u>3.1. Níveis de Escolaridade da População Residente.....</u>	<u>57</u>
<u>3.2. Estabelecimentos de Ensino.....</u>	<u>57</u>
<u>3.3. Analfabetismo e Abandono Escolar.....</u>	<u>61</u>
<u>4. Saúde.....</u>	<u>62</u>
<u>4.1. Indicadores de Saúde.....</u>	<u>62</u>
<u>4.2. Infra-estruturas de Saúde.....</u>	<u>64</u>
<u>4.3. Consultas Médicas pelos Centros de Saúde .....</u>	<u>67</u>
<u>5. Habitação, Cultura e Lazer .....</u>	<u>70</u>
<u>5.1. Parque Habitacional e Edifícios .....</u>	<u>72</u>
<u>5.2. Transportes e Comunicações .....</u>	<u>72</u>
<u>5.3. Cultura e Desporto.....</u>	<u>76</u>
<u>6. Tecido Económico – Emprego.....</u>	<u>78</u>
<u>6.1. População Empregada por Sectores de Actividade.....</u>	<u>78</u>
<u>6.2. Indicadores das empresas no distrito.....</u>	<u>82</u>
<u>7. Protecção Social.....</u>	<u>86</u>
<u>7.1. Principais indicadores de protecção social.....</u>	<u>86</u>
<u>7.2. Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência .....</u>	<u>90</u>
<u>7.3. Pensões pagas pela Segurança Social.....</u>	<u>92</u>
<u>7.4. Beneficiários de subsídio de desemprego .....</u>	<u>94</u>
<u>7.5. Prestações familiares .....</u>	<u>95</u>

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

7.6. Rendimento Social de Inserção .....	100
Parte II – Perfil das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social do Distrito de Santarém.....	103
1. Aspectos Metodológicos.....	104
1.1. Delimitação do Universo de Estudo.....	104
1.2. Objecto de Estudo.....	105
1.3. Método e Administração das Técnicas de Investigação.....	105
1.4. Inquérito por Questionário.....	106
1.5. Análise Documental.....	107
2. Enquadramento Conceptual e Teórico.....	108
2.1. As Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social.....	108
2.2. Pobreza .....	112
2.3. Exclusão Social.....	116
2.4. Economia Social e o Terceiro Sector.....	119
2.5. Voluntariado .....	122
3. Análise de Dados do Distrito de Santarém Através da Aplicação do Inquérito.....	125
3.1 Caracterização Institucional.....	125
3.2 Modelos de gestão e prioridades de organização.....	135
3.3. Identificação e Caracterização dos Problemas na Área de Intervenção da Instituição.....	143
3.4. Desenvolvimento e formas de actuação, de trabalho e de intervenção.....	148
3.5. Representações sobre a Exclusão Social e formas de intervenção para a sua diminuição ou resolução.....	160
Conclusão.....	165
Bibliografia.....	169
Webgrafia.....	171
Anexos.....	172

## **Introdução**

O presente estudo de investigação, denomina-se “Perfil das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social do Distrito de Santarém” e é o produto final de um estágio curricular das discentes Ana Semeador, Andreia Frade e Lénia Ronca, realizado no Núcleo Distrital de Santarém da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal (REAPN) na licenciatura em Educação Social, ministrada na Escola Superior de Educação de Santarém.

Este estudo incide, sobretudo, na “Caracterização das Organizações Não Governamentais do Distrito de Santarém”. No entanto, na primeira parte realizou-se uma contextualização territorial, populacional e económica do Distrito. Neste âmbito, apresentar-se-ão alguns dados que possibilitam um maior conhecimento sobre esta dinâmica, onde procurámos delinear alguns traços que caracterizassem não só estes aspectos, como também ao nível da Educação, Saúde, Habitação, Cultura e Lazer, Tecido Económico, Emprego, Desemprego e Protecção Social.

A Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) representa em Portugal a European Anti Poverty Network (EAPN), consistindo numa rede de organizações não governamentais de luta contra a pobreza e exclusão social. A REAPN foi constituída a 17 de Dezembro de 1991 como entidade sem fins lucrativos, reconhecida como Associação de Solidariedade Social de âmbito nacional. Em 1995 foi reconhecida pelo Instituto de Cooperação Portuguesa como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Em 1994 iniciou um processo de territorialização através da criação de Núcleos Distritais.

*A missão da REAPN é defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil.* Esta organização tem como linhas orientadoras da sua acção a promoção de programas eficazes e inovadores que minimizem a pobreza e a exclusão social:

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

- Estimulando a participação dos indivíduos no desenvolvimento dessas acções;
- O incitamento e a dinamização de uma interacção entre as instituições, grupos e pessoas que exercem funções nas áreas da luta contra a pobreza e a exclusão social;
- A estimulação à participação das próprias pessoas que se encontram em situações de pobreza, dos trabalhadores sociais e dirigentes de instituições de solidariedade social, dos serviços e outras actividades, na organização e promulgação de um desenvolvimento cultural, económico, moral e físico das pessoas, promovendo o seu empowerment;
- A contribuição para a mobilização de outros sectores a fim de estimularem o desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de protecção social alternativas e de melhoria da qualidade de vida das pessoas, dinamizando o necessário atendimento em centros destinados a esses fins, utilizando técnicas de acção social e apoio directo para uma possível resolução dos seus problemas, para uma integração social e inserção socioprofissional.

A REAPN é constituída por uma Sede Nacional e Núcleos Distritais que têm como finalidade garantir uma relação de proximidade com os problemas, instituições e projectos existentes a nível local. Os núcleos distritais constituem espaços privilegiados de organização da sociedade civil pela lógica de uma intervenção territorializada mais próxima das populações e das realidades locais.

Os Núcleos desenvolvem a sua actividade considerando os seguintes objectivos: promover um trabalho de investigação, desenhar planos de acção tendo em atenção a realidade, estimular o trabalho inter – institucional, incentivar a participação dos cidadãos destinatários nas iniciativas e incitar à participação da sociedade nos programas de integração social.

A missão dos Núcleos é, assim, investigar e traduzir a realidade local, promovendo o debate entre associados no que diz respeito a um conjunto de temas centrais: pobreza e exclusão social, o trabalho em rede e o trabalho institucional,

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

contribuindo também para a divulgação de boas práticas assim como para a elaboração de propostas a fim de resolver problemas.

O estudo do “Perfil das ONG’s do distrito de Santarém” foi uma proposta do Núcleo Distrital de Santarém da REAPN com o objectivo de aprofundar e promover conhecimentos sobre as ONG’s do distrito, já que estas são entidades que acolhem e trabalham com pessoas vítimas de pobreza e exclusão social. Deste modo, ambiciona-se adquirir um conhecimento efectivo e representativo sobre o modo de funcionamento das instituições, das suas prioridades e necessidades.

Simultaneamente, esta investigação visa compreender, também, as representações que as ONG’s possuem sobre os fenómenos da pobreza e exclusão, ou seja, a forma como estas instituições percebem os problemas sociais, os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão, bem como os principais problemas de intervenção, as suas estratégias e metodologias de trabalho, as suas prioridades e os recursos utilizados para esse fim. É fundamentalmente um estudo que procura dar ênfase à forma como as ONG’s interpretam e respondem às problemáticas da pobreza e exclusão social.

Assim, de forma a delimitar a investigação e conceder-lhe um fio condutor com a intenção de melhor compreender e explicar a realidade/objecto de estudo, procedeu-se à elaboração das seguintes questões de partida: *Qual o verdadeiro estatuto das ONG’s? Quais as práticas que as caracterizam e que critérios as orientam? Como é representada a sua articulação com o Estado e com a sociedade e que soluções se julgam necessárias a esse respeito? Quais os problemas que existem na sociedade e quais os de solução prioritária na opinião das ONG’s? Quais as estratégias e metodologias de actuação intervenção que pensam ser as mais úteis para os resolver?* Estas são questões que vão ser estudadas na análise dos dados referidos pelas ONG’s inquiridas.

O presente trabalho de investigação foi realizado em várias etapas, procedendo-se, em primeiro lugar, à análise bibliográfica e à caracterização demográfica, social e económica do distrito de Santarém e respectivos concelhos, realizando um enquadramento geográfico da região e analisando dados relativos à população, à educação, à saúde, à habitação, cultura e lazer, ao tecido económico e à protecção social. Esta primeira parte do Estudo foi concluída em 2005 com uma edição em suporte CD, apoiada pelo Governo Civil de Santarém, sendo que o presente documento actualiza algum dos indicadores aí recolhidos.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Numa etapa posterior, foi efectuada a conceptualização teórica onde se explora conceitos sobre pobreza e exclusão social, organizações não governamentais de solidariedade social, economia social e terceiro sector e Voluntariado.

Posteriormente, passou-se à etapa da aplicação do inquérito por questionário às ONG's dos concelhos de Santarém. Depois da aplicação e recolha dos inquéritos, realizou-se o tratamento dos dados e a análise dos resultados com a finalidade de responder às hipóteses orientadoras de trabalho<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Hipóteses que serão apresentadas na segunda parte do estudo.



# **Parte I – Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Santarém**

## **Dinâmicas de Santarém**

*Caracterização Demográfica, Social e Económica do Distrito de Santarém e respectivos Concelhos em análise*



**2008**

## 1. Enquadramento Geográfico

### 1.1. Localização e Caracterização<sup>2</sup>

#### O Distrito de Santarém<sup>3</sup>



Figura 1 – Distrito de Santarém

O distrito de Santarém é o terceiro maior concelho do país e ocupa uma área territorial com cerca de 6.722,8 Km<sup>2</sup>, correspondendo a um total de 21 concelhos e com 465 599 habitantes residentes até à data 2006. Limita a Norte com o distrito de Leiria e com o distrito de Castelo Branco, a Leste com o distrito de Portalegre, a Sul com o distrito de Évora e com o distrito de Setúbal e a Oeste com o distrito de Lisboa e com o distrito de Leiria. Insere-se no fértil Vale do Tejo, entre a cordilheira

<sup>2</sup> Informação Geográfica, populacional e económica – [www.portugal.veraki.pt](http://www.portugal.veraki.pt)

<sup>3</sup> Desde 2002 que os concelhos (Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância e Coruche) do distrito de Santarém estão integrados na região estatística NUTS III do Alentejo e na sub-região estatística (NUTS III) da Lezíria do Tejo, deixando de fazer parte da antiga região de Lisboa e Vale do Tejo. Os restantes concelhos estão integrados na região Centro e na sub-região Médio Tejo.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

central e as vastas planícies alentejanas, sendo atravessado, na sua extensão, pelo rio Tejo. Este rio e a sua bacia hidrográfica constituem os grandes condicionadores do desenvolvimento económico do distrito.

O distrito é muito visitado por turistas, atraídos sobretudo pelas festas e tradições relacionadas com touros e cavalos. A tourada, a pé ou a cavalo, a par do campino, é a representação da região. Mas também a sua riqueza histórica e belezas naturais são motivo de atracção turística.

Santarém é bastante rico em património, merecendo especial destaque a Igreja da Graça, a Igreja de S. João de Alporão, a Igreja de Santa Maria de Marvila (Santarém), os Conventos de S. Francisco e de Santa Clara (Santarém).

A sua actividade económica caracteriza-se pela sua tradicional actividade agrícola que, a par da pecuária, constitui uma das principais fontes de rendimentos da população.

A indústria detém igualmente um peso significativo na economia do distrito, com as indústrias de cerâmica, construção civil, madeiras e alimentares.

Relativamente à caracterização do distrito ao nível do tecido social e respectivas problemáticas, procedemos à análise dos diagnósticos sociais formulados pela respectiva Rede Social existente em cada um dos concelhos.

Neste âmbito, são definidas como áreas prioritárias de intervenção a acção social, a educação, o emprego, a formação profissional, a habitação e a saúde.

Na globalidade do distrito as problemáticas que mais se evidenciam pelos diagnósticos sociais são: a falta de equipamentos para crianças e idosos, o insucesso e abandono escolar, o desemprego, a falta de estruturas para apoio a deficientes e os limitados meios técnicos e humanos.

Seguidamente, será apresentada a caracterização geográfica e social de cada concelho.

## O Concelho de Abrantes



Figura 2 - Abrantes

O concelho de Abrantes ocupa uma área de 714.7 km<sup>2</sup>, distribuída por 19 freguesias com 40 700 habitantes até à data de 2007, estando inserido na zona de transição das regiões da Beira Baixa, do Alto Alentejo e no extremo Norte do Ribatejo.

Caracteriza-se pelas suas irregularidades de relevo e hidrografia, proveniente sobretudo pelo rio Tejo,

podendo ser dividido em três zonas distintas: a zona do vale do Tejo, relativamente plana; a Zona Norte, de relevo acidentado; e a Zona Sul, de relevo moderadamente ondulado e com uma rede hidrográfica densa.

A actividade económica no concelho de Abrantes é bastante diversificada, sendo que coexistem no concelho actividades ligadas aos três sectores produtivos.

O sector primário tem uma importância significativa, sendo as principais produções: o azeite, o vinho, os cereais, assim como a silvicultura, sendo as espécies mais comuns o sobreiro, o pinheiro bravo e o eucalipto.

Ao nível do sector secundário, destaca-se a construção, obras públicas, a metalurgia, a metalomecânica e as indústrias de calçado, de vestuário, de têxteis, de madeira e de cortiça.

No que respeita ao tecido social, é apresentado de seguida um quadro que sintetiza as principais problemáticas sociais identificadas pela respectiva Rede Social.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	EDUCAÇÃO	HABITAÇÃO	EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL	SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de infra - estruturas sociais de base para apoio à população jovem e idosa (Creches, Jardins de Infância, Centros de Dia e Lares de 3ª Idade);</li> <li>- Algumas freguesias ainda não têm cobertura destes equipamentos sociais;</li> <li>- Más condições dos equipamentos existentes em termos físicos e materiais,</li> <li>- Insuficiência dos meios financeiros existentes que limitam qualitativa e quantitativamente os serviços prestados globalmente pelas IPSS's, nomeadamente limitações na gestão diária das Instituições;</li> <li>- Erros espaciais na distribuição dos equipamentos sociais;</li> <li>- Alguns equipamentos subaproveitados;</li> <li>- Deficiente articulação interinstitucional na prossecução de actividades, projectos ou acções de interesse comum;</li> <li>- Limitados recursos humanos, financeiros e materiais;</li> <li>- Dificuldades na construção de parcerias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da população pré-escolar e escolar;</li> <li>- Maior deslocação dos alunos das zonas rurais para as zonas urbanas;</li> <li>- Elevada taxa de analfabetismo;</li> <li>- Falta de qualificação escolar e profissional;</li> <li>- Deficiente rede de transporte escolar face ao isolamento geográfico de algumas freguesias;</li> <li>- Equipamentos escolares apresentam alguma degradação/desadaptação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação, e sobrelotação de habitações;</li> <li>- Insuficiência de habitação social;</li> <li>- Dificuldades em conseguir uma habitação com padrões mínimos de qualidade e acessíveis aos padrões de rendimento da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desajustamento no mercado de trabalho entre oferta e procura;</li> <li>- Baixas qualificações e níveis de formação;</li> <li>- Baixas competências pessoais e sociais limitadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Progressivo envelhecimento populacional;</li> <li>- Diminuição da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade;</li> <li>- Dificuldade em responder oportunamente aos pedidos e às necessidades de saúde da população utente;</li> <li>- Limitados meios humanos, técnicos e financeiros;</li> <li>- Deficiente articulação entre a dinâmica local dos Cuidados Primários de Saúde e, a organização concertada de Cuidados Hospitalares e Primários na urgência do H.D.A</li> <li>- identificação empírica de um conjunto de casos associados a Toxicodependência e HIV</li> </ul>

### **O Concelho de Alcanena**



**Figura 3 - Alcanena**

Alcanena ocupa uma área de 127.3 Km<sup>2</sup>, distribuída por 10 freguesias com 14 700 habitantes, fazendo fronteira a Este com Torres Novas, a Sul e Sudeste é limitado por Santarém, a Noroeste por Porto de Mós e a nordeste por Ourém. A Norte da Bacia do Tejo define-se pela existência de cinco subzonas, onde se destacam a Serra de Aire, o planalto de S. Mamede, o planalto de Santo António e o Polge de Mira de Aire.

Situa-se na zona de confluência do Maciço Calcário Estremenho e a bacia terciária do Tejo conferindo-lhe características geográficas e morfológicas particulares.

A nível económico, a indústria é um sector de grande importância, principalmente no que diz respeito à indústria transformadora. Quanto à actividade agrícola, as principais produções são a azeitona, os frutos secos e os cereais.

No que respeita às problemáticas sociais e eixos de intervenção locais não nos foi possível referir dados concretos, uma vez que o diagnóstico social da Rede encontra-se em actualização.

## **O Concelho de Almeirim**



**Figura 4 – Almeirim**

O concelho de Almeirim abrange uma área de 222.1 Km<sup>2</sup> e tem 22 766 habitantes divididos por quatro freguesias. A Norte, faz fronteira com o concelho de Alpiarça, a Sul com Salvaterra de Magos e Coruche, a Oeste, com Santarém e Cartaxo e a Este com Chamusca. Como elementos hidrográficos importantes, a poente, o concelho é banhado pelo rio Tejo,

sendo que integra a sub-região da Lezíria do Tejo e outro elemento é a ribeira de Muge.

Como exploração agrícola, o concelho de Almeirim tem como principais produções: os cereais, o melão e o vinho, sendo que os seus vinhedos se estendem por todo o Concelho e, o seu vinho branco é bastante apreciado e de grande valor económico. No sector secundário as indústrias extractivas e transformadoras são as principais actividades económicas.

No que concerne ao tecido social concelhio e respectivas problemáticas, estas foram identificadas pela respectiva Rede Social e estão mencionadas no quadro que se apresenta seguidamente.

## *Perfil das ONG's de Solidariedade Social - Santarém*

<b>EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>EDUCAÇÃO /FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>OUTRAS PROBLEMÁTICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de respostas para o encaminhamento de crianças e jovens em risco (10-16 anos) e de equipamentos ao nível da infância (creches);</li> <li>- Falta de respostas sociais para o idoso acamado sem núcleo familiar;</li> <li>- Falta de actividades de ocupação de tempos livres;</li> <li>- Falta de estruturas para internamento de deficientes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixo nível de escolaridade da população em geral;</li> <li>- Elevada taxa de analfabetismo e de abandono escolar;</li> <li>- Deficiência do sistema de transporte escolar;</li> <li>- Falta de espaços de ocupação de crianças e jovens;</li> <li>- Falta de qualificação profissional;</li> <li>- Difícil integração de jovens na vida activa;</li> <li>- Não continuidade dos projectos/programas existentes;</li> <li>- Falta de interesse na frequência de acções de formação bem como de formação específica por parte das direcções de IPSS's.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade no encaminhamento de toxicodependentes para tratamento e da sua (re)inserção social;</li> <li>- Falta de resposta para altas hospitalares precoces de grandes dependentes;</li> <li>- Morosidade na obtenção de consultas (listas de espera inclusive para médico de família);</li> <li>- Insuficiência de ajudas técnicas e de recursos humanos em cuidados de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Isolamento geográfico;</li> <li>- Elevado número de toxicodependentes;</li> <li>- Elevado número de imigrantes de leste sem enquadramento;</li> <li>- Insuficiente policiamento e vandalismo;</li> <li>-Existência de muitas barreiras arquitectónicas;</li> <li>- Falta de fogos de habitação social;</li> <li>-Elevado número de pessoas dependentes de apoios sociais;</li> <li>- Insuficiência de técnicos para apoio a famílias problemáticas;</li> <li>- Ausência de um voluntariado organizado.</li> </ul>



### **O Concelho de Alpiarça**



**Figura 5 – Alpiarça**

Integrado no distrito, o concelho de Alpiarça, com uma população de 8 235 habitantes, compreende uma área de 95.4 km<sup>2</sup> e é constituído por apenas uma freguesia. Situa-se na margem esquerda do rio Tejo, na planície ribatejana, sendo que em termos geográficos faz parte da Bacia Sedimentar do Tejo/Sado. No concelho predominam as superfícies planas de baixa altitude, resultado da acumulação de

materiais resultantes da confluência dos cursos de água. O principal elemento hidrográfico de Alpiarça é o rio Tejo que forma, neste concelho a vala de Alpiarça. Este é um concelho essencialmente agrícola, destacando-se nesta a fruticultura, tendo mesmo sido implantada no concelho a indústria de frutas secas.

O concelho já viveu intensamente da pesca, no entanto, actualmente são poucos os habitantes que se dedicam a esta actividade, pelos poucos rendimentos que proporciona.

A caracterização social não foi possível ser realizado uma vez que o diagnóstico social da respectiva Rede Social encontra-se em construção.

### **O Concelho de Benavente**



**Figura 6 – Benavente**

O concelho de Benavente abrange uma área de 521.4 km<sup>2</sup> distribuída por quatro freguesias, com 27 098 habitantes. Localiza-se na margem esquerda do rio Tejo, integrando a sub-região da Lezíria do Tejo e faz fronteira a Norte com o rio Tejo e o concelho de Salvaterra de Magos, a Sul, é limitado pelos concelhos de Montijo,

Alcochete e Palmela; a Nascente por Coruche e a Poente, com Vila Franca de Xira. No concelho de Benavente está integrada a Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Benavente possui óptimas condições para a agricultura e da pecuária, praticando-se uma grande variedade de culturas agrícolas que se mostram extraordinariamente produtivas. Nas campinas, pratica-se a criação de gado, em especial o toiro bravo, destinado às corridas de toiros e também, um dos mais belos cavalos do mundo, o cavalo lusitano. A indústria alimentar e metalúrgica também é das principais actividades produtivas.

O concelho de Benavente apresenta algumas problemáticas sociais, identificadas pela respectiva Rede Social, sintetizadas no quadro que se segue.

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

<b>EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO O PROFISSIONAL</b>	<b>ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE</b>	<b>OUTRAS PROBLEMÁTICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número insuficiente de creches, jardins de infantis e ATL's ;</li> <li>- Necessidade de um maior número de respostas de centros de dia, centros de noite, Unidades de Apoio Integrado (UAI), Apoio Domiciliário Integrado (ADI);</li> <li>- Ausência de centro de acolhimento temporário para crianças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desarticulação entre os vários níveis de ensino;</li> <li>- Pouco acompanhamento dos pais em relação à escola;</li> <li>- Elevado número de sucesso escolar fictício/ fraca qualidade do sucesso educativo;</li> <li>- Ausência de respostas de integração escolar e de formação para jovens desenquadrados dos estabelecimentos de ensino, especificamente sem escolaridade obrigatória e com mais de 15 anos;</li> <li>- Insuficiência de respostas para alunos com dificuldades de aprendizagem;</li> <li>- Necessidade de modernização dos equipamentos escolares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede de transportes pouco adequada à realidade, acentuando-se nos períodos de férias lectivas;</li> <li>- Estradas em mau estado;</li> <li>- Inaccessibilidade de pessoas portadoras de deficientes a serviços públicos;</li> <li>- Existência de diversas barreiras arquitectónicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de formação, supervisão e legalização de amas;</li> <li>- Necessidade de requalificação dos espaços lúdico-pedagógicos;</li> <li>- Falta de jardins de infância qualificados e com prolongamento do horário de funcionamento;</li> <li>- Ausência de uma intervenção precoce de suporte à família biológica;</li> <li>- Falta de ocupação de tempos livres para adolescentes que vão de encontro às suas reais necessidades;</li> <li>- Necessidade de reestruturar o funcionamento do EDUCATIS;</li> <li>- Falta de um incentivo a famílias de acolhimento para idosos e que proporcionem também suporte económico às famílias biológicas para poderem acolher os seus idosos;</li> <li>- Elevado número de toxicodependentes e com doenças infecto-contagiosas associadas;</li> <li>- Diversas famílias dependentes de subsídios;</li> <li>- Centralização dos serviços dentro do concelho;</li> <li>- Deficiente articulação de recursos e de circuitos de informação;</li> <li>- Falta de uma equipa multidisciplinar de intervenção precoce.</li> </ul>

### **O Concelho de Cartaxo**



**Figura 7 – Cartaxo**

O concelho do Cartaxo é limitado a Norte, pelos concelhos de Santarém e Azambuja, a Sul pela Azambuja e Salvaterra de Magos, a Nascente por Santarém e Almeirim e a Poente, por Azambuja. Ocupa uma área de 158.2 km<sup>2</sup> e 24 840 habitantes distribuídos pelas oito freguesias. Fica situado na margem direita do rio Tejo.

O sector primário detém uma importância considerável na sua vida económica, sendo que até há pouco tempo as principais produções do concelho estavam na cultura dos cereais e nas hortofrutícolas. No entanto, têm-se vindo a assistir a um desenvolvimento progressivo da indústria, bem como da actividade comercial e prestação de serviços.

A caracterização social do concelho foi elaborada pela respectiva Rede Social que realizou um diagnóstico social bastante completo das problemáticas prioritárias. O seguinte quadro apresenta as problemáticas subdivididas pelas diversas áreas de intervenção: equipamentos sociais, acessibilidades, habitação, educação, saúde, emprego e outras.

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	ACESSIBILIDADES	HABITAÇÃO	EDUCAÇÃO	SAÚDE	EMPREGO	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os jovens carecem de equipamentos para acompanhamento ao estudo, de associações juvenis, de serviços de proximidade para a mediação escolar e intervenção com famílias em risco e de um Serviço de Psicologia e Orientação nos agrupamentos (SPO);</li> <li>- Falta de estruturas que promovam o voluntariado;</li> <li>- Equipamentos sociais insuficientes e alguns a necessitarem de obras de manutenção e requalificação;</li> <li>- Tabelas salariais das IPSS com remunerações baixas;</li> <li>- Desconhecimento dos problemas de cada instituição dentro de cada freguesia;</li> <li>- Formação insuficiente por parte dos técnicos</li> <li>- Formação pouco adequada por parte dos dirigentes das instituições</li> <li>- Insuficiente número de IPSS e Entidades com competências na área da infância e juventude para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de uma rede de transporte adequada;</li> <li>- Dificuldades de mobilidade geográfica;</li> <li>- Não aprovação/ realização de programas de reabilitação urbana;</li> <li>- Dificuldade dos idosos no acesso aos transportes públicos;</li> <li>- Necessidade de eliminação de barreiras arquitectónicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inflação do mercado de arrendamento;</li> <li>- O endividamento familiar com habitação;</li> <li>- Número significativo de agregados familiares de RSI a residir em habitações degradadas e sobrelotadas;</li> <li>- Existência de habitações sem saneamento básico e sem electricidade;</li> <li>- Falta de alojamentos temporários para situações de emergência habitacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jovens em situação de insucesso e abandono escolar antes de concluída a escolaridade</li> <li>- Insuficiência de respostas dirigidas a percursos escolares com dificuldades de sucesso;</li> <li>- Verifica-se uma baixa valorização por parte dos pais no estabelecimento de regras e limites aos filhos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de acesso a consultas de especialidade a crianças e jovens (pedopsiquiatria e psicologia);</li> <li>- Alcoolismo e toxicod dependência;</li> <li>- Falta de acesso à saúde oral, a aquisição de óculos e à compra de medicamentos;</li> <li>- Carência de médicos especializados;</li> <li>- Inexistência de uma equipa de cuidados continuados integrados no centro de saúde;</li> <li>- Insuficientes extensões do centro de saúde;</li> <li>- Ausência prolongada de fisioterapeuta no centro de saúde;</li> <li>- Consumo por parte dos jovens de haxixe, álcool e tabaco;</li> <li>- Gravidez na</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desemprego de longa duração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Predominância de agregados familiares em situação de pobreza persistente;</li> <li>- Existência de casos de violência doméstica;</li> <li>- Empobrecimento das gerações mais novas;</li> <li>- Número significativo de crianças e jovens que apresentam condições de existência precárias;</li> <li>- Baixa participação social, o que origina exclusão social, solidão, baixa auto estima;</li> <li>- Desinteresse e conformismo da maioria dos titulares de RSI;</li> <li>- Envelhecimento da população e maior índice de dependência;</li> <li>- Isolamento da população idosa;</li> <li>- Idosos com pensões de baixo valor;</li> <li>- Baixo poder de compra dos idosos para aquisição de ajudas técnicas;</li> <li>- Dificuldade das famílias em apoiar os seus idosos, principalmente idosos em situações de maior dependência;</li> <li>- Crise de valores na família (desresponsabilização pelos idosos);</li> </ul>

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

<p>assumirem serem entidade promotora ou de gestão de programas do governo central nesta problemática</p> <p>-Inexistência de respostas para a população idosa com problemas de saúde mental;</p> <p>- Insuficiente animação inter-geracional;</p> <p>- Insuficiente aproveitamento dos centros de dia e de convívio;</p> <p>- Inexistência de apoio aos idosos que se encontram sozinhos nas suas residências</p> <p>- Inexistência de apoio domiciliário 24 horas por dia;</p> <p>-Insuficiência de ajudas técnicas disponibilizadas pelas IPSS;</p> <p>- Insuficiência de respostas articuladas e especializadas para pessoas em situações de dependência;</p> <p>- Insuficiente formação do pessoal que trabalha nas IPSS;</p> <p>- Falta de instituições de acolhimento para pessoas portadoras de deficiência;</p> <p>- Dificuldades de articulação entre organismos/ serviços/ entidades na elaboração dos acordos de inserção;</p> <p>- Dificuldade em integrar crianças em equipamentos de apoio à infância e</p>				<p>adolescência;</p> <p>- Falta de informação sobre doenças sexualmente transmissíveis;</p> <p>- Estigmatização das pessoas portadoras de deficiência e/ou problemas do foro da saúde mental.</p>		<p>- Dificuldade dos técnicos em trabalhar em parceria devido à acumulação de funções;</p> <p>- Mudança da política social;</p> <p>- Insuficiência de meios logísticos;</p> <p>- A ausência de programas de educação parental e de prevenção primária de negligência e abuso;</p> <p>- A insuficiência de acções de divulgação dos direitos da crianças e a escassez de famílias de acolhimento.</p>
--	--	--	--	---	--	--

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

juventude; - A existência de crianças e jovens em risco; - Fraca articulação entre o centro de saúde e as IPSS; -Articulação inter-institucional insuficiente; - Ausência de planificação de actividades integradas; - Deficiente partilha de informações entre as instituições e os beneficiários de RSI; - Interesses institucionais divergentes entre os vários parceiros; - Fraca participação de alguns parceiros; - Dificuldade por parte das IPSS em assumirem novos papéis perante novos problemas; - Inexistência de um sistema de informação que permita um trabalho em rede mais eficaz; - Falta de apoio económico para implementar actividades.						
--	--	--	--	--	--	--

## **O Concelho de Chamusca**



**Figura 8 – Chamusca**

Integrado na sub-região da Lezíria do Tejo, o concelho de Chamusca ocupa uma área de 746.0 km<sup>2</sup> partilhada por sete freguesias e 11 157 habitantes. Faz fronteira a Norte com os concelhos de Vila Nova da Barquinha e Constância, a Este com Constância, Abrantes e Montargil, a Oeste com Almeirim, Alpiarça e Golegã e a Oeste pelo rio Tejo.

O concelho é predominantemente agrícola. No sector secundário, destacam-se as indústrias de construção e obras públicas, metalurgia, metalomecânica, material eléctrico e transportes, calçado, vestuário e têxteis, alimentação e bebidas, madeira e cortiça. Por outro lado, o sector terciário e o pequeno comércio desempenha um papel bastante importante na economia concelhia.

Relativamente à área social, o diagnóstico social da Rede Social define as seguintes problemáticas sociais prioritárias:

<b>ACÇÃO SOCIAL</b>	<b>EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL/EMPREGO</b>	<b>OUTRAS PROBLEMÁTICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Existência de famílias destruturadas;</li><li>- Habitações degradadas;</li><li>- Necessidade de actividades de ocupação de tempos livres de crianças, jovens e idosos;</li><li>- Falta de lares de idosos para internamento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Baixo nível de escolarização;</li><li>- Elevado índice de analfabetismo;</li><li>- Insucesso e abandono escolar precoce;</li><li>- Falta de uma valência de escola profissional bem como de perspectivas ao nível do emprego.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Envelhecimento da população;</li><li>- Dispersão e desertificação do Concelho;</li><li>- Fracas acessibilidades exteriores e falta de uma rede de transportes públicos para a população desfavorecida.</li></ul>



### **O Concelho de Constância**



**Figura 9 – Constância**

O concelho de Constância é composto por três freguesias, ocupando uma área de 80.4 km<sup>2</sup>, pelos seus 3 793 habitantes estando integrado na sub-região do Médio Tejo. É limitado a Norte e a Este pelo concelho de Abrantes, a Sul, pelo concelho de Chamusca e a Oeste, pelo concelho de Vila Nova da Barquinha. Os principais elementos hidrográficos deste concelho são o rio Zêzere e o rio Tejo. Quanto

às actividades económicas praticadas destaca-se a indústria de papel, que obtém a matéria-prima na vasta zona florestal existente em Constância, a agricultura, o comércio e a hotelaria.

No que concerne à caracterização social, a Rede Social definiu as principais problemáticas inseridas em várias áreas de intervenção, nomeadamente: os equipamentos sociais, a habitação, o emprego, a saúde, as acessibilidades, a educação e formação profissional e outras. O seguinte quadro sintetiza esta informação.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

<b>EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>HABITAÇÃO</b>	<b>EMPREGO</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>ACESSIBILIDADES</b>	<b>EDUCAÇÃO /FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>OUTRAS PROBLEMÁTICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de equipamentos sociais para a infância, face à inexistência de creches e sobrelotação dos restantes equipamentos;</li> <li>- Sobrelotação da única estrutura de apoio à 3ª idade existente no Concelho, associada à falta de estruturas de apoio a pessoas dependentes;</li> <li>- Falta de estruturas de apoio social à comunidade, nomeadamente de um local de atendimento permanente da Segurança Social em Constância.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Habitações degradadas e sem o mínimo de condições de habitabilidade, nomeadamente inexistência de instalações sanitárias;</li> <li>- Falta de habitação social;</li> <li>- Escassez de habitações para arrendamento e elevados custos das existentes;</li> <li>- Baixo rendimento de alguns agregados familiares não permite a aquisição de habitação próprio ou arrendamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de qualificação profissional na população activa;</li> <li>- Baixas expectativas de emprego e escassez de ofertas de emprego nomeadamente para jovens formados e trabalhadores não qualificados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de um serviço de atendimento permanente;</li> <li>- Escassez de técnicos de especialidades médicas;</li> <li>- Extensas listas de espera para consultas de especialidade no Centro Hospitalar do Médio Tejo;</li> <li>- Falta de condições físicas da extensão de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de acessos para deficientes motores;</li> <li>- Inexistência de uma rede de transportes públicos;</li> <li>- Deficiente ligação dos transportes públicos aos concelhos vizinhos, nomeadamente aos serviços de saúde do Centro Hospitalar;</li> <li>- Desadequação da ponte sobre o Rio Tejo que faz a ligação das duas partes do Concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa escolaridade;</li> <li>- Elevado abandono da frequência de ensino à entrada no ensino secundário,</li> <li>- Parques escolares inadequados com falta de espaços cobertos exteriores e de melhores condições ao nível das salas e refeitório;</li> <li>- Pouco envolvimento familiar no processo educativo das crianças;</li> <li>- Não valorização das aprendizagens escolares;</li> <li>- Falta de estrutura de apoio psico-social a alunos com dificuldade de integração;</li> <li>- Ausência de uma escola profissional no Concelho e a inadequada formação oferecida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envelhecimento da população;</li> <li>- Dispersão geográfica do Concelho</li> <li>- Os munícipes exercem pouco o seu direito de cidadania, registando uma fraca participação na vida associativa, cultural e desportiva do Concelho;</li> <li>- Número significativo de famílias desestruturadas com dificuldade em gerir os seus recursos;</li> <li>- Desresponsabilização de pais sobre os projectos de vida dos filhos;</li> <li>- Problemas de alcoolismo;</li> <li>- Elevada tendência das famílias para depender de mecanismos de protecção social, designadamente do subsídio de desemprego, inibindo a predisposição para a formação e inserção profissional.</li> </ul>

### **O Concelho de Coruche**



**Figura 10 – Coruche**

Localizado na margem sul do rio Tejo, o concelho de Coruche está integrado na sub-região da Lezíria do Tejo. O concelho pode ser dividido em duas zonas diferentes: a zona do vale do Sorraia e a zona florestal, constituída essencialmente pelo montado do sobro. Este concelho possui um total de 20 191 habitantes, ocupando uma área de 1 115.7 km<sup>2</sup>,

distribuída por oito freguesias.

Faz fronteira a Norte com Almeirim e Chamusca, a Sul com Vendas Novas e Montemor-o-Novo, a Este com Ponte de Sôr, Mora e Arraiolos e a Oeste com Salvaterra de Magos e Benavente.

É um concelho predominantemente agrícola, sendo este um sector de grande importância para a população.

No que diz respeito ao sector secundário, as principais indústrias destacam-se no ramo de alimentação, tabaco, vestuário, madeiras e mobiliário, fabrico de outros minerais não metálicos (cerâmicas), produtos metálicos e fabricação de máquinas não eléctricas.

No que concerne ao tecido social, este é caracterizado pela respectiva Rede Social que apresenta as problemáticas sociais e áreas de intervenção prioritárias seguidamente enumeradas.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

<b>EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>OUTRAS PROBLEMÁTICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de aumentar e diversificar as respostas ao nível da Infância (creche e pré-escolar);</li> <li>- Promover as respostas sociais para pessoas portadoras de deficiência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de promover projectos conjuntos de sensibilização/prevenção na área das dependências (álcool e droga);</li> <li>- Alargar as respostas dos serviços de saúde;</li> <li>- Importância de reforçar as parcerias locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço da ligação da escola à comunidade através da dinamização de projectos cujo objectivo principal seja o de envolver a comunidade e parcerias locais (projectos para jovens em vias de abandonar a escola e no âmbito da prevenção de drogas e álcool)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de promover o trabalho em parceria entre as entidades com intervenção ao nível local no âmbito da formação profissional e do tecido empresarial;</li> <li>- Fomentar a criação de postos de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importância de implementar no Concelho o Programa de Realojamento em curso e programas de reabilitação habitacional;</li> <li>- Necessidade de uma intervenção em parceria e envolvendo todas as áreas sociais.</li> </ul>

## **O Concelho de Entroncamento**



**Figura 11 – Entroncamento**

O concelho do Entroncamento situa-se no vale do Tejo, integrando a sub-região do Médio Tejo. A nível administrativo pertence ao distrito de Santarém e em termos turísticos integra a Região de Turismo dos Templários. Como se insere numa região predominantemente plana e de transição entre a charneca e a zona de pinhal, o concelho abrange uma área de 13.7 km<sup>2</sup> com um total de 20 896 habitantes. É limitado a Norte e a Poente pelo concelho de Torres Novas, a Sul, pelo concelho da

Golegã e a Nascente por Vila Nova da Barquinha.

A sua economia desenvolve-se em torno da estação de comboios e praticamente não existe nenhuma actividade agrícola ou pecuária, sendo que na indústria se destacam a construção e obras públicas, a metalurgia, a metalomecânica, o material eléctrico e transportes, o calçado, o vestuário e têxteis, a alimentação e bebidas, a madeira e cortiça.

O seu tecido social apresenta diversas problemáticas definidas pela Rede Social, aquando a elaboração do diagnóstico social concelhio e que apresentamos no seguinte quadro.

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

<b>EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>EMPREGO</b>	<b>OUTRAS PROBLEMÁTICAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Falta de equipamentos para crianças (creche, jardim de infância, ATL's, OTL's);</li> <li>- Escassez de respostas em situação de emergência a pessoas sujeitas a maus tratos físicos e psicológicos, abuso, negligência e abandono.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estilos de vida pouco saudáveis;</li> <li>- Doenças sexualmente transmissíveis, o início da actividade sexual precoce e sem informação;</li> <li>-Gravidez na adolescência e o risco de vida a ela associada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escassez de emprego e empregos precários que oferecem poucas condições e um baixo rendimento;</li> <li>- Escassa sustentabilidade do mercado no sector secundário;</li> <li>- Elevada rotatividade e transitoriedade do emprego no sector terciário;</li> <li>- Reduzida qualificação profissional da população;</li> <li>- Nível de escolaridade baixo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Isolamento social de pessoas com incapacidade e dependência (idosos e/ou cidadãos portadores de deficiência);</li> <li>- No respeitante ao grupo das crianças e jovens, a não priorização do exercício das competências parentais para cuidar dos membros da família;</li> <li>- Falta de disponibilidade dos recursos humanos afectados à CPCJ para acompanhamento continuado das famílias das crianças e jovens em risco;</li> <li>- Existência de casos de pobreza envergonhada e desconhecida devido ao receio de demérito social das famílias para solicitarem ajuda;</li> <li>- Falta de prevenção primária, secundária e terciária da toxicodependência;</li> <li>- Inexistência de programas ajustados à integração das etnias;</li> <li>- Não existe uma verdadeira sinergia na organização e articulação das acções e dos diversos actores envolvidos na intervenção social (técnicos, voluntários, entre outros).</li> </ul>

## O Concelho de Ferreira do Zêzere



**Figura 12 - Ferreira do Zêzere**

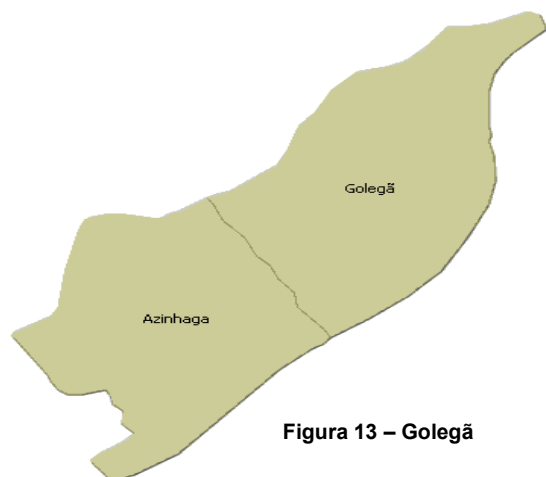
O concelho de Ferreira do Zêzere situa-se no extremo norte do Ribatejo integrado no distrito de Santarém e na Região de Turismo dos Templários (Floresta Central e Albufeiras). Com uma área de 190.4 km<sup>2</sup> e 9 233 habitantes, o concelho de Ferreira do Zêzere é composto por nove freguesias. Faz fronteira a Norte com Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos e Sertã, a Sul, com os concelhos de Vila do Rei e Sertã, a Poente, com Ourém e a Sul com Tomar. É limitado a Nascente pelo rio Zêzere, o mais importante recurso hídrico do concelho. Este rio nasce a cerca de 1900 metros de altitude, na Serra da Estrela, e desagua no Tejo, em Constância.

As principais actividades económicas são agro-pecuárias e florestais. No sector secundário destacam-se as indústrias transformadoras (madeira, carnes, rações, cerâmica e cimenteiras).

A respectiva Rede Social elaborou o diagnóstico social onde apontou como principais problemáticas sociais concelhias as seguidamente apresentadas.

EDUCAÇÃO	EMPREGO	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
- População pouco informada/estimulada com hábitos de leitura inexistentes e um baixo nível de escolaridade.	- Falta de oportunidades de emprego; - Pouca motivação para o exercício de uma actividade profissional.	- População envelhecida; - Falta de protecção e de equipamentos para a população idosa; - Diversas situações de núcleos familiares destrutturados e de negligência parental, associados também a problemas de alcoolismo; - Falta de planeamento de projectos e de cursos profissionais adequados ao território.

### **O Concelho de Golegã**



**Figura 13 – Golegã**

O concelho da Golegã abrange uma área de 76.6 km<sup>2</sup>, com os seus 5 589 habitantes e apenas duas freguesias. Situa-se numa planície, na região da Estremadura e Ribatejo e sub-região da Lezíria do Tejo, sendo banhado pelos rios Tejo e Almonda. Faz fronteira a Norte com os concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, a Sul, com Santarém e

Chamusca, a Oeste, com Santarém e a Este com Chamusca.

No que diz respeito à vida económica do concelho de Golegã, é tradicional a intensa actividade agrícola que é ainda hoje a base da sua economia. Nas culturas permanentes, o olival, alguns pomares de pessegueiros e citrinos, a vinha, são as principais actividades. O sector secundário tem-se vindo também a desenvolver, com a criação de algumas indústrias, sobretudo na área da metalomecânica agrícola que, no contexto global do concelho constitui, fundamentalmente, uma parte importante do suporte operativo da actividade agrícola.

O tecido social do concelho foi estudado e aprofundado pela respectiva Rede Social aquando a elaboração de um diagnóstico social, onde foram definidas as problemáticas prioritárias e as áreas de intervenção.



## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

SAÚDE	HABITAÇÃO	EMPREGO	EDUCAÇÃO	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de encaminhamento de doentes para consultas de especialidade e existência de utentes não acompanhados nas especialidades de psicologia clínica, fisioterapia, terapia ocupacional, higiene oral e estomatologia;</li> <li>- Elevado número de pessoas com problemas de alcoolismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Habitações degradadas e sem condições de habitabilidade;</li> <li>- Mercado de arrendamento inflacionado;</li> <li>- Habitações devolutas e necessidade de habitações e outros edifícios adaptados a pessoas com mobilidade reduzida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desemprego no Concelho;</li> <li>- Existência de emprego precário;</li> <li>- Excessiva dependência do sector primário;</li> <li>- Insuficiência de competências profissionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indisciplina familiar a par da escolar;</li> <li>- Existência de jovens sem ocupação;</li> <li>- Consumo precoce de substâncias psicoactivas;</li> <li>- Desmotivação, insucesso e abandono escolar</li> <li>- Dificuldades no encaminhamento de crianças menos vocacionadas para os estudos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Famílias disfuncionais, caracterizadas pela insuficiência de competências parentais;</li> <li>- Falta de regras e valores;</li> <li>- Alimentação inadequada;</li> <li>- Casos de violência doméstica;</li> <li>- População em risco de pobreza e exclusão social, com dificuldades na aquisição de alguns bens e serviços essenciais.</li> <li>- O isolamento social afecta em particular a população idosa e/ou dependente, sem família ou com família ausente, registando-se uma insuficiência de respostas e de equipamentos para os mesmos;</li> <li>- Ao das respostas sociais e do trabalho em rede verifica-se uma comunicação inter-institucional insuficiente;</li> <li>- Crise do voluntariado e do associativismo e, a desarticulação do objecto das instituições em relação à realidade actual do concelho e às necessidades futuras;</li> <li>- População concelhia apresenta uma adesão reduzida aos serviços, infra-estruturas e eventos que são proporcionados.</li> </ul>

## **O Concelho de Mação**



O concelho de Mação possui 7 419 habitantes, ocupa uma área de 400.8 km<sup>2</sup>, distribuída por oito freguesias e insere-se na Zona Centro, sub-região do Pinhal. Faz fronteira a Norte com os concelhos de Vila do Rei, Sertã e Proença-a-Nova, a Nascente com Vila Velha de Ródão e Nisa, a Poente, com Sardoal e Vila do Rei e a Sul, com Abrantes, Gavião e com o rio

Tejo. As mais importantes serras deste concelho são: o Bando dos Santos, o Bando de Codes, a Serra de Santo António, a Serra da Amendôa, a Serra da Galega e a Serra das Águas Quentes, as Serras da Alfeijoeira, a Serra do Casal e a Serra do Moledo.

É de destacar como monumento a visitar a Estação Arqueológica Romana de Vale de Junco no concelho de Mação.

No que refere à economia local, a população activa de Mação dedica-se essencialmente à agricultura, com a produção de vinho e o azeite, à silvicultura, aos lanifícios e ao desenvolvimento de uma indústria, a que não falta a matéria-prima: a de serração. No sector secundário as indústrias alimentares na produção de presuntos e salsicharia são as mais significativas.

Quanto à área social, a Rede Social definiu diversas problemáticas no concelho, subdivididas pelas seguintes áreas interventivas: equipamentos sociais, habitação, saúde, educação, emprego/formação profissional, alcoolismo, entre outras. O seguinte quadro sintetiza as problemáticas sociais.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	HABITAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	EMPREGO / FORMAÇÃO PROFISIONAL	ALCOOLISMO	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta creches;</li> <li>- Falta de equipamentos para crianças em risco;</li> <li>- Ausência de uma resposta nocturna de apoio social aos idosos;</li> <li>- Falta de respostas ao nível da deficiência;</li> <li>- Falta de lares para idosos;</li> <li>- Falta de respostas ao nível da saúde mental;</li> <li>- Falta de recursos humanos qualificados na acção social, saúde e educação;</li> <li>- Deficiente articulação inter-institucional;</li> <li>- Insuficiência de ocupação dos tempos livres;</li> <li>- Fraca gestão da informação a partilhar e divulgar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação/Abandono/Desaquedação das habitações;</li> <li>- Mercado de arrendamento muito inflacionado;</li> <li>- Desordenamento urbanístico;</li> <li>- Falta de higiene no cuidado da habitação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de uma extensão do centro de saúde;</li> <li>- Carência ao nível de farmácias e posto de medicamentos;</li> <li>- Dificuldade de Acesso aos cuidados de saúde;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa escolaridade;</li> <li>- Abandono/Absentismo/Insucesso Escolar;</li> <li>- Mobilidade docente;</li> <li>- Desmotivação dos alunos;</li> <li>- Insuficiência de apoios educativos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desajuste entre a procura e a oferta formativa;</li> <li>- Dificuldade dos formandos se integrar em por turnos;</li> <li>- Desajuste entre a oferta e a procura de emprego;</li> <li>- Pouca fixação de profissionais qualificados;</li> <li>- Desemprego maioritariamente feminino;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desertificação, êxodo rural e isolamento da população;</li> <li>- Envelhecimento da população;</li> <li>- Baixa taxa da natalidade;</li> <li>- Pouca fixação de jovens no concelho;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de um programa de prevenção ao nível do alcoolismo;</li> <li>- Iliteracia no planeamento; Incêndios;</li> <li>- Falta de sensibilidade para as questões ambientais;</li> <li>- Deficiente cobertura ao nível do saneamento básico;</li> <li>- Falta de tratamento de esgotos;</li> <li>- Deficiente e inadequada rede de transportes;</li> <li>- Falta de acessibilidades;</li> <li>- Acessos em mau estado;</li> <li>- Subaproveitamento das infra-estruturas desportivas;</li> <li>- Falta de projectos de vida;</li> <li>- Violência doméstica;</li> <li>- Ausência de redes de suporte primárias;</li> <li>- Dificuldades na gestão doméstica;</li> <li>- Hábitos de vida pouco saudáveis;</li> <li>- Falta de recursos económicos nos agregados familiares;</li> <li>- Dificuldades de acesso às residências das pessoas portadoras de deficiências e idosos;</li> <li>- Isolamento da população idosa;</li> <li>- Toxicodependência;</li> </ul>

## **O Concelho de Ourém**



**Figura 15 – Ourém**

Situado na parte noroeste do distrito de Santarém, o concelho de Ourém abrange uma área de 416.5 km<sup>2</sup> e tem 50 183 habitantes distribuídos por 18 freguesias. É limitado a Poente pelos concelhos de Batalha e Leiria, a Norte por Pombal, a Nascente, com os concelhos de Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar e a Sul, com os concelhos de Torres Novas e Alcanena, nomeadamente com o

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

No que diz respeito à economia, esta caracteriza-se pela sua estrutura produtiva tipicamente rural, mas com predomínio da actividade dos serviços, sobretudo do pequeno comércio e da hotelaria.

A agricultura é sobretudo de cariz familiar, sendo as principais produções o vinho, o azeite, os cereais para grão, as batatas e as leguminosas. Na indústria, destacam-se o ramo das madeiras e imobiliário, bem como actividades relacionadas com a construção civil. O Santuário Mariano de Fátima com uma boa e dimensionada rede de equipamentos hoteleiros provoca no concelho grandes fluxos de turismo religioso.

O diagnóstico da Rede Social deste concelho encontra-se em construção pelo que não nos foi possível referir quais as problemáticas que mais se evidenciam.

### **O Concelho de Rio Maior**



**Figura 16 – Rio Maior**

O concelho de Rio Maior insere-se na zona de transição entre o Ribatejo e o Litoral, pertencendo à região natural de "Estremadura Ribatejana" e sub-região da Lezíria do Tejo. Este concelho tem 21 778 habitantes numa área de 272,8 km<sup>2</sup>. Ocupa uma área de <sup>2</sup> São várias as linhas de água que percorrem o território deste concelho, a mais importante das quais aquela que lhe dá o nome, Rio Maior. Faz fronteira a Norte com o concelho de Alcobaça, a Este, com Santarém, a Sul a

Azambuja e a Oeste com os concelhos de Caldas da Rainha e Cadaval. O concelho é limitado a Norte pela Serra dos Candeeiros e o recurso natural de Rio Maior são as salinas da Fonte da Bica.

A sua economia predominantemente agrícola, destaca-se as principais produções: a vinha na encosta, a oliveira, alguns cereais de grão e hortícolas nos vales da bacia do Rio Maior. A actividade florestal nas zonas de serra, a avicultura e suinicultura detêm também bastante importância.

No que respeita à caracterização social, a respectiva Rede Social definiu diversas áreas de intervenção e problemáticas prioritárias, apresentadas no seguinte quadro.

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

<b>PROBLEMAS SOCIAIS NO GERAL</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>CULTURA ORGANIZACIONAL</b>	<b>HABITAÇÃO</b>	<b>EMPREGO</b>	<b>TEMPOS LIVRES</b>	<b>ESTRUTURAS SOCIAIS DE APOIO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa adesão da população idosa aos apoios existentes;</li> <li>- Problemas sócio-familiares (relações familiares degradadas);</li> <li>- Falta de ocupação de tempos livres para os jovens;</li> <li>- crise de valores no seio da família,</li> <li>- inexistência de formação cívica, baixo nível de educação das crianças e jovens,</li> <li>- toxicodependência na adolescência,</li> <li>- famílias desenraizadas (vivendo no concelho não se sentem de cá),</li> <li>- dificuldade em trabalhar em equipa (s),</li> <li>- falta de grupos intergeracionais,</li> <li>- falta de qualidade na alimentação e</li> <li>- inexistência de apoio a famílias disfuncionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de formação profissional;</li> <li>- Baixa formação profissional e motivação dos formandos;</li> <li>- Falta de escolas-oficinas;</li> <li>- Falta de formação profissional para minorias discriminadas;</li> <li>- Desajuste entre a formação realizada e os interesses das empresas,</li> <li>- Analfabetismo;</li> <li>- Desorganização da Rede Escolar e da estrutura curricular;</li> <li>- Abandono escolar precoce;</li> <li>- Baixo nível de participação cívica e cultural da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de coordenação no apoio aos idosos;</li> <li>- Falta de estudos prospectivos que indiquem recentes cenários das características da população;</li> <li>- Ausência de interacção entre as instituições/falta de comunicação;</li> <li>- Falta de informação dos meios disponíveis;</li> <li>- Falta de Informação âmbito da rede social e acesso à sua intervenção e descoordenação dos vários serviços sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de local para pernoitar em casos pontuais;</li> <li>- Falta de uma gestão urbanística;</li> <li>- desajuste do Plano Director Municipal;</li> <li>- Falta de habitação social;</li> <li>- Escassez de recursos financeiros da Autarquia para apoio à construção e recuperação de casas degradadas e com poucas condições de habitabilidade;</li> <li>- Necessidade de regularização das escrituras dos Bairros Sociais o que impede a utilização das casas devolutas;</li> <li>- Incumprimento do pagamento das rendas das habitações sociais;</li> <li>- Elevado preço das rendas das casas;</li> <li>- Falta de divulgação e informação à população dos apoios existentes ao nível de recuperação, e beneficiação das habitações e gestão desorganizada dos Bairros Sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio às famílias desempregadas;</li> <li>- Falta de apoio aos empresários e funcionários em caso de falência;</li> <li>- Taxa de desemprego elevada;</li> <li>- Falta de formação profissional (trabalhadores e empresários);</li> <li>- Desajuste entre a oferta e procura de emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouca animação social e cultural;</li> <li>- Falta de qualidade das actividades dos ATL;</li> <li>- Falta de espaços para ATL;</li> <li>- Falta de espaços de lazer, actividades culturais, convívio;</li> <li>- Falta de espaço adequado numa das valências de ATL.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de residência para deficientes;</li> <li>- Falta de apoio a pessoas dependentes;</li> <li>- Falta de equipamentos sociais para idosos dependentes;</li> <li>- Falta de estruturas de voluntariado;</li> <li>- Carência no apoio aos idosos;</li> <li>- Falta de cuidados de saúde primários;</li> <li>- Falta de prevenção na saúde;</li> <li>- Falta de apoio domiciliário em certos serviços;</li> <li>- Falta de cuidados continuados;</li> <li>- Ausência de residências nocturnas;</li> <li>- Inexistência de um centro de recursos de solidariedade integrado;</li> <li>- Carências de alimentação;</li> <li>- Dificuldade na integração social dos Imigrantes.</li> </ul>

## Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém

### O Concelho de Salvaterra de Magos



Figura 17 – Salvaterra de Magos

No que concerne à área social, a Rede Social deste concelho diagnosticou as seguintes problemáticas como prioritárias:

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	NECESSIDADES	EDUCAÇÃO	EMPREGO	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Escassez de respostas para a 1ª infância, sobretudo em termos de creche;</li><li>- Falta de equipamentos de Apoio a Idosos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Necessidade de reforçar as dinâmicas de parceria, o sistema de informação e monitorização.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Abandono/ insucesso Escolar;</li><li>- Falta de entendimento entre as escolas e a comunidade, não otimizando recursos ou sinergias.</li><li>- Desempregados com baixa escolaridade e sem um ofício /sem uma formação específica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Falta de oferta de emprego;</li><li>- Nº significativo de indivíduos desfavorecidos em situação de desemprego e sem qualificação sócio-profissional;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Violência Intra familiar;</li><li>- Falta de competências parentais;</li><li>- Integração Social de Imigrantes;</li><li>- Excesso de Consumos Tóxicos.</li></ul>

## O Concelho de Santarém



Figura 18 – Santarém

Santarém é a sede do distrito e integra-se na sub-região da Lezíria do Tejo, com uma área de 560.2 km<sup>2</sup>, distribuída por vinte e oito freguesias, num total de 64 054 habitantes.

O concelho de Santarém faz fronteira a Norte com Porto de Mós, Alcanena e Torres Novas, a Sul com o Cartaxo e Almeirim, a Leste com a Golegã, Chamusca e Alpiarça e a Oeste com Rio Maior e Azambuja. No limite norte do concelho, a serra constitui uma barreira contra os

ventos frios do quadrante norte, influenciando assim nas características climáticas do concelho.

O rio Tejo é o principal elemento hidrográfico do concelho, no entanto existem uma extensa rede de canais e valas para rega e drenagem que nele desaguardam, bem como diversos rios e ribeiros. Entre estes últimos, destacam-se como mais importantes o rio Maior, o rio Alviela e a ribeira de Santo António.

No sector secundário destacam-se a indústria extractiva de argila, areias e sobretudo pedra (calcário, mármore entre outras); a indústria transformadora que abrange as indústrias agro-alimentar, de madeiras e de curtimento e a construção civil.

No que respeita à caracterização social, a Rede Social identificou diversas problemáticas agrupadas em áreas de intervenção, apresentadas seguidamente.



## *Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

EDUCAÇÃO	EMPREGO	HABITAÇÃO	DEMOGRAFIA	TOXICODEPENDÊNCIA	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de analfabetismo superior à média nacional;</li> <li>- Aumento da taxa de analfabetismo em quatro freguesias rurais;</li> <li>- Existência de escolas do ensino básico com reduzido número de alunos e alunos de anos diferentes na mesma sala de aula;</li> <li>- Diminuição, embora lenta, do número de crianças e jovens inscritos nos diversos níveis de ensino (com a excepção do pré- escolar, ainda em fase de expansão), em resultado do processo de envelhecimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Menor peso das indústrias transformadoras em relação à média nacional;</li> <li>- Maior peso no emprego das actividades de comércio, reparação auto e bens de uso pessoal e doméstico, com fraca motricidade económica, em relação à média nacional;</li> <li>- Baixa taxa de actividade nas freguesias rurais do concelho;</li> <li>- Baixas qualificações médias dos trabalhadores;</li> <li>- Taxa de desemprego feminino cerca de 2 pontos percentuais acima da masculina, tal como em todo o país;</li> <li>- Desemprego elevado na população com escolaridade equivalente ao terceiro ciclo do ensino básico e secundário;</li> <li>- Elevada taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos;</li> <li>- Peso significativo do desemprego de longa duração em dos desempregados que desistiram de procurar emprego;</li> <li>- Crescimento do desemprego registado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Persistência de casas abarracadas, embora em decréscimo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fraco dinamismo demográfico, com depressão nas freguesias rurais, com menor crescimento da cidade de Santarém do que dos concelhos mais próximos de Lisboa e com uma taxa de natalidade inferior à média nacional e uma taxa de mortalidade superior;</li> <li>- Isolamento das pessoas – particularmente os idosos - num quadro de tendência para a diminuição média de pessoas por família;</li> <li>- Atracção populacional e económica da AML (saldo migratório negativo, com saldo muito negativo na freguesia de Abitureiras).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzido número de acções de prevenção da toxicodependência, em relação à dimensão aparente do fenómeno;</li> <li>- Elevada prevalência do consumo de droga na população em meio escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cobertura insuficiente da rede de esgotos/ saneamento e tratamento de águas residuais;</li> <li>- Carácter informal das associações, reduzida dimensão e associativismo “part - time”.à média nacional;</li> <li>- Situação laboral das pessoas com deficiência;</li> <li>- Acção social concentrada no apoio à infância e terceira idade;</li> <li>- Processos problemáticos de inserção de imigrantes e suas famílias;</li> <li>- Emergência de focos territoriais problemáticos, não a partir de bairros urbanos degradados de bairros antigos e de casos de habitação degradada nas freguesias rurais;</li> <li>- Estabilização dos indicadores do registo de crimes, em contraste pela negativa com a diminuição em LVT e pela positiva com o Continente;</li> <li>- Centralização das associações em torno da “cultura popular”;</li> <li>- Peso do factor “alteração de rendimentos”;                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- Peso dos pensionistas na população residente, superior ao verificado no Continente e na RLVT;</li> </ul> </li> <li>- Existência de um número relevante de crianças em risco;</li> <li>- Perigo de se verificar quebra de confiança entre instituições da rede de solidariedade;</li> <li>- Prevalência elevada do RSI num pequeno número de freguesias;</li> </ul>

### **O Concelho de Sardoal**



**Figura 19 – Sardoal**

Sardoal é um concelho localizado no extremo Norte do mesmo, fazendo fronteira a Norte, com o concelho de Vila do Rei, a Nascente, com Mação e a Sul e Poente com o concelho de Abrantes. O Sardoal tem 3 897 habitantes numa área de 92.1 km<sup>2</sup>, distribuída por quatro freguesias.

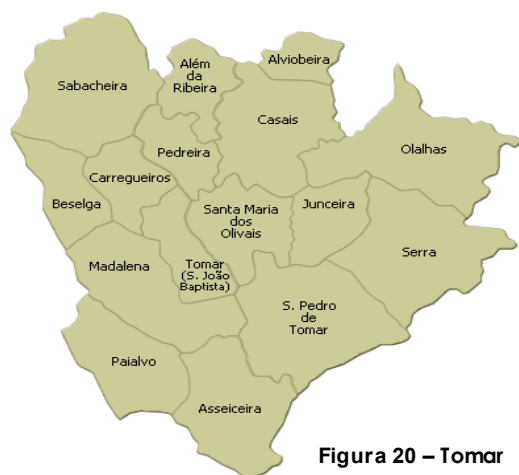
Quanto às actividades económicas de maior importância evidenciam-se a silvicultura, a olivicultura, a serração de madeiras, a serralharia, a indústria de plásticos, a indústria de carnes, a construção civil, os lagares de

azeite e o comércio. No que concerne à área social, a Rede Social do concelho realizou o diagnóstico social onde identifica as principais problemáticas sociais agrupadas em áreas de intervenção. O seguinte quadro sintetiza a referida informação.

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	NECESSIDADES	HABITAÇÃO	EDUCAÇÃO	EMPREGO	DEMOGRAFIA	ALCOOLISMO	OUTRA PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência da valência de ATL;</li> <li>- Inexistência de um Centro de Apoio a Idosos Dependentes;</li> <li>- Escassez de equipamentos sociais, existindo apenas um que apresenta listas de espera em lar;</li> <li>- Número significativo de pessoas portadoras de deficiência que carecem de um centro com esta valência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade da existência de SAP – Serviço de Atendimento Permanente- no âmbito da saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escassez de fogos para alugar a preços acessíveis;</li> <li>- Franja considerável da população a viver em condições precárias de habitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível de escolaridade baixo;</li> <li>- Fraca formação profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escassa oferta de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decréscimo populacional;</li> <li>- Envelhecimento demográfico;</li> <li>- Migração dos jovens e população activa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % significativa de população que sofre de alcoolismo;</li> <li>- Vários casos de alcoolismo, que constituem um desafio para os serviços de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de famílias em situação de grave carência económica enquadradas na medida de R.S.I. e de outros subsídios;</li> <li>- Número significativo de crianças com necessidades educativas especiais;</li> <li>- Existência de famílias pobres a necessitar de apoio psico-social, orientação doméstica e económica e de educação para a saúde e higiene;</li> <li>- Escassez de técnicos da área social;</li> <li>- Várias situações de doentes crónicos;</li> <li>- Aumento da dependência do concelho relativamente aos mercados de trabalho extra-concelhios, devido ao encerramento de algumas unidades industriais locais;</li> <li>- Acentuada dependência de duas ou três entidades empregadoras, sendo que a principal é a Câmara Municipal;</li> <li>- Falta de qualificação da mão-de-obra disponível;</li> <li>- Debilidade da estrutura empresarial;</li> <li>- O sector primário não tem características que lhe permitam ser um potencial empregador, nomeadamente para as camadas mais jovens;</li> <li>- O sector secundário está extremamente dependente de duas ou três unidades industriais de reduzido peso em termos de mão-de-obra ocupada;</li> <li>- O sector terciário tem como principais empregadores os pequenos estabelecimentos.</li> </ul>

## **O Concelho de Tomar**



**Figura 20 – Tomar**

O concelho de Tomar, com 42 575 habitantes, ocupa uma área de 351.2 km<sup>2</sup>, distribuída por 16 freguesias e encontra-se situado na margem direita do rio Nabão, sendo limitado a Sudoeste pelas serras d'Aire e Candeeiros, a Norte, com o concelho de Ferreira do Zêzere, a Oeste com Ourém e Torres Novas e a Este com o concelho de Abrantes e a Sul pelo de Vila Nova da Barquinha.

A estrutura a nível económico baseia-se na actividade industrial, sendo as principais indústrias de papel e artes gráficas, madeira e mobiliário e produtos minerais não metálicos e na actividade agrícola.

O sector terciário oferece o turismo religioso e monumental, comércio a retalho, serviços e administração pública.

O tecido social do concelho é caracterizado por um conjunto de problemáticas sociais e de áreas de intervenção, diagnosticadas pela respectiva Rede Social e apresentadas no quadro que se segue.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	NECESSIDADES	EDUCAÇÃO	SAÚDE	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de respostas adequadas às famílias e crianças na primeira infância (dos 3 meses aos 6 anos) e de jardins de Infância;</li> <li>- Falta de actividades ocupacionais para adultos deficientes e de um Lar Residencial para acolhimento da população deficiente em idade adulta;</li> <li>- Falta de Unidades Residenciais para Idosos;</li> <li>- Inexistência de respostas para a população idosa com problemas de saúde mental;</li> <li>- Inexistência de uma unidade de cuidados intensivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de apoio e suporte às famílias, nomeadamente no que refere à primeira infância, deficiência e população idosa;</li> <li>- Necessidade de Apoio Domiciliário Integrado 24 horas por dia;</li> <li>- Necessidade de formação continua específica para os funcionários das instituições;</li> <li>- Necessidade de incutir a responsabilização e preparação das famílias para cuidar dos idosos;</li> <li>- Existência de famílias destruturadas e a necessidade de um projecto/ programa de apoio e orientação familiar;</li> <li>- Necessidade de apoio e acompanhamento individualizado dos alunos problemáticos, havendo uma intervenção conjugada entre o meio, a família e a escola;</li> <li>- Necessidade de interacção institucional (trabalho em rede).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Absentismo e insucesso escolar;</li> <li>- Falta de interesse parental pelas actividades lectivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alcoolismo e a necessidade de uma educação para a saúde;</li> <li>- Existência de distúrbios alimentares;</li> <li>- Inexistência de educação para a saúde;</li> <li>- Consumo de substâncias aditivas;</li> <li>- Consumo de tóxicos (novas drogas) e a necessidade de prevenção junto dos jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixos rendimentos das famílias;</li> <li>- Baixo nível de formação pessoal;</li> <li>- Falta de orientação doméstica e habitacional;</li> <li>- Má gestão monetária e dependência contínua de subsídios e ajudas;</li> <li>- Incapacidade de uma gestão eficiente dos recursos.</li> </ul>

## **O Concelho de Torres Novas**



**Figura 20 – Torres Novas**

O concelho de Torres Novas abarcando uma área de 270.0 km<sup>2</sup>, com 37 180 habitantes distribuídos por 17 freguesias, faz fronteira a Norte com os concelhos de Tomar, a Sul pelos concelhos de Santarém e Golegã e a Este pelos concelhos de Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Tomar. A Noroeste, o concelho é limitado pela Serra D'Aire, sendo percorrido pelo rio Almonda em toda a sua extensão.

No sector secundário, as indústrias de papel, têxtil, alimentar e metalomecânica predominam nas suas actividades económicas enquanto o sector primário destaca-se a produção de milho

os vinhedos e a reserva natural do Paúl do Boquilobo, o olival e os frutos frescos.

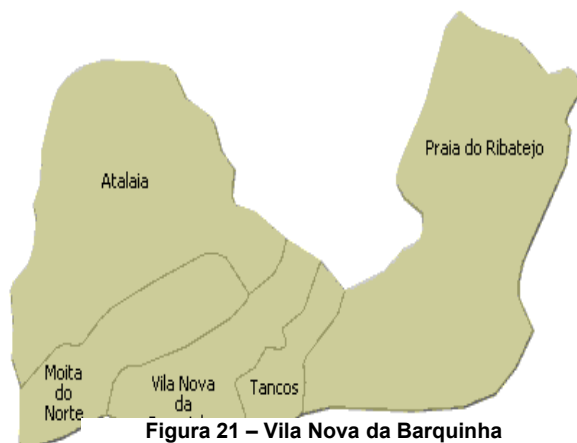
As actividades terciárias têm vindo a crescer gradualmente tornando-se também um sector com especial relevo.

No que respeita à caracterização social, a Rede Social do concelho identificou as principais problemáticas e áreas de intervenção, apresentadas no quadro que se segue.

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	HABITAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO	EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL	OUTRAS PROBLEMÁTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de um Centro de Emergência Social;</li> <li>- Falta de apartamentos de reinserção para reclusos ou outra população;</li> <li>- Inexistência de casa de apoio para vítimas de violência doméstica;</li> <li>- Falta de residência para estudantes/jovens em risco;</li> <li>- Falta de instituições para doentes infecto-contagiosos;</li> <li>- Falta de projectos/instituições de apoio a pessoas dependentes (acamados ou não);</li> <li>- Falta de projectos/equipamentos de apoio às pessoas com problemas do foro psiquiátrico/neurológico e difícil acesso às consultas de saúde mental;</li> <li>- Falta de apoio/equipamentos (lares sociais), para idosos com carências económicas;</li> <li>- Falta de um banco alimentar em articulação com o Quadro Comunitário de Apoio Alimentar</li> <li>- Falta de ATL's;</li> <li>- Falta de respostas para crianças e jovens, no período de férias;</li> <li>- Falta de equipamentos educativos dos 0 aos 3 anos – creches;</li> <li>- Falta de respostas sociais na área da deficiência e reabilitação;</li> <li>- Falta de recursos humanos na Acção Social;</li> <li>- Inexistência e/ou morosidade da articulação entre serviços e organizações;</li> <li>- Falta de voluntários e visitantes sociais organizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de habitação social;</li> <li>- Elevado n.º de famílias carenciadas com habitação própria degradada;</li> <li>- Falta de habitações com rendas baixas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de acesso aos Cuidados de Saúde Primários, por falta de recursos humanos;</li> <li>- Falta de consultas de estomatologia (dentista social);</li> <li>- Falta de rede de transportes para doentes/famílias do Centro Hospitalar do Médio Tejo, S.A.;</li> <li>- Elevado n.º de pessoas sem médico de família, com necessidades de apoio domiciliário, fora da zona urbana.</li> <li>- Elevado n.º de toxicodependentes;</li> <li>- Elevado n.º de adolescentes que iniciam o consumo de drogas;</li> <li>- Elevado n.º de pessoas com problemas de álcool;</li> <li>- Alcoolismo – jovens como alvo de marketing.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Absentismo escolar elevado;</li> <li>- Elevado n.º de pessoas com baixa alfabetização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desemprego;</li> <li>- Reduzida ligação ensino / emprego;</li> <li>- Falta de empresas de inserção profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuidade comprometida da intervenção familiar em meio prisional, com a extinção do projecto existente;</li> <li>- Famílias numerosas pobres;</li> <li>- Gravidez não desejada na adolescência;</li> <li>- Falta de transportes públicos;</li> <li>- Acessibilidades não tratadas – barreiras arquitectónicas;</li> <li>- Falta de condições das redes viárias entre as zonas rurais e o centro urbano;</li> <li>- Falta de saneamento básico nas aldeias.</li> </ul>

### **O Concelho de Vila Nova da Barquinha**



**Figura 21 – Vila Nova da Barquinha**

Integrado na lezíria ribatejana num total de, o concelho de Vila Nova de Barquinha pertence, em termos administrativos, ao distrito de Santarém, abrangendo uma área de 49.6 km<sup>2</sup> e com 8 050 habitantes. Faz fronteira a Norte, com o Concelho de Tomar, a Sul com o de Chamusca e pela Golegã, a Oeste, pelo Entroncamento e a

Este pelo concelho de Constância.

Vila Nova da Barquinha é limitada a Sul e a Nascente por dois importantes cursos de água, os rios Tejo e Zêzere, o que facilitou o tráfego fluvial, o grande responsável pelo desenvolvimento deste concelho.

Devido à sua localização, no centro geográfico de uma tradicional região industrial, o concelho de Vila Nova da Barquinha detém a sua maior potencialidade económica nos sectores secundários e terciários e as actividades a eles associados.

O sector terciário está ligado ao turismo e aos quartéis militares de Tancos, enquanto as suas principais indústrias são as transformadoras de azeite, a serralharia e as indústrias de olaria, cerâmica e tanoaria. Quanto à agricultura, as principais explorações são dedicadas aos produtos hortícolas, e o olival enquanto na pecuária, destaca-se a criação de gado suíno e ovino.

No que concerne ao tecido social, a Rede Social diagnosticou com principais problemáticas e áreas de intervenção as apresentadas no quadro que se segue.



## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

<b>&lt;EQUIPAMENTOS SOCIAIS</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>HABITAÇÃO</b>	<b>NECESSIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de serviços e equipamentos de apoio à população toxicodependente;</li> <li>- Inexistência de serviços e equipamentos de apoio a indivíduos com doença mental;</li> <li>- Inexistência de estruturas de apoio aos novos fenómenos sociais;</li> <li>- Inexistência de Centro de acolhimento para jovens;</li> <li>- Listas de espera para as valências de lar, creche e jardim-de-infância;</li> <li>- Insuficiência de equipamentos para a população deficiente portadora de deficiências motoras e visuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de apenas um centro de saúde;</li> <li>- A população idosa é quem mais recorre aos serviços do centro de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adivinham-se novas zonas de expansão urbana;</li> <li>- Existência na zona histórica, de prédios a necessitar de obras de conservação;</li> <li>- Inexistência de um mercado de arrendamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de criação de um centro nocturno onde os idosos possam pernoitar;</li> <li>- Necessidades de edificação de um equipamento de retaguarda que acolha idosos que recebem alta hospitalar e não possam estar nas suas residências habituais;</li> <li>- Necessidade de uma maior cultura corroborativa entre instituições e serviços que permita mobilizar recursos e concretizar oportunidades locais.</li> </ul>

❖ Divisão do Distrito de Santarém

Segundo o Anuário Estatístico de 2006 da região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico de 2006 da região Alentejo (Lezíria do Tejo) publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, os Concelhos do Distrito de Santarém encontram-se divididos por NUTS.

NUT III	Concelhos	NUT III	Concelhos	NUT III	Concelhos
<b>Lezíria do Tejo</b>	Almeirim Alpiarça Benavente Cartaxo Chamusca Coruche Golegã Rio Maior Salvaterra de Magos Santarém	<b>Médio Tejo</b>	Abrantes Alcanena Constância Entroncamento Ferreira do Zêzere Ourém Sardoal Tomar Torres Novas Vila Nova da Barquinha	<b>Pinhal Interior Sul</b>	Mação

## 2. População

### 2.1. Área Total e Densidade Populacional

**Quadro I: Território – Área total, População Residente e Densidade Populacional**

Nível territorial	Área Km <sup>2</sup>	População Residente	Densidade Populacional
<b>PORTUGAL</b>	<b>92 090,1</b>	<b>10 599 095</b>	<b>119, 0</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>1 904,8</b>	<b>41 599</b>	<b>21,8</b>
Mação	400,0	7 419	18,5
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>2 306,0</b>	<b>231 207</b>	<b>100,3</b>
Abrantes	714,7	40 700	56,9
Alcanena	127,3	14 700	115,4
Constância	80,4	3 793	47,2
Entroncamento	13,7	20 896	22
Ferreira do Zêzere	190,4	9 233	48,5
Ourém	416,6	50 183	120,5
Sardoal	92,1	3 897	42,3
Tomar	351,2	42 575	121,2
Torres Novas	270	37 180	137,7
Vila Nova da Barquinha	49,6	8 050	162,4
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>4 275,0</b>	<b>248 721</b>	<b>58,2</b>
Almeirim	222,1	22 766	102,5
Alpiarça	95,4	8 235	86,3
Benavente	121,4	27 098	52
Cartaxo	158,2	24 840	157
Chamusca	746	11 157	15
Coruche	1 115,7	20 191	18,1
Golegã	76,6	5 589	72,9
Rio Maior	272,8	21 778	79,8
Salvaterra de Magos	243,9	21 265	87,2
Santarém	560,2	64 054	114,3

Segundo o Anuário Estatístico da Região Centro, os concelhos que apresentam uma maior área geográfica, são os de Abrantes (714,7 km<sup>2</sup>), seguido de Ourém (416,6 km<sup>2</sup>) e Mação com 400,0 km<sup>2</sup> sendo que o concelho mais pequeno é o de Entroncamento.

Relativamente à população residente, os concelhos com o número de habitantes mais elevado são Ourém (50 183), Tomar (42 575) e Abrantes com 40 700 habitantes respectivamente. No entanto, a sub-região Lezíria do Tejo, onde se integram os restantes concelhos do distrito de Santarém apresenta uma área geográfica mais extensa e mais populosa, o que também se deve ao facto de Santarém (capital do Distrito) estar incluída na mesma.

Deste modo, os concelhos com valores mais elevados a nível geográfico são o de Coruche (1 115,7 km<sup>2</sup>), Santarém (560,2km<sup>2</sup>) e Rio Maior com 272, 8 km<sup>2</sup> e a nível populacional são o de Santarém (64 054), Benavente (27 098) e Cartaxo com 24 840 habitantes.

Assim, podemos constatar que os concelhos com características mais rurais registam os índices de menor densidade populacional, facto que se contrapõe à densidade populacional nos concelhos de cariz mais urbano.

## **2.2. População residente por concelho segundo grupo etário e o sexo**

Comparando os dados apresentados no seguinte quadro referentes à população residente segundo os grupos etários e o sexo, (Quadro II), podemos verificar que até aos 14 anos, o concelho de Santarém é o que têm valores mais altos (8 969) e em segundo lugar surge Ourém (7 601). O Sardoal é o concelho onde se verifica população menos jovem (459) e Mação apresenta valores aproximados (720). É de salientar também que, todos os concelhos têm mais população do sexo masculino nestas idades. No grupo dos 15-24 anos Santarém continua a ser o concelho com mais população (7 038), seguido de Ourém novamente com 6 427. Constância é o concelho com menos população (433) destas idades, sendo que também é o único que tem mais mulheres do que homens. De seguida, o Sardoal com 445 habitantes é o que ostenta valores iguais (226) tanto de mulheres como de homens. Dos 25-64 anos, o concelho de Santarém é o mais representativo com 34

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

693 habitantes e também o que tem mais população feminina. Novamente o Sardoal com 1 948 habitantes e Constância com 2 042 habitantes são os concelhos com menos população. No entanto, há que referir que existe um maior número de concelhos com mais população feminina e o mesmo acontece com idades mais avançadas (a partir dos 65 anos). Nesta categoria continua a ser Santarém o concelho com mais população (13 354), seguido de Abrantes com 9 671 habitantes e Constância com valores mais baixos (777).

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**Quadro II: Estimativas da População Residente por concelho, segundo os grandes Grupos Etários e o Sexo 31/12/2006**

Nível Territorial	0-14 anos			15-24 anos			25-64			65 e mais anos			Total		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
<b>Portugal</b>	<b>1 637 637</b>	<b>839 999</b>	<b>797 638</b>	<b>1 265 531</b>	<b>645 506</b>	<b>620 025</b>	<b>5 867 310</b>	<b>2 880 680</b>	<b>2 986 630</b>	<b>1 828 617</b>	<b>763 752</b>	<b>1 064 865</b>	<b>10 599 095</b>	<b>5 129 937</b>	<b>5 469 158</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>4 472</b>	<b>2 293</b>	<b>2 179</b>	<b>4 561</b>	<b>2 323</b>	<b>2 238</b>	<b>19 810</b>	<b>10 232</b>	<b>9 578</b>	<b>12 756</b>	<b>5 192</b>	<b>7 564</b>	<b>41 599</b>	<b>20 040</b>	<b>21 559</b>
Mação	720	383	337	662	345	317	3 308	1 727	1 581	2 729	1 105	1 624	7 419	3 560	3 859
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>31 620</b>	<b>16 254</b>	<b>15 366</b>	<b>26 615</b>	<b>13 542</b>	<b>13 542</b>	<b>123 555</b>	<b>61 504</b>	<b>62 051</b>	<b>49 417</b>	<b>20 442</b>	<b>28 975</b>	<b>231 207</b>	<b>111 742</b>	<b>119 465</b>
Abrantes	4 999	2 632	2 367	4 251	2 181	2 070	21 779	11 025	10 754	9 671	4 003	5 668	40 700	19 841	20 859
Alcanena	1 924	981	943	1 788	954	834	8 009	4 052	3 957	2 979	1 242	1 737	14 700	7 229	7 471
Constância	541	279	262	433	212	221	2 042	1 006	1 036	777	327	450	3 793	1 824	1 969
Entroncamento	3 452	1 789	1 663	2 194	2 194	1 085	11 681	5 662	6 019	3 569	1 571	1 998	20 896	1 824	10 765
Ferreira do Zêzere	1 150	598	552	1 105	572	533	4 518	2 304	2 214	2 460	980	1 480	9 233	4 454	4 779
Ourém	7 601	3 855	3 746	6 427	3 201	3 226	26 365	13 032	13 333	9 790	4 030	5 760	50 183	24 118	26 065
Sardoal	459	242	217	445	226	226	1 948	1 023	925	1 045	408	637	3 897	1 899	1 998
Tomar	5 621	2 878	2 743	4 906	2 530	2 376	22 663	11 132	11 531	9 385	3 816	5 569	42 575	20 356	22 219
Torres Novas	4 847	2 491	2 356	4 212	2 112	2 100	20 195	10 028	10 167	3 248	3 248	4 678	37 180	17 879	19 301
Vila Nova da Barquinha	1 026	509	517	854	445	409	4 355	2 240	2 115	1 815	817	998	8 050	4 011	4 039

<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>35 007</b>	<b>18 020</b>	<b>16 987</b>	<b>27 220</b>	<b>14 060</b>	<b>13 160</b>	<b>135 416</b>	<b>67 807</b>	<b>67 609</b>	<b>51 078</b>	<b>21 672</b>	<b>29 406</b>	<b>248 721</b>	<b>121 559</b>	<b>127 162</b>
Almeirim	3 316	1 667	1 649	2 330	1 199	1 131	12 534	6 163	6 371	4 586	1 900	2 686	22 766	10 929	11 837
Alpiarça	1 066	561	505	781	430	351	4 435	2 236	2 199	1 953	785	1 168	8 235	4 012	4 223
Benavente	4 699	2 468	2 231	3 094	1 622	1 472	14 793	7 389	7 404	4 512	2 005	2 507	27 098	13 484	13 614
Cartaxo	3 506	1 811	1 695	2 770	1 457	1 313	13 750	6 902	6 848	4 814	2 052	2 762	24 840	12 222	12 618
Chamusca	1 214	618	596	1 259	640	619	5 955	3 068	2 887	2 729	1 133	1 596	11 157	5 459	5 698
Coruche	2 343	1 159	1 184	1 966	972	994	10 523	5 244	5 279	5 359	2 347	3 012	20 191	9 722	10 469
Golegã	734	373	361	658	331	327	3 012	1 461	1 538	1 198	461	737	5 589	2 626	2 963
Rio Maior	3 178	1 670	1 508	2 637	1 368	1 269	11 869	5 903	5 966	4 094	1 766	2 328	21 778	10 707	11 071
Salvaterra de Magos	2 972	1 504	1 468	2 382	1 225	21 778	11 669	5 810	5 859	4 242	1 788	2 454	21 265	10 327	10 938
Santarém	8 969	4 639	4 330	7 038	3 635	3 403	34 693	17 105	17 588	13 354	5 473	7 881	64 054	33 202	33 202

## 2.3. Indicadores Demográficos

**Quadro III: Indicadores da População<sup>4</sup>**

Nível Territorial	Taxa de crescimento natural (%)	Taxa bruta de natalidade (%)	Taxa bruta de mortalidade (%)	Taxa de fecundidade de geral (%)	Índice de envelhecimento (Nº)	Índice de longevidade (Nº)	Esperança média de vida à nascença (Anos)
<b>Portugal</b>	<b>0,03</b>	<b>10</b>	<b>9,6</b>	<b>40,4</b>	<b>111,7</b>	<b>44,9</b>	<b>78,5</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>-1,19</b>	<b>5,9</b>	<b>17,9</b>	<b>30</b>	<b>285,2</b>	<b>54,2</b>	<b>77,4</b>
<b>Mação</b>	-1,68	6,3	23,1	36,2	379	57,9	...
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>-0,32</b>	<b>8,4</b>	<b>11,6</b>	<b>35,8</b>	<b>156,3</b>	<b>48,5</b>	<b>78,7</b>
<b>Abrantes</b>	-0,61	7,7	13,8	34,9	193,5	51,1	...
<b>Alcanena</b>	-0,29	7,5	10,5	32,5	154,8	49,4	...
<b>Constância</b>	0,05	12,1	11,6	50,7	143,6	49,3	...
<b>Entroncamento</b>	0,33	10,5	7,2	41,5	103,4	40,4	...
<b>Ferreira do Zêzere</b>	-0,78	8,2	16	37,8	213,9	52,9	...
<b>Ourém</b>	-0,15	8,7	16	35	128,8	47,8	...
<b>Sardoal</b>	-1,25	5,1	17,6	24	227,7	58,3	...
<b>Tomar</b>	-0,5	7,6	12,6	32,8	167	58,3	...
<b>Torres Novas</b>	-0,29	9	11,9	38,3	163,5	48,1	...
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	-0,12	7,9	9,1	35,9	176,9	42	...
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>-0,2</b>	<b>9,5</b>	<b>11,5</b>	<b>41,3</b>	<b>145,9</b>	<b>46,3</b>	<b>78,3</b>
<b>Almeirim</b>	-0,11	10,3	11,4	44,6	138,3	45,9	...
<b>Alpiarça</b>	-0,55	9,2	14,7	44,3	183,2	51,7	...
<b>Benavente</b>	0,3	12	9	49,7	96	40,2	...
<b>Cartaxo</b>	-0,26	9,1	9	38,8	137,3	46,4	...
<b>Chamusca</b>	-0,78	6,4	14,2	29,6	224,8	46,9	...
<b>Coruche</b>	-0,51	8,5	13,6	29,6	228,7	45,5	...
<b>Golegã</b>	-0,7	6,8	13,7	29,3	163,2	49,7	...
<b>Rio Maior</b>	-0,15	9,8	11,2	40,3	128,8	44,9	...
<b>Salvaterra de Magos</b>	-0,08	9,6	10,4	41,2	128,8	44	...
<b>Santarém</b>	-0,24	9,2	11,6	39,3	148,9	49,3	...

<sup>4</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de População por município.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

No quadro III, podemos constatar que, segundo alguns indicadores demográficos relativos às sub-regiões analisadas, todos os concelhos apresentam um crescimento natural negativo, com excepção de dois concelhos, Benavente e Entroncamento. É de salientar que Ferreira do Zêzere e Chamusca com valores iguais (-0,78%) são os concelhos com uma taxa mais negativa.

Quanto à taxa bruta de natalidade, em termos percentuais, Constância (12,1%) apresenta um valor favorável relativamente aos restantes concelhos. No entanto, a taxa bruta de mortalidade verifica-se em concelhos mais rurais com Mação (23,1%) e Sardoal (17,6%) respectivamente.

Comparando com o território nacional, os concelhos apresentados possuem um índice de envelhecimento bastante elevado com predominância para Mação (379), verificando-se uma situação idêntica no que respeita ao índice de longevidade.

Em relação à esperança média de vida, os concelhos apresentam um valor idêntico ao esperado comparativamente ao nível nacional.

## **2.4. População estrangeira e imigrante**

Actualmente, segundo alguns dados recolhidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pode-se comprovar que no distrito de Santarém residem cerca de 40 mil estrangeiros. Desde 2001 o número de imigrantes a residir na região aumentou sete vezes. A maior comunidade continua a ser de cidadãos oriundos de países da Europa do Leste, mas começa-se a assistir a um aumento da entrada de brasileiros. Há quatro anos o SEF de Santarém tinha emitido entre três mil a quatro mil autorizações de permanência na região. Os restantes vêm das antigas colónias portuguesas em África e do Brasil. O director da delegação regional do SEF de Santarém, inspector António Duarte<sup>5</sup>, sublinha que “(...) actualmente a maioria das pessoas que pedem o visto de permanência nesta zona são brasileiros. Até 2003, altura em que houve um acordo luso-brasileiro que propunha facilitar a entrada de cidadãos para fins laborais, quase todos os que se dirigiam ao SEF de Santarém para tratar da papelada para poderem residir na região eram ucranianos, moldavos, romenos... E a comunidade maior de países africanos era de Cabo Verde, o que ainda se mantém.”

<sup>5</sup> Informação recolhida em [www.sef.pt](http://www.sef.pt) e no jornal “O Mirante” em [semanal.omirante.pt](http://semanal.omirante.pt), em Abril de 2008



### **3. Educação**

#### **3.1. Níveis de Escolaridade da População Residente**

No que concerne aos níveis de escolaridade da população residente (quadro IV), nos anos 2005/2006, o nível de ensino atingido pela maior parte da população é o ensino básico, no entanto uma parte significativa também concluiu o ensino secundário. O concelho de Ourém é um exemplo de maior frequência desse nível de ensino. É de realçar que a maioria dos concelhos apresenta uma taxa de escolarização bastante favorável comparativamente ao nível nacional. Todos os concelhos, com excepção de Coruche, apresentam uma evolução favorável ao longo dos três ciclos. Destaca-se também que, após a conclusão do 3º ciclo, Almeirim, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Santarém apresentam uma taxa mais elevada na obtenção do nível secundário através de cursos tecnológicos. Tal pode dever-se ao facto de actualmente existir uma grande oferta desses cursos, o que também justifica que, algumas pessoas que não querem seguir um curso superior optam por obter o secundário com um curso profissional.

#### **3.2. Estabelecimentos de Ensino**

Em relação aos estabelecimentos de ensino segundo o nível de ensino ministrado (Quadro V), verifica-se que existem mais estabelecimentos públicos do que privados em todo o território nacional, daí que o mesmo aconteça nos concelhos analisados. Desse modo é de realçar que no Médio Tejo existem mais estabelecimentos públicos no nível de ensino pré-escolar, 1º ciclo e ensino secundário enquanto na Lezíria do Tejo existem mais estabelecimentos para o 2º e 3º ciclo de ensino

Ao nível pré-escolar, Santarém apresenta uma maior oferta (36 estabelecimentos) tanto público como privado, enquanto no 1º ciclo é Ourém que se destaca com 74 estabelecimentos públicos. Ao nível privado para além da existência de poucas escolas, somente o Entroncamento apresenta um número mais elevado.

No 2º e 3º ciclo, Santarém destaca-se com 5 e 6 escolas públicas respectivamente e Ourém com 3 escolas privadas.

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Quanto ao ensino secundário, Abrantes é o concelho que oferece mais escolas públicas e Ourém com mais escolas privadas (4 em cada concelho).

**Quadro IV: Níveis de Escolaridade da População<sup>6</sup>**

Nível Territorial	Taxa de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário		
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos
	2005/2006									
<b>Portugal</b>	<b>78,6</b>	<b>116,6</b>	<b>99,5</b>	<b>10,7</b>	<b>4,4</b>	<b>10,7</b>	<b>19,2</b>	<b>68,9</b>	<b>70,2</b>	<b>64,4</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>104,6</b>	<b>122,2</b>	<b>87,2</b>	<b>6,9</b>	<b>2,7</b>	<b>5,4</b>	<b>13,2</b>	<b>69,8</b>	<b>68,1</b>	<b>77,5</b>
<b>Mação</b>	108,0	132,4	41,8	13,4	4,5	8,1	26,9	83,6	81,6	87,0
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>97,2</b>	<b>115,8</b>	<b>127,4</b>	<b>8,5</b>	<b>3,6</b>	<b>8,3</b>	<b>14,8</b>	<b>68,7</b>	<b>70,6</b>	<b>63,1</b>
<b>Abrantes</b>	94,1	111,9	109,9	11,6	4,7	16,9	18,2	66,4	70,5	44,7
<b>Alcanena</b>	102,2	124,8	87,3	9,2	3,7	12,4	13,6	88,5	90,2	84,3
<b>Constância</b>	142,2	132,5	0,0	9,8	1,2	8,2	23,3			
<b>Entroncamento</b>	72,5	107,7	192,3	5,9	3,5	8,3	7,8	79,7	79,7	0,0
<b>Ferreira do Zêzere</b>	112,3	106,9	60,6	13,8	0,0	7,7	36,6	73,5	73,5	0,0
<b>Ourém</b>	100,3	121,3	160,2	5,8	3,2	3,4	9,9	56,0	54,1	58,6
<b>Sardoal</b>	119,0	146,4	100,9	14,0	6,1	8,2	27,5	70,2	72,4	64,3
<b>Tomar</b>	99,6	115,2	118,1	8,7	4,9	7,0	15,0	77,9	78,1	77,2
<b>Torres Novas</b>	103,1	115,8	126,7	8,5	2,5	8,6	16,5	74,1	75,7	68,1
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	80,5	91,7	85,6	12,1	4,0	11,5	23,4	81,9	81,9	0,0
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>85,6</b>	<b>116,9</b>	<b>92,0</b>	<b>12,4</b>	<b>6,0</b>	<b>13,4</b>	<b>20,8</b>	<b>64,2</b>	<b>64,9</b>	<b>59,6</b>
<b>Almeirim</b>	93,2	111,7	102,7	13,1	5,4	14,3	23,4	75,9	75,7	81,8
<b>Alpiarça</b>	99,5	101,8	64,4	14,6	9,6	16,5	21,3	70,4	72,7	56,3
<b>Benavente</b>	63,5	112,4	69,6	16,4	5,7	20,5	29,7	69,2	70,8	56,4
<b>Cartaxo</b>	67,1	116,4	59,9	9,6	3,7	11,5	17,0	38,9	37,7	44,1
<b>Chamusca</b>	107,5	109,2	60,3	10,5	7,0	4,0	18,3	53,4	52,8	55,9
<b>Coruche</b>	97,9	120,9	93,3	13,5	7,9	20,3	16,6	75,8	74,8	100,0
<b>Golegã</b>	97,0	123,8	40,7	14,2	4,5	6,6	32,6	60,8	60,8	0,0
<b>Rio Maior</b>	91,3	119,3	118,2	9,4	6,0	8,7	14,7	69,4	72,4	61,9
<b>Salvaterra de Magos</b>	82,0	124,5	132,3	9,5	3,6	9,8	17,8	60,4	59,8	66,7
<b>Santarém</b>	88,7	120,2	112,6	12,1	5,7	11,8	20,9	61,7	61,3	64,4

<sup>6</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de educação por município.

**Quadro V: Estabelecimentos de Ensino, segundo o Nível de Escolaridade<sup>7</sup>**

Nível Territorial	Educação pré-escolar		Ensino Básico						Ensino secundário	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo			
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Portugal	4.716	2.142	7.711	523	893	247	1.198	291	561	365
NUT III Pinhal Interior Sul	33	5	60	0	6	2	6	2	5	3
Mação	11	0	12	0	1	0	1	0	1	0
NUT III Médio Tejo	174	31	246	10	19	4	28	4	14	9
Abrantes	27	8	37	2	3	0	5	0	4	0
Alcanena	13	2	15	0	2	0	3	0	1	0
Constância	5	1	6	0	1	0	1	0	0	0
Entroncamento	3	4	4	3	1	0	2	0	1	3
Ferreira do Zêzere	11	1	15	0	1	0	1	0	1	0
Ourém	41	5	74	1	3	3	4	3	1	4
Sardoal	6	0	7	0	1	0	1	0	1	0
Tomar	31	3	43	2	3	0	5	0	2	1
Torres Novas	30	7	37	2	2	1	4	1	2	1
Vila Nova da Barquinha	7	0	8	0	2	0	2	0	1	0

<sup>7</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Estabelecimentos de Educação/ensino por município, segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional do estabelecimento, 2005/2006.

**Quadro VI: Estabelecimentos de Ensino, segundo o Nível de Escolaridade<sup>8</sup>**

Nível Territorial	Educação pré-escolar		Ensino Básico						Ensino secundário	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo			
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
NUT III Lezíria do Tejo	116	33	194	2	24	1	33	2	12	6
Almeirim	11	3	9	0	2	0	3	0	1	0
Alpiarça	4	1	4	0	1	0	1	0	1	0
Benavente	7	2	10	0	3	0	4	0	1	0
Cartaxo	6	2	14	0	2	0	3	0	1	0
Chamusca	9	1	10	0	1	0	1	0	1	0
Coruche	12	3	19	0	2	0	3	0	1	1
Golegã	2	1	2	0	1	0	1	0	1	0
Rio Maior	23	1	33	0	2	0	3	0	1	1
Salvaterra de Magos	4	3	9	0	2	0	3	0	1	1
Santarém	36	11	65	2	5	1	7	2	2	3

<sup>8</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Estabelecimentos de Educação/ensino por município, segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional do estabelecimento, 2005/2006.

### **3.3. Analfabetismo e Abandono Escolar<sup>9</sup>**

O distrito de Santarém apresenta uma quebra na população escolar, sendo o ensino secundário um dos níveis mais atingidos. Constatase, também, uma grande necessidade de criar medidas que minimizem o insucesso escolar e a saída prematura antes do 9º ano do sistema educativo.

Estes dados são consequência da diminuição da população mais jovem devido à redução da taxa de natalidade e de fecundidade. Outro dos problemas do distrito está relacionado com as elevadas taxas de analfabetismo existentes, notoriamente nas populações mais idosas, com maior enfoque em pessoas do sexo feminino e nos locais mais pobres.

No que diz respeito ao abandono escolar, o distrito de Santarém regista melhorias. Contudo, verifica-se outro fenómeno, o insucesso escolar, pois constata-se uma elevada taxa do número de retenções. As sub-regiões do Médio Tejo e Lezíria do Tejo demonstram uma distribuição idêntica ao nível de ensino pela população, sendo apenas de destacar que o Médio Tejo revela um número um pouco maior de residentes que possuem o 1º Ciclo, enquanto na Lezíria do Tejo o nível de literacia é consideravelmente mais baixo. Com estes dados podemos inferir que, ao nível da educação, os dados levantam algumas inquietações devido ao baixo nível de ensino atingido e atendendo a que se está muito longe das escolaridade obrigatória. A população adulta do distrito tem maioritariamente 4 anos de escolaridade. Em comparação com a situação portuguesa verifica-se que, a nível da educação do distrito, revela-se semelhante à situação geral em Portugal, embora o distrito de Santarém possua um maior número de pessoas que não têm qualquer nível de ensino.

---

<sup>9</sup> Fonte: Estudo de caracterização sócio-económica do distrito de Santarém – 2001 REAPN

## 4. Saúde

### 4.1. Indicadores de Saúde

**Quadro VII: Principais Indicadores de Saúde<sup>10</sup>**

<b>Nível Territorial</b>	<b>Enfermeiros por 1000 habitantes</b>	<b>Médicos por 1000 hab.</b>	<b>Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes</b>	<b>Internamentos por 1000 hab.</b>	<b>Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde</b>	<b>Consultas por habit.</b>	<b>Camas por 1000 hab. nos estabelecimentos de saúde</b>	<b>Taxa de ocupação das camas</b>
	<b>N.º</b>							<b>%</b>
<b>Portugal</b>	<b>4,6</b>	<b>3,4</b>	<b>0,3</b>	<b>116,5</b>	<b>1.938,8</b>	<b>3,9</b>	<b>3,6</b>	<b>75,5</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>1,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>5,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3,8</b>	<b>0,4</b>	<b>57,6</b>
<b>Mação</b>	1,7	0,4	0,7	0,0	0,0	3,1	0,0	0
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>3,6</b>	<b>1,4</b>	<b>0,3</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>
<b>Abrantes</b>	6,5	2,0	0,4	0,0	0,0	3,3	0,0	0
<b>Alcanena</b>	1,1	0,7	0,3	...	...	...	...	...
<b>Constância</b>	1,1	0,5	0,8	...	...	...	...	...
<b>Entroncamento</b>	1,6	1,8	0,2	...	...	...	...	...
<b>Ferreira do Zêzere</b>	1,0	0,2	0,4	0,0	0,0	3,4	0,0	0
<b>Ourém</b>	0,8	0,7	0,4	0,0	0,0	2,9	0,0	0
<b>Sardoal</b>	0,3	1,0	0,5	0,0	0,0	2,7	0,0	0
<b>Tomar</b>	4,1	1,9	0,3	...	...	...	0,0	...
<b>Torres Novas</b>	7,6	1,8	0,3	0,0	0,0	3,2	0,0	0
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	0,8	0,5	0,4	0,0	0,0	3,9	0,0	0

<sup>10</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de saúde por município.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>2,9</b>	<b>1,7</b>	<b>0,3</b>	<b>67,2</b>	<b>27,4</b>	<b>3,2</b>	<b>1,6</b>	<b>81,1</b>
<b>Almeirim</b>	0,7	1,5	0,2	0,0	0,0	2,1	0,0	0
<b>Alpiarça</b>	1,5	1,1	0,4	0,0	0,0	1,8	0,0	0
<b>Benavente</b>	0,9	0,8	0,2	0,0	0,0	3,3	0,0	0
<b>Cartaxo</b>	0,9	1,4	0,3	0,0	0,0	2,6	0,0	0
<b>Chamusca</b>	1,5	0,7	0,9	0,0	0,0	3,2	0,0	0
<b>Coruche</b>	1,0	0,9	0,3	0,0	0,0	3,6	0,0	0
<b>Golegã</b>	1,8	1,2	0,5	0,0	0,0	4,0	0,0	0
<b>Rio Maior</b>	1,1	0,9	0,2	0,0	0,0	2,0	0,0	0
<b>Salvaterra de Magos</b>	0,7	0,6	0,3	0,0	0,0	3,1	0,0	0
<b>Santarém</b>	8,3	3,6	0,4	259,3	27,4	4,6	6,1	81,1

A Saúde é um dos valores mais importantes para o ser humano e o que mais se preza na sociedade actual. Contudo, nem todos os cidadãos têm as mesmas condições de acesso aos serviços que a prestam, assim como a estilos de vida mais saudáveis. Na verdade, uma das grandes vulnerabilidades de algumas pessoas é a escassez de recursos económicos para investir neste domínio.

O quadro VI apresenta os principais indicadores de Saúde por município, onde podemos constatar que o concelho de Santarém é o que apresenta em média, um maior número de enfermeiros (8,3), médicos (3,6) e onde se realiza mais consultas (4,6) por mil habitantes. Números bastante favoráveis relativamente os restantes concelhos. As farmácias e postos de medicamentos são um dos indicadores que apresentam valores praticamente homogéneos (média de uma por mil habitantes).

No que respeita aos internamentos, intervenções de grande e média cirurgia e ocupação de camas por 1000 habitantes, nos estabelecimentos de saúde, os valores correspondem exclusivamente a Santarém, ou seja, como é capital de distrito, os restantes concelhos dirigem-se ao seu hospital.

## **4.2. Infra-estruturas de Saúde**

O quadro seguinte (VII) representa os Centros de Saúde e respectivas extensões por concelho. É de realçar que os centros de saúde existentes nos concelhos não fazem internamento, mas todos com excepção de Alpiarça possuem extensões, sendo que Santarém apresenta 23 extensões e Rio Maior 10 extensões.

Quanto ao pessoal de serviço (médicos e enfermeiros), existe mais médicos e enfermeiros na Lezíria do Tejo do que no Médio Tejo. Santarém tem ao seu dispor 164 e no Médio Tejo destaca-se Ourém com 135. Constância e Sardoal são os concelhos com menos pessoal ao serviço.



*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**Quadro VIII: Centros de Saúde e as suas extensões<sup>11</sup>**

Nível Territorial	Total	Com internamento	Sem internamento	Extensões	Dias de internamento	Pessoal ao serviço		
						Total	Médicos	Pessoal de enfermagem
<b>Portugal</b>	<b>379</b>	<b>60</b>	<b>319</b>	<b>1 930</b>	<b>227 856</b>	<b>30 015</b>	<b>7 357</b>	<b>8 008</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>37</b>	<b>3 361</b>	<b>205</b>	<b>34</b>	<b>63</b>
<b>Mação</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>5</b>	<b>17</b>
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>95</b>	<b>0</b>	<b>654</b>	<b>139</b>	<b>174</b>
<b>Abrantes</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>106</b>	<b>23</b>	<b>29</b>
<b>Alcanena</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>57</b>	<b>9</b>	<b>13</b>
<b>Constância</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
<b>Entroncamento</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>13</b>	<b>12</b>
<b>Ferreira do Zêzere</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>9</b>
<b>Ourém</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>135</b>	<b>27</b>	<b>40</b>
<b>Sardoal</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
<b>Tomar</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>103</b>	<b>26</b>	<b>29</b>
<b>Torres Novas</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>103</b>	<b>24</b>	<b>26</b>
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>8</b>

<sup>11</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Centros de Saúde e as suas extensões por município. Consultas médicas pelos Centros de Saúde dos concelhos, segundo a especialidade por município (quadro seguinte).

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Nível Territorial	Total	Com internamento	Sem internamento	Extensões	Dias de internamento	Pessoa l ao serviço	Total	Médicos Pessoal de enfermagem
Portugal	379	60	319	1 930	227 856	30 015	7 357	8 008
NUT III Lezíria do Tejo	11	0	11	72	0	799	158	216
Almeirim	1	0	1	5	0	74	13	19
Alpiarça	1	0	1	0	0	22	4	7

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

<b>Benavente</b>	1	0	1	5	0	77	14	25
<b>Cartaxo</b>	1	0	1	7	0	81	17	19
<b>Chamusca</b>	1	0	1	8	0	64	7	15
<b>Coruche</b>	1	0	1	3	0	73	15	21
<b>Golegã</b>	1	0	1	1	0	26	4	8
<b>Rio Maior</b>	1	0	1	10	0	86	14	21
<b>Salvaterra de Magos</b>	1	0	1	5	0	54	11	14
<b>Santarém</b>	1	0	1	23	0	164	42	44

### 4.3. Consultas Médicas pelos Centros de Saúde

**Quadro IX: Consultas Médicas pelos Centros de Saúde dos concelhos, segundo a especialidade**

Nível Territorial	Especialidade										Total de consultas
	Medicina geral e familiar/clínica geral	Estomatologia e medicina dentária	Ginecologia	Oftalmologia	Otorrinolaringologia	Planeamento familiar	Pneumologia	Saúde infantil e juvenil/pediatria	Saúde materna/Obstetrícia	Outras especialidades	
<b>Portugal</b>	<b>23 826 114</b>	<b>123 733</b>	<b>28 589</b>	<b>69 295</b>	<b>19 752</b>	<b>819 214</b>	<b>119 047</b>	<b>2 933 606</b>	<b>514 394</b>	<b>264 947</b>	<b>28 718 691</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>145 107</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>123</b>	<b>0</b>	<b>2 853</b>	<b>0</b>	<b>10 602</b>	<b>1 622</b>	<b>0</b>	<b>160 307</b>
<b>Mação</b>	21 513	0	0	0	0	309	0	1 566	213	0	23 601
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>606 736</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15 982</b>	<b>778</b>	<b>69 675</b>	<b>10 555</b>	<b>893</b>	<b>704 619</b>
<b>Abrantes</b>	117 675	0	0	0	0	3 401	442	11 339	1 520	0	134 377
<b>Alcanena</b>	42 050	0	0	0	0	839	0	4 630	651	0	48 170
<b>Constância</b>	11 747	0	0	0	0	174	0	1 858	213	0	13 992
<b>Entroncamento</b>	35 293	0	0	0	0	948	0	5 654	1 035	0	42 930
<b>Ferreira do Zêzere</b>	27 456	0	0	0	0	832	0	2 904	452	0	31 644
<b>Ourém</b>	125 475	0	0	0	0	2 394	0	14 985	2 102	893	145 849
<b>Sardoal</b>	8 827	0	0	0	0	409	0	1 116	202	0	10 554
<b>Tomar</b>	109 747	0	0	0	0	4 179	336	12 023	2 088	0	128 373
<b>Torres Novas</b>	102 463	0	0	0	0	2 222	0	11 426	1 851	0	117 962
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	26 003	0	0	0	0	584	0	3 740	441	0	30 768

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Nível Territorial	Especialidade										Total de consultas
	Medicina geral e familiar/clínica geral	Estomatologia e medicina dentária	Ginecologia	Oftalmologia	Otorrinolaringologia	Planeamento familiar	Pneumologia	Saúde infantil e juvenil/pediatria	Saúde materna/Obstetrícia	Outras especialidades	
<b>Portugal</b>	<b>23 826 114</b>	<b>123 733</b>	<b>28 589</b>	<b>69 295</b>	<b>19 752</b>	<b>819 214</b>	<b>119 047</b>	<b>2 933 606</b>	<b>514 394</b>	<b>264 947</b>	<b>28 718 691</b>
<b>Almeirim</b>	40 996	0	0	0	0	942	0	4 606	1 037	0	47 581
<b>Alpiarça</b>	12 555	0	0	0	0	307	0	1 407	282	0	14 551
<b>Benavente</b>	73 187	0	0	0	0	1 500	0	10 466	1 692	0	86 845
<b>Cartaxo</b>	56 098	0	0	0	0	1 164	0	5 450	1 101	0	63 813
<b>Chamusca</b>	31 874	0	0	0	0	784	0	2 992	515	0	36 165
<b>Coruche</b>	64 696	0	0	0	0	1 299	0	6 550	1 401	0	73 946
<b>Golegã</b>	18 459	0	0	0	0	836	0	2 865	389	0	22 549
<b>Rio Maior</b>	37 608	0	0	0	0	96	0	3 994	973	0	42 671
<b>Salvaterra de Magos</b>	55 929	0	0	0	0	824	0	7 056	1 145	0	64 954
<b>Santarém</b>	144 955	0	0	0	0	2 068	5 067	14 928	2 666	0	169 684

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

O quadro VIII mostra-nos as consultas médicas realizadas nos centros de saúde, segundo a especialidade médica durante o ano de 2006. Deste modo, temos relativamente à medicina geral 1 205 774 consultas realizadas no distrito. O concelho de Santarém tem os valores mais altos com 144 955, seguindo-se Ourém com 125 475. Os concelhos que menos consultas realizaram nesta especialidade são o de Constância (11 747) e o de Alpiarça (12 555).

Em relação às especialidades médicas de Estomatologia e Medicina Dentária, Ginecologia, Oftalmologia e Otorrinolaringologia não se registam consultas.

Quanto ao planeamento familiar temos alguns números consideráveis com destaque para o Médio Tejo, onde os concelhos de Tomar (4 179) e Abrantes (3 401) realizaram mais consultas. Rio Maior é um concelho com números bastante distantes dos restantes concelhos, pois apresenta apenas 96 consultas.

A especialidade Pneumologia apresenta 5 067 consultas realizadas, mas apenas na capital do distrito.

Quanto à Saúde Infantil e Juvenil (Pediatria), Santarém (14 928) e Tomar (12 023) são os concelhos que se destacam com os valores mais altos, Sardoal (1 116) e Alpiarça (1 407) apresentam os valores mais baixos.

A Saúde Materna/ Obstetrícia apresenta valores mais reduzidos, mas continua a ser Santarém que mais consultas faz nesta especialidade, com 2 666 consultas e Ourém com um número aproximado (2 102). Os concelhos Sardoal (202) e Golegã (389) apresentam os números mais baixos. Noutras especialidades não identificadas verifica-se que Ourém é o único concelho com valores significativos (893).

## 5. Habitação, Cultura e Lazer

**Quadro X: Indicadores de Construção e Habitação**

Nível territorial	Licenciamento de construções novas para habitação familiar				Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	Conclusão de construções novas para habitação familiar				Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas		
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões		Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões			
	N.º			m²		N.º			m²			
	2006					2004-2006	2006				2004-2006	
Portugal	2,5	0,9	4,8	19,6	4,2	2,4	0,9	4,8	19,3	4,7		
NUT III Pinhal Interior Sul	2,3	0,6	5,3	18,8	11,7	2,2	0,6	5,8	17,6	18,5		
Mação	1,9	0,6	6,5	20,0	52,2	2,1	0,7	5,5	16,7	64,6		
NUT III Médio Tejo	2,3	0,9	5,1	18,5	3,6	2,2	0,9	5,2	18,4	4,6		
Abrantes	2,3	0,9	5,0	18,2	5,4	2,2	0,9	5,4	17,9	3,3		
Alcanena	2,2	1,0	5,4	16,9	1,8	2,2	1,0	5,2	18,6	4,3		
Constância	2,0	0,6	4,9	19,0	3,0	1,9	0,6	4,9	17,5	3,3		
Entroncamento	2,7	1,1	5,3	19,0	0,0	3,1	1,1	5,2	19,7	0,0		
Ferreira do Zêzere	2,3	0,8	4,6	18,2	7,0	2,3	0,9	4,9	17,1	9,3		
Ourém	2,5	0,9	5,0	19,2	0,0	2,3	0,6	5,7	20,0	0,0		
Sardoal	1,9	0,5	4,4	24,2	31,4	1,5	0,6	4,1	24,0	68,9		
Tomar	2,2	0,9	5,1	18,1	9,3	1,9	0,8	5,1	18,7	11,1		
Torres Novas	2,1	1,2	5,1	17,9	0,6	2,3	1,2	5,0	16,7	1,1		
Vila Nova da Barquinha	2,2	0,5	6,2	19,7	1,9	2,5	1,0	5,0	17,7	1,6		

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Nível territorial	Licenciamento de construções novas para habitação familiar				Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	Conclusão de construções novas para habitação familiar				Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões		Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	
N.º				N.º	N.º				N.º	
2006				2004-2006	2006				2004-2006	
Portugal	2,5	0,9	4,8	19,6	4,2	2,4	0,9	4,8	19,3	4,7
NUT III Lezíria do Tejo	1,9	0,9	5,1	19,3	0,1	1,8	0,9	5,2	19,3	0,3
Almeirim	2,1	1,2	4,8	17,9	0,0	1,7	0,9	4,9	18,7	0,0
Alpiarça	1,6	1,0	5,2	17,9	0,9	1,6	1,0	5,6	18,2	1,1
Benavente	1,9	0,8	5,1	23,3	0,0	2,0	0,9	5,1	24,4	0,0
Cartaxo	2,0	0,9	4,8	18,0	0,0	2,2	0,9	5,1	17,2	0,0
Chamusca	1,9	0,6	5,4	21,1	0,9	1,6	0,9	5,1	19,3	0,9
Coruche	1,5	1,4	4,6	18,6	0,0	1,4	0,9	4,8	20,1	0,9
Golegã	1,8	0,6	5,6	21,2	1,2	2,1	0,5	5,3	21,3	0,0
Rio Maior	2,0	0,8	5,2	19,0	0,0	2,0	0,8	5,3	19,3	0,4
Salvaterra de Magos	1,2	0,9	5,3	20,6	0,2	1,2	0,9	5,1	21,0	0,2
Santarém	2,2	0,7	5,5	18,4	0,2	2,1	0,9	5,3	17,8	0,5



## **5.1. Parque Habitacional e Edifícios<sup>12</sup>**

As más condições de habitação constituem uma problemática social patente no território nacional e distrital, perceptível pelas zonas degradadas como, por exemplo, os bairros sociais e as barracas, com problemas de sobrelotação e falta de condições, o que se traduz igualmente em más condições de saúde, higiene e conforto.

O quadro anterior (IX) mostra-nos os indicadores de construção e habitação do ano 2006. Deste modo, temos o Entroncamento (2,7), (3,1), (1,1) com valores mais altos no pavimento por edifícios e fogos por pavimento no licenciamento e na conclusão das habitações. Salvaterra de Magos destaca-se com valores mais baixos (1,2) no licenciamento por pavimento de edifício. Nos fogos por pavimento, Coruche (1,4) é o concelho com valores mais altos. Sardoal e Vila Nova da Barquinha com valores iguais (0,5) são os concelhos com valores mais baixos. No entanto, Vila Nova da Barquinha (6,2) é o concelho que mais faz divisões por fogo e Abrantes (5,0) o que menos faz. Quanto à superfície média habitável das divisões é de realçar o concelho de Benavente com 23,3m<sup>2</sup> e Torres Novas com 17,9m<sup>2</sup> (o mais baixo). Relativamente à conclusão das construções novas, a Golegã (0,5) é o concelho que tem menos pavimentos por edifício e o Sardoal (4,1) é o que menos tem divisões por fogo. Porém, é o que tem mais superfície média (24,0m<sup>2</sup>) de todos os concelhos e Ferreira do Zêzere (17,1m<sup>2</sup>) o que tem menos, na conclusão das construções novas.

## **5.2. Transportes e Comunicações**

O quadro seguinte (nº X) representa alguns indicadores de Transportes e Comunicações por município. Podemos verificar que a população do concelho de Mação é a que mais tem acessos ao serviço telefónico e que a população de Alpiarça é a que menos usufrui desse serviço. Relativamente a outro serviço de comunicação, o correio, Constância é o concelho mais representativo do mesmo (52,7). O mesmo se pode dizer nos transportes, por mil habitantes, Constância é o concelho onde mais automóveis se vendem (27,8). No entanto, é a Golegã (6,3) que apresenta mais índice de gravidade de acidentes. É de realçar que Constância,

<sup>12</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de Construção e Habitação (quadro IX)

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

sendo o concelho onde mais automóveis se vendem por mil habitantes, é, também, o que apresenta uma proporção maior de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**Quadro XI: Indicadores de Transportes e Comunicações<sup>13</sup>**

Nível Territorial	Acessos telefónicos por 100 habitantes	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	Postos telefónicos públicos por 1 000 habitantes	Estações de correio por 100 000 habitantes	Postos de correio por 100 000 habitantes	Veículos automóveis vendidos por 1000 habitantes	Índice de gravidade dos acidentes	Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas
	N.º							%
<b>Portugal</b>	<b>31,3</b>	<b>19,2</b>	<b>4,1</b>	<b>9,1</b>	<b>18,0</b>	<b>24,62</b>	<b>2,38</b>	<b>6,52</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>36,5</b>	<b>27,1</b>	<b>9,9</b>	<b>16,8</b>	<b>40,9</b>	<b>16,76</b>	<b>3,18</b>	<b>3,18</b>
<b>Mação</b>	46,0	35,5	11,1	13,5	80,9	17,93	0,00	26,32
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>31,5</b>	<b>21,5</b>	<b>3,6</b>	<b>12,1</b>	<b>19,5</b>	<b>18,49</b>	<b>1,93</b>	<b>8,61</b>
<b>Abrantes</b>	29,8	21,0	2,9	14,7	24,6	20,00	1,41	7,04
<b>Alcanena</b>	33,3	20,5	3,1	20,4	34,0	17,48	1,33	26,67
<b>Constância</b>	35,8	23,5	7,9	52,7	52,7	27,95	5,56	33,33
<b>Entroncamento</b>	25,1	17,1	2,1	4,8	4,8	23,78	0,00	12,50
<b>Ferreira do Zêzere</b>	32,2	24,7	4,8	10,8	32,5	12,78	4,44	0,00
<b>Ourém</b>	31,1	20,3	4,6	12,0	19,9	16,48	2,68	7,05
<b>Sardoal</b>	38,7	30,0	5,6	25,7	25,7	14,88	0,00	0,00
<b>Tomar</b>	31,8	22,1	3,3	7,0	11,7	17,01	1,11	0,00
<b>Torres Novas</b>	35,4	23,6	3,2	8,1	16,1	19,69	1,64	11,48
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	29,3	23,2	3,7	24,8	24,8	17,52	2,63	21,05

<sup>13</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de Transportes e Comunicações por município.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

Nível Territorial	Acessos telefónicos por 100 habitantes	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	Postos telefónicos públicos por 1 000 habitantes	Estações de correio por 100 000 habitantes	Postos de correio por 100 000 habitantes	Veículos automóveis vendidos por 1000 habitantes	Índice de gravidade dos acidentes	Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas
	N.º							%
<b>Almeirim</b>	27,1	17,9	1,9	8,8	4,4	23,02	1,71	2,56
<b>Alpiarça</b>	20,9	14,4	1,7	12,1	0,0	21,49	4,35	0,00
<b>Benavente</b>	31,1	18,5	3,5	11,1	11,1	31,29	3,70	1,23
<b>Cartaxo</b>	31,0	21,3	2,1	8,1	12,1	23,27	1,92	21,15
<b>Chamusca</b>	25,4	18,2	2,2	9,0	44,8	16,85	1,75	0,00
<b>Coruche</b>	31,5	22,8	2,5	9,9	29,7	25,46	7,89	0,00
<b>Golegã</b>	27,6	18,6	2,9	17,9	17,9	23,08	6,25	0,00
<b>Rio Maior</b>	31,2	19,4	4,0	4,6	32,1	18,28	4,88	8,13
<b>Salvaterra de Magos</b>	26,5	19,0	2,2	14,1	4,7	24,41	1,96	1,96
<b>Santarém</b>	34,9	21,1	4,2	9,4	18,7	24,74	1,37	14,68

### 5.3. Cultura e Desporto

**Quadro XII: Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e desportivas<sup>14</sup>**

Nível territorial	Museus	Bibliotecas	Música	Artes cénicas	Actividades socio- culturais	Recintos culturais	Recintos
<b>Portugal</b>	<b>18 371</b>	<b>33 567</b>	<b>40 061</b>	<b>16 245</b>	<b>69 537</b>	<b>10 988</b>	<b>28 658</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>22</b>	<b>226</b>	<b>631</b>	<b>17</b>	<b>250</b>	<b>2</b>	<b>31</b>
<b>Mação</b>	15	46	150	1	44	2	8
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>179</b>	<b>861</b>	<b>649</b>	<b>123</b>	<b>1 954</b>	<b>332</b>	<b>1 177</b>
<b>Abrantes</b>	40	291	97	7	318	24	72
<b>Alcanena</b>	32	92	148	0	56	0	318
<b>Constância</b>	19	53	59	5	71	11	47
<b>Entroncamento</b>	31	63	8	9	297	123	193
<b>Ferreira do Zêzere</b>	0	75	32	4	75	1	15
<b>Ourém</b>	0	71	73	19	314	2	204
<b>Sardoal</b>	0	47	19	0	2	0	0
<b>Tomar</b>	0	0	135	67	20	113	0
<b>Torres Novas</b>	57	169	69	9	701	58	329
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	0	0	9	2	100	0	0

<sup>14</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007.  
Despesas em milhares de Euros das câmaras municipais em actividades culturais e desportivas por município.

**Quadro XIII: Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e desportivas<sup>15</sup>**

Nível territorial	Museus	Bibliotecas	Música	Artes cénicas	Actividades socio- culturais	Recintos culturais	Recintos
<b>Portugal</b>	<b>18 371</b>	<b>33 567</b>	<b>40 061</b>	<b>16 245</b>	<b>69 537</b>	<b>10 988</b>	<b>28 658</b>
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>572</b>	<b>1 003</b>	<b>1 527</b>	<b>133</b>	<b>1 775</b>	<b>1 772</b>	<b>2 222</b>
<b>Almeirim</b>	0	167	33	6	261	1 096	755
<b>Alpiarça</b>	117	43	50	0	26	222	128
<b>Benavente</b>	97	153	106	20	143	20	563
<b>Cartaxo</b>	80	31	569	0	310	182	308
<b>Chamusca</b>	0	64	170	23	378	0	129
<b>Coruche</b>	174	72	56	4	323	0	0
<b>Golegã</b>	18	28	45	1	56	0	0
<b>Rio Maior</b>	0	77	176	6	50	0	0
<b>Salvaterra de Magos</b>	0	80	56	11	67	68	185
<b>Santarém</b>	16	205	207	39	52	184	153

<sup>15</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007.  
Despesas em milhares de Euros das câmaras municipais em actividades culturais e desportivas por município.

Analisando o quadro XI, podemos avaliar as despesas que as Câmaras têm no âmbito cultural e desportivo. Assim, Coruche é o concelho que mais gasta em projectos museológicos, enquanto, alguns concelhos como Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Vila Nova da Barquinha, entre outros, não apresentam despesas nesta área.

Relativamente às bibliotecas, Abrantes e Santarém são os concelhos que se destacam e Tomar e Vila Nova da Barquinha não apresentam despesas. Na música, o Cartaxo é o concelho que se destaca com valores bastante elevados em relação aos outros concelhos e o Entroncamento é o que apresenta o valor mais baixo. Nas artes cénicas, é Santarém que mais apresenta despesas e Alcanena e Alpiarça não apresentam valores.

Nas actividades sócio-culturais, Torres Novas é o concelho que mais se destaca pela positiva, enquanto Sardoal é o concelho que menos despesa apresenta.

Em recintos culturais, Almeirim é o concelho que apresenta despesas bastantes superiores aos outros concelhos. Alguns concelhos como Coruche, Golegã e Rio Maior não apresentam valores.

## **6. Tecido Económico – Emprego**

### **6.1. População Empregada por Sectores de Actividade<sup>16</sup>**

O quadro XII apresenta os trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade e por sexo por concelho. Podemos constatar que, no sector primário temos mais população empregada no concelho de Santarém (401) do sexo masculino (267) do que do sexo feminino (134). Os concelhos de Mação e Vila Nova da Barquinha são os que têm menos trabalhadores, mas representa uma maioria do sexo masculino.

No sector secundário, existe mais trabalhadores por conta de outrem em Ourém (4 979 no total), do sexo masculino do que do feminino, de seguida temos

---

<sup>16</sup>Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade e o sexo por município (quadro XII).

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Santarém com 4362 no total. Golegã é o concelho que tem menos população neste sector.

No sector terciário podemos verificar mais população empregada do sexo masculino do que do sexo feminino em Santarém (7136). O Sardoal, com 250 trabalhadores no total, tem mais trabalhadores femininos neste sector.



**Quadro XIV: Trabalhadores por conta de outrem segundo o Sector de Actividade e por Sexo**

Nível Territorial	Sector Primário			Sector Secundário			Sector Terciário			Total		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
<b>Portugal</b>	<b>38.238</b>	<b>25.971</b>	<b>12.267</b>	<b>828.379</b>	<b>578.850</b>	<b>249.529</b>	<b>1.306.527</b>	<b>650.720</b>	<b>655.807</b>	<b>2.173.144</b>	<b>1.255.541</b>	<b>917.603</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	...	139	...	2.793	2.151	642	2.595	1.192	1.403	...	3.482	...
<b>Mação</b>	11	11	0	644	459	185	524	233	291	1.179	703	476
<b>NUT III Médio Tejo</b>	...	703	...	16.791	13.022	3.769	22.879	10.195	12.684	...	23.920	...
<b>Abrantes</b>	182	151	31	2.595	2.154	441	3.468	1.416	2.052	6.245	3.721	2.524
<b>Alcanena</b>	14	11	3	1.277	801	476	1.303	657	646	2.594	1.469	1.125
<b>Constância</b>	35	29	6	677	465	212	184	70	114	896	564	332
<b>Entroncamento</b>	...	4	...	1.088	953	135	2.500	1.303	1.197	...	2.260	...
<b>Ferreira do Zêzere</b>	137	90	47	450	374	76	535	189	346	1.122	653	469
<b>Ourém</b>	76	44	32	4.979	3.778	1.201	6.197	2.688	3.509	11.252	6.510	4.742
<b>Sardoal</b>	17	11	6	225	169	56	250	86	164	492	266	226
<b>Tomar</b>	275	127	148	2.780	2.216	564	3.728	1.557	2.171	6.783	3.900	2.883
<b>Torres Novas</b>	300	228	72	2.540	1.960	580	4.447	2.123	2.324	7.287	4.311	2.976
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	11	8	3	180	152	28	267	106	161	458	266	192
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>2.897</b>	<b>1.890</b>	<b>1.007</b>	<b>18.391</b>	<b>13.521</b>	<b>4.870</b>	<b>23.310</b>	<b>11.203</b>	<b>12.107</b>	<b>44.598</b>	<b>26.614</b>	<b>17.984</b>
<b>Almeirim</b>	324	154	170	1.397	1.097	300	1.653	697	956	3.374	1.948	1.426
<b>Alpiarça</b>	105	80	25	302	234	68	444	186	258	851	500	351
<b>Benavente</b>	384	242	142	3.077	2.143	934	3.602	1.946	1.656	7.063	4.331	2.732
<b>Cartaxo</b>	247	150	97	1.597	1.256	341	1.726	728	998	3.570	2.134	1.436
<b>Chamusca</b>	172	118	54	482	416	66	714	325	389	1.368	859	509
<b>Coruche</b>	561	423	138	1.063	817	246	1.042	504	538	2.666	1.744	922
<b>Golegã</b>	111	76	35	196	172	24	423	168	255	730	416	314
<b>Rio Maior</b>	174	111	63	2.215	1.437	778	1.941	1.064	877	4.330	2.612	1.718
<b>Salvaterra de Magos</b>	226	139	87	1.101	768	333	1.389	650	739	2.716	1.557	1.159
<b>Santarém</b>	401	267	134	4.362	2.987	1.375	7.136	3.322	3.814	11.899	6.576	5.323

**Quadro XV: Trabalhadores por conta de outrem segundo o Nível de Habilitações<sup>17</sup>**

Nível Territorial	Nível de habilitações							Total
	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	
<b>Portugal</b>	<b>33.159</b>	<b>507.620</b>	<b>463.788</b>	<b>461.757</b>	<b>433.342</b>	<b>58.195</b>	<b>199.255</b>	<b>2.173.144</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>...</b>	<b>1.887</b>	<b>1.383</b>	<b>1.218</b>	<b>678</b>	<b>79</b>	<b>150</b>	<b>...</b>
<b>Mação</b>	34	434	260	266	126	16	35	1.179
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>611</b>	<b>9.688</b>	<b>9.123</b>	<b>9.843</b>	<b>7.687</b>	<b>...</b>	<b>2.608</b>	<b>...</b>
<b>Abrantes</b>	73	1.543	1.345	1.461	1.223	171	389	6.245
<b>Alcanena</b>	28	746	499	586	545	48	129	2.594
<b>Constância</b>	12	197	171	230	203	39	42	896
<b>Entroncamento</b>	28	632	694	1.066	890	78	200	3.594
<b>Ferreira do Zêzere</b>	25	384	293	191	177	18	32	1.122
<b>Ourém</b>	232	2.694	2.843	2.600	1.779	200	777	11.252
<b>Sardoal</b>	10	129	158	111	57	7	14	492
<b>Tomar</b>	113	1.665	1.526	1.695	1.182	150	416	6.783
<b>Torres Novas</b>	87	1.580	1.495	1.760	1.565	182	586	7.287
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	3	118	99	143	66	...	23	...
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>1.004</b>	<b>11.464</b>	<b>9.724</b>	<b>10.446</b>	<b>8.035</b>	<b>990</b>	<b>2.501</b>	<b>44.598</b>
<b>Almeirim</b>	164	838	674	924	561	69	124	3.374
<b>Alpiarça</b>	27	279	177	169	116	23	48	851
<b>Benavente</b>	142	1.866	1.540	1.563	1.299	165	382	7.063
<b>Cartaxo</b>	72	818	821	903	665	83	179	3.570
<b>Chamusca</b>	42	428	381	309	121	24	38	1.368
<b>Coruche</b>	112	931	684	380	386	50	114	2.666
<b>Golegã</b>	25	241	152	158	103	23	28	730
<b>Rio Maior</b>	108	1.278	980	939	731	64	191	4.330
<b>Salvaterra de Magos</b>	60	884	639	571	415	34	82	2.716
<b>Santarém</b>	166	2.701	2.372	2.815	2.512	274	928	11.899

<sup>17</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações por município.

O quadro anterior (XIII) mostra-nos os trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações. Deste modo podemos percepcionar que existe ainda um número considerável de trabalhadores sem o primeiro ciclo do ensino básico. Ourém é o concelho mais representativo com 232 pessoas empregadas e Vila Nova da Barquinha é o concelho com menos pessoas, apenas com 3. Com o 1º ciclo, 3º ciclo e o ensino secundário, o concelho de Santarém é o que tem valores mais altos (2 701, 2 815 e 2 512 respectivamente). Vila Nova da Barquinha é o concelho que menos pessoas emprega com estes níveis de ensino o que pode estar relacionado com o facto de ser um dos concelhos mais pequenos do distrito. O concelho de Ourém apresenta 2 843 pessoas com o 2º ciclo (o mais alto de todos os concelhos).

No que respeita ao ensino superior, Santarém é o que representa mais trabalhadores por conta de outrem com este nível de ensino. Por ser capital de distrito é também um concelho que oferece à sua população uma variedade de cursos superiores distribuídos por várias escolas.

## **6.2. Indicadores das empresas no distrito**

De seguida apresentamos o quadro XIV, que mostra alguns indicadores de empresas instaladas nos vários concelhos em 2005/2006.

A proporção de emprego em sociedades anónimas é significativa no concelho de Alcanena (39) e no concelho de Benavente (34), mas nula no concelho Vila Nova da Barquinha e Sardoal. A proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras apresenta valores altos em Rio Maior (13,4) e Coruche (11), no entanto é nula, novamente em Vila Nova da Barquinha, Sardoal, bem como no Entroncamento e em Mação.

Na proporção de emprego em serviços intensivos de conhecimento, verifica-se que Torres Novas (46) e Santarém (44) são os concelhos de destaque, enquanto Mação apresenta valores nulos. Em relação à proporção de emprego em actividades relativas às tecnologias de informação e comunicação, vimos que, Almeirim (2,0) é o concelho mais representativo e Mação e Alpiarça, com valores iguais (0,2), são os mais baixos. Por último, na indústria transformadora em indústrias de média e alta

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

tecnologia, a proporção de emprego é mais elevada no concelho de Abrantes (36) e nula nos concelhos de Ferreira do Zêzere e Sardoal.

No ano de 2006, a taxa tanto de constituição como de dissolução de sociedades é mais elevada no concelho de Salvaterra de Magos (7,4 e 2,7 respectivamente). Chamusca (3,4) e Ferreira do Zêzere (0,2) são os concelhos com valores mais baixos.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

**Quadro XVI: Indicadores das várias empresas e respectivas actividades<sup>18</sup>**

Nível territorial	Proporção de emprego em sociedades anónimas	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	Proporção de emprego em serviços intensivos em conhecimento	Proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação)	Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia	Taxa de constituição de sociedades	Taxa de dissolução de sociedades
	2005					2006	
<b>Portugal</b>	<b>31</b>	<b>6,6</b>	<b>41</b>	<b>3,1</b>	<b>18</b>	<b>6,3</b>	<b>2,2</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>4</b>	<b>1,1</b>	<b>22</b>	<b>0,1</b>	<b>4</b>	<b>3,6</b>	<b>1,8</b>
<b>Mação</b>	11	0,0	14	0,2	...	5,7	0,9
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>22</b>	<b>2,4</b>	<b>30</b>	<b>1,0</b>	<b>11</b>	<b>5,3</b>	<b>1,8</b>
<b>Abrantes</b>	26	5,8	32	1,2	36	4,3	2,0
<b>Alcanena</b>	39	6,9	17	0,6	7	3,7	1,7
<b>Constância</b>	33	8,4	29	0,4	1	5,3	2,0
<b>Entroncamento</b>	22	0,0	25	0,4	15	5,4	2,8
<b>Ferreira do Zêzere</b>	30	0,4	15	0,4	0	5,7	0,8
<b>Ourém</b>	15	2,1	22	0,5	6	6,6	1,9
<b>Sardoal</b>	3	0,0	23	0,0	0	5,7	2,1
<b>Tomar</b>	13	0,1	23	1,1	12	5,0	1,4
<b>Torres Novas</b>	26	0,2	46	2,1	11	5,0	1,7
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	0	0,0	33	1,2	2	5,2	1,6

<sup>18</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de empresas por município.

**Quadro XVII: Indicadores das várias empresas e respectivas actividades<sup>19</sup>**

Nível territorial	Proporção de emprego em sociedades anónimas	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	Proporção de emprego em serviços intensivos em conhecimento	Proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação)	Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia	Taxa de constituição de sociedades	Taxa de dissolução de sociedades
	2005					2006	
<b>Portugal</b>	<b>31</b>	<b>6,6</b>	<b>41</b>	<b>3,1</b>	<b>18</b>	<b>6,3</b>	<b>2,2</b>
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>28</b>	<b>6,2</b>	<b>31</b>	<b>1,4</b>	<b>17</b>	<b>5,8</b>	<b>1,8</b>
Almeirim	14	0,4	22	2,0	26	6,8	1,5
Alpiarça	8	8,2	15	0,2	4	4,3	2,1
Benavente	34	14,1	17	1,4	36	8,3	2,6
Cartaxo	22	6,4	20	1,2	15	6,4	2,5
Chamusca	8	0,4	27	1,0	5	3,4	1,5
Coruche	27	11,0	23	0,7	5	4,9	1,6
Golegã	13	2,1	13	0,5	21	4,3	1,3
Rio Maior	30	13,4	22	1,5	14	4,6	1,6
Salvaterra de Magos	13	0,5	26	1,5	19	7,4	2,7
<b>Santarém</b>	<b>28</b>	<b>1,6</b>	<b>44</b>	<b>1,3</b>	<b>7</b>	<b>5,3</b>	<b>1,5</b>

<sup>19</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de empresas por município.

## **7. Protecção Social**

Num Estado democrático os cidadãos têm um papel primordial no processo de tomada de decisões, o que lhes confere um estatuto que lhes permite usufruir da igualdade relativamente a um conjunto de direitos e deveres. O exercício da cidadania confere um sentimento de pertença e de participação, sendo que os cidadãos usufruem de uma série de direitos de protecção social assegurados pelo Estado. Um dos sistemas que o Estado possui para proteger os seus cidadãos é a Protecção Social que visa atribuir prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) aos grupos sociais que por motivos de invalidez, velhice e carência, necessitam de medidas que permitam manter, numa medida razoável, os seus níveis de vida. Assim, este ponto será no nosso estudo o mais aprofundado, visto que a área da protecção social é um campo de destaque na acção social.

### **7.1. Principais indicadores de protecção social**

O quadro XV mostra-nos os principais indicadores de protecção social segundo o sexo, onde podemos analisar que, a pensão por invalidez apresenta, em Portugal, valores maiores que a pensão de sobrevivência. Em Portugal os pensionistas por invalidez recebem por ano 4 044€, sendo este o valor médio anual. Compreende-se que o valor médio anual nacional é maior que em quase todos os concelhos de Santarém, excepto Alcanena (4 055€), Entroncamento (4 830€), Tomar (4 140€), Torres Novas (4 196€), Vila Nova da Barquinha (4 352€), Benavente (4 416€), Cartaxo (4 470€), Rio Maior (4 096€) e Salvaterra de Magos (4 251€). No distrito de Santarém o concelho que recebe um valor médio anual menor por invalidez é o concelho de Alpiarça registando 3 411€ anuais, enquanto o concelho que recebe um valor mais elevado é o de Entroncamento cujo valor é de 4 830€.

A pensão por velhice<sup>20</sup> supera os valores das pensões por invalidez e por sobrevivência, registando os valores mais elevados. Portugal apresenta o valor anual de 4 664€. Verifica-se que o valor médio anual por velhice é mais elevado em Portugal do que em quase todos os concelhos de Santarém, sendo os concelhos de Constância (5 210€), de Entroncamento (6 186€), de Vila Nova da Barquinha (5 157€) e do Cartaxo (4 904€) os concelhos com valores mais elevados de pensões por velhice, o que significa que estes concelhos se encontram bastante envelhecidos. O concelho de Santarém com maior valor de pensão por velhice é o Entroncamento (6 186€), enquanto o concelho que recebe um valor mais baixo é o de Ferreira do Zêzere com 3 564€ anuais.

A pensão por sobrevivência<sup>21</sup> é aquela que em comparação com a pensão por invalidez e por velhice apresenta valores mais baixos. Portugal apresenta um valor anual de 2 314€, sendo este valor mais elevado em comparação com os valores de todos os concelhos de Santarém excepto Vila Nova da Barquinha que recebe anualmente 2 444€. O concelho cujo valor médio anual é mais baixo é o de Ferreira do Zêzere com 1 888€ anuais.

O valor médio de subsídio de desemprego nos homens em Portugal é de 3 809€ enquanto nas mulheres é de 3 059€. Isto significa que a nível nacional as mulheres são as que recebem menos subsídios do que os homens. Na maioria dos concelhos do distrito de Santarém tanto no valor médio de subsídio de desemprego para os homens como para o das mulheres revela-se inferior à média nacional. Nos homens os concelhos onde se verifica um valor mais elevado do que a média nacional são os concelhos do Entroncamento (5 283€), Torres Novas (4 014€) e Vila Nova da Barquinha (4 486). Enquanto que nas mulheres se verifica um valor mais

---

<sup>20</sup> Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) fixado pelo IASFA; Subsídio especial para lares (SEL), para auxiliar o internamento em lares de beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar.

<sup>21</sup> Subsídios de funeral e por morte, previstos nos Decretos-Leis n.ºs 223/95 e 133-B/97;

Subsídios familiares a crianças e a jovens por frequência de estabelecimento de educação especial, mensal vitalício e por assistência a terceira pessoa; bonificação por deficiência, ao subsídio familiar; subsídio complementar de apoio familiar (SCAF), concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados, sendo atribuído um montante definido anualmente pelo Conselho de Direcção, por cada elemento dependente daquele agregado.



### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

elevado de subsídios de desemprego nos concelhos de Mação (3 138€), Abrantes (3 104€), Alcanena (3 211€) e Entroncamento (3140€). O concelho que demonstra receber um menor valor de subsídio de desemprego é o de Almeirim, tanto para o sexo masculino (2662€ anuais) como para o sexo feminino (2198€ anuais). Constata-se as diferenças que existem entre o valor médio do subsídio de desemprego atribuído às mulheres e esse mesmo valor atribuído aos homens. Existem concelhos que apresentam uma grande diferença de valores. Por exemplo, no concelho do Entroncamento os homens recebem anualmente 5 283€ enquanto que no mesmo concelho as mulheres recebem 3 140€ anuais.

O número médio de dias de subsídios de desemprego atribuído em Portugal às mulheres e aos homens é igualmente 222 dias. No que respeita ao concelho de Santarém, o número médio de dias de subsídio de desemprego masculino é de 222 dias enquanto que o feminino é de 212. No distrito, existem três concelhos onde as mulheres usufruem um maior número de dias em comparação com a média nacional: Mação (223dias), Alcanena (233dias) e Sardoal (231dias). O sexo masculino usufrui de um número médio de dias de subsidio de desemprego superior à média em Portugal nos concelhos de Mação (247 dias), Alcanena (235dias), Constância (231 dias), Ferreira do Zêzere (227 dias), Torres Novas (232 dias), Golegã (224 dias) e Salvaterra de Magos (234 dias). Contudo, verifica-se em cinco concelhos um maior número de dias de subsídio de desemprego para as mulheres em comparação com os dias de subsídio de desemprego para os homens: Constância apresenta 205 dias para os homens e 215 dias para as mulheres, Sardoal revela 208 dias para os homens e 231 dias para as mulheres, Torres Novas dispõe de 214 dias para os homens e 217 dias para as mulheres, Alpiarça refere 206 dias para os homens e 210 dias para as mulheres e Cartaxo revela 218 dias para os homens e 220 dias para as mulheres. No entanto, os outros dezasseis concelhos apresentam um maior numero médio de dias de subsidio de desemprego para os homens do que para as mulheres.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**Quadro XVIII: Indicadores de Protecção Social segundo o Sexo<sup>22</sup>**

Nível Territorial	Valor médio anual das pensões				Valor médio do subsídio de desemprego			Número médio de dias de subsídio de desemprego		
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	€							Dias		
<b>Portugal</b>	<b>4 011</b>	<b>4 044</b>	<b>4 664</b>	<b>2 314</b>	<b>3 392</b>	<b>3 809</b>	<b>3 059</b>	<b>222</b>	<b>222</b>	<b>222</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>3 149</b>	<b>3 510</b>	<b>3 545</b>	<b>1 976</b>	<b>2 837</b>	<b>3 046</b>	<b>2 672</b>	<b>213</b>	<b>216</b>	<b>209</b>
Mação	3 355	3 669	3 768	2 149	3 440	3 779	3 138	236	247	223
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>3 767</b>	<b>3 988</b>	<b>4 336</b>	<b>2 232</b>	<b>3 223</b>	<b>3 841</b>	<b>2 775</b>	<b>211</b>	<b>210</b>	<b>211</b>
Abrantes	3 786	3 785	4 373	2 313	3 127	3 807	2 560	209	206	213
Alcanena	3 665	4 055	4 204	2 080	3 277	3 482	3 104	234	235	233
Constância	4 318	3 770	5 210	2 502	3 401	3 625	3 211	220	231	207
Entroncamento	5 210	4 830	6 186	2 910	4 101	5 283	3 140	210	205	215
Ferreira do Zêzere	3 148	3 692	3 564	1 888	2 916	3 199	2 744	224	227	219
Ourém	3 243	3 595	3 683	1 997	2 587	2 969	2 415	189	188	190
Sardoal	3 418	3 896	3 897	2 119	2 877	3 360	2 564	217	208	231
Tomar	3 743	4 140	4 283	2 236	3 063	3 463	2 780	208	214	200
Torres Novas	3 928	4 196	4 492	2 251	3 398	4 014	2 965	215	214	217
Vila Nova da Barquinha	4 358	4 352	5 157	2 444	3 786	4 486	3 045	219	232	207
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>3 643</b>	<b>3 982</b>	<b>4 187</b>	<b>2 121</b>	<b>2 989</b>	<b>3 401</b>	<b>2 698</b>	<b>210</b>	<b>216</b>	<b>203</b>
Almeirim	3 361	3 686	3 824	2 007	2 368	2 662	2 198	189	191	186
Alpiarça	3 212	3 411	3 686	1 946	2 593	3 036	2 302	207	206	210
Benavente	3 876	4 416	4 494	2 159	3 102	3 438	2 851	201	207	192
Cartaxo	4 122	4 470	4 904	2 208	3 540	4 244	2 821	219	218	220
Chamusca	3 398	3 708	3 841	2 043	2 379	2 691	2 205	190	195	182
Coruche	3 433	3 784	3 879	2 047	2 765	2 955	2 658	211	222	192
Golegã	3 620	3 719	4 133	2 261	3 035	3 575	2 706	213	214	210
Rio Maior	3 515	4 096	4 040	2 052	3 166	3 490	2 938	221	224	217
Salvaterra de Magos	3 648	4 251	4 140	2 127	2 899	3 225	2 726	222	234	200
<b>Santarém</b>	<b>3 691</b>	<b>3 913</b>	<b>4 261</b>	<b>2 174</b>	<b>3 283</b>	<b>3 586</b>	<b>3 016</b>	<b>217</b>	<b>222</b>	<b>212</b>

<sup>22</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Indicadores de Protecção Social por município, 2006. Indicadores de Protecção Social por município.

## **7.2. Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência**

Quanto ao número de pensionistas podemos verificar na tabela XVI um número muito elevado de pessoas que necessitam de receber pensões. Portugal apresenta um número total de pensionistas de 2 793 297 pessoas.

Os concelhos do distrito de Santarém que apresentam um maior número de pensionistas são os concelhos de Santarém com 18 826 pensionistas, de Abrantes com 15 060 e de Tomar com 14 426. Com um menor número de pensionistas encontram-se os concelhos de Constância que regista 890 pensionistas, o de Vila Nova da Barquinha com 2038 e o da Golegã com 2257 pensionistas.

Em Portugal registam-se 315 367 pensionistas por invalidez, sendo em menor número do que os pensionistas por velhice e por sobrevivência. No distrito de Santarém os concelhos que possuem um número maior de pensionistas por invalidez são os concelhos de Santarém com 1 892 pessoas, de Tomar com 1 627 e Alcanena com 1 566 pensionistas. No entanto, os concelhos que registam um número baixo de pensionistas por invalidez são os concelhos de Constância com 104 pensionistas, Sardoal com 210 e Golegã com 223 pensionistas.

Os pensionistas por velhice são em Portugal 1 784 707, registando-se o maior número de pensionistas em comparação com o número de pensionistas por invalidez e por sobrevivência, o que comprova um forte envelhecimento da população Portuguesa que constitui um dos aspectos mais marcantes da evolução demográfica recente. Nos concelhos de Santarém, os que demonstram um maior número de pensionistas por velhice são os de Santarém com 12 112 pensionistas, o de Abrantes que regista 9 639 e o de Tomar com 9 108 pensionistas. Os concelhos que registam números mais baixos de pensionistas por velhice são os concelhos de Constância com 548 pensionistas, de Vila Nova da Barquinha com 1 255 e de Golegã com 1 465 pensionistas.

No que se refere aos pensionistas por sobrevivência, regista-se em Portugal 693 223 pensionistas. Os concelhos que apresentam um elevado número de pensionistas por sobrevivência são os de Santarém com 4 822 pensionistas, de Abrantes com 3 844 e Tomar com 3 691 pensionistas., sendo que os concelhos com um mais baixo número de pensionistas por sobrevivência se encontram nos concelhos de Constância com 238 pensionistas, de Sardoal com 499 e de Vila Nova da Barquinha com 524 pensionistas.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**Quadro XIX: Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência (dados a 31.12.2006)<sup>23</sup>**

Nível territorial	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas	Total	Pensionistas	Total	Pensionistas	Total	Pensionistas
<b>Portugal</b>	<b>2 793 297</b>	<b>2 673 015</b>	<b>315 367</b>	<b>306 857</b>	<b>1 784 707</b>	<b>1 711 050</b>	<b>693 223</b>	<b>655 108</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>19 437</b>	<b>18 494</b>	<b>1 290</b>	<b>1 263</b>	<b>13 270</b>	<b>12 638</b>	<b>4 877</b>	<b>4 593</b>
Mação	4 083	3 883	262	257	2 796	2 667	1 025	959
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>70 641</b>	<b>67 599</b>	<b>7 809</b>	<b>7 626</b>	<b>45 026</b>	<b>43 128</b>	<b>17 806</b>	<b>16 845</b>
Abrantes	15 060	14 444	1 577	1 543	9 639	9 240	3 844	3 661
Alcanena	4 600	4 389	481	472	2 986	2 859	1 133	1 058
Constância	890	857	104	104	548	530	238	223
Entroncamento	4 154	3 966	485	468	2 633	2 525	1 036	973
Ferreira do Zêzere	3 749	3 576	414	405	2 373	2 256	962	915
Ourém	11 699	11 185	1 412	1 370	7 307	6 997	2 980	2 818
Sardoal	1 852	1 777	210	206	1 143	1 093	499	478
Tomar	14 426	13 787	1 627	1 590	9 108	8 714	3 691	3 483
Torres Novas	12 173	11 663	1 240	1 212	8 034	7 702	2 899	2 749
Vila Nova da Barquinha	2 038	1 955	259	256	1 255	1 212	524	487
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>77 783</b>	<b>74 280</b>	<b>7 567</b>	<b>7 398</b>	<b>50 508</b>	<b>48 277</b>	<b>19 708</b>	<b>18 605</b>
Almeirim	7 103	6 807	703	690	4 643	4 457	1 757	1 660
Alpiarça	2 905	2 767	263	256	1 892	1 806	750	705
Benavente	6 433	6 135	700	679	4 054	3 872	1 679	1 584
Cartaxo	6 003	5 742	576	562	3 777	3 622	1 650	1 558
Chamusca	4 891	4 617	454	443	3 268	3 092	1 169	1 082
Coruche	8 720	8 334	644	631	5 987	5 726	2 089	1 977
Golegã	2 257	2 157	223	220	1 465	1 402	569	535
Rio Maior	6 260	5 968	660	639	3 929	3 758	1 671	1 571
Salvaterra de Magos	6 698	6 441	805	790	4 213	4 054	1 680	1 597
<b>Santarém</b>	<b>18 826</b>	<b>17 990</b>	<b>1 892</b>	<b>1 856</b>	<b>12 112</b>	<b>11 570</b>	<b>4 822</b>	<b>4 564</b>

<sup>23</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência por município.

### **7.3. Pensões pagas pela Segurança Social**

Portugal registava em 2006 um total de 11 202 656 pensões pagas tanto a beneficiários de pensões por invalidez, como por velhice e sobrevivência. No quadro XVII podemos observar as pensões pagas pela Segurança Social por município. Os concelhos do distrito de Santarém com um maior número de pensões pagas pela Segurança Social foram Santarém (69 494 pensões), Abrantes (57 014 pensões) e Tomar (53 997 pensões). Os concelhos que menos receberam pensões foram Constância (3 843 pensões), Sardoal (6 330 pensões) e Golegã (8 171 pensões). Verifica-se que estes números de pensões atribuídas pela Segurança Social são muito elevados, o que significa que existe uma grande parte da população que não tem meios auto-suficientes que assegurem a sua estabilidade económica e social.

O total de pensões por invalidez pagas pela Segurança Social em Portugal foi de 1 275 337. Os concelhos do distrito de Santarém onde registaram mais pensões pagas pela Segurança Social foram os de Santarém com 7 403 pensões atribuídas, seguindo-se o concelho de Tomar com 6 736 pensões e o concelho de Abrantes com 5 969 pensões por invalidez. Em relação aos concelhos que recebem um menor número de pensões, podemos destacar o concelho de Constância com 392 pensões, o do Sardoal com 818 pensões e o da Golegã com 829 pensões por invalidez.

Quanto às pensões pagas por velhice pela Segurança Social, podemos referir que Portugal apresenta 8 323 452 pensões. No que diz respeito aos concelhos do distrito que registam maior incidência de pensões pagas, podemos referir os concelhos de Santarém com 51 607, de Abrantes com 42 155 de pensões, de Tomar com 39 007 e Torres Novas com 39 007 de pensões recebidas por velhice. Os concelhos que registam menos pensões pagas pela Segurança Social são os concelhos da Golegã com 6 055, de Vila Nova da Barquinha com 6 473 e o de Alpiarça com 6 975 pensões.

No que diz respeito às pensões por sobrevivência pagas pela Segurança Social, em Portugal registam-se 1 603 867 pensões no total. Os concelhos de Santarém que recebem um maior número de pensões por sobrevivência são os concelhos de Santarém com 10 484, Abrantes com 8 890 e Tomar com 39 007 pensões por sobrevivência. Em contrapartida, os concelhos do distrito de Santarém

## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

que recebem menos pensões por sobrevivência são os de Constância com 596, o do Sardoal com 1 057 e o de Vila Nova da Barquinha com 1 128 pensões recebidas por sobrevivência.

### **Quadro XX: Pensões pagas pela Segurança Social<sup>24</sup>**

Nível territorial	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensões em 31.12.06	Total	Pensões em 31.12.06	Total	Pensões em 31.12.06	Total	Pensões em 31.12.06
<b>Portugal</b>	<b>11 202 656</b>	<b>11 022 384</b>	<b>1 275 337</b>	<b>1 261 474</b>	<b>8 323 452</b>	<b>8 190 518</b>	<b>1 603 867</b>	<b>1 570 393</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>61 204</b>	<b>59 978</b>	<b>4 528</b>	<b>4 493</b>	<b>47 040</b>	<b>46 076</b>	<b>9 636</b>	<b>9 409</b>
Mação	13 699	13 428	961	953	10 535	10 329	2 203	2 146
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>266 132</b>	<b>261 623</b>	<b>31 144</b>	<b>30 846</b>	<b>195 246</b>	<b>191 837</b>	<b>39 742</b>	<b>38 941</b>
Abrantes	57 014	56 005	5 969	5 900	42 155	41 396	8 890	8 710
Alcanena	16 861	16 594	1 950	1 937	12 554	12 352	2 357	2 305
Constância	3 843	3 776	392	392	2 855	2 803	596	581
Entroncamento	21 644	21 330	2 342	2 317	16 287	16 057	3 014	2 956
Ferreira do Zêzere	11 803	11 606	1 529	1 519	8 458	8 298	1 817	1 789
Ourém	37 939	37 265	5 076	5 008	26 913	26 429	5 950	5 828
Sardoal	6 330	6 198	818	809	4 454	4 348	1 057	1 040
Tomar	53 997	53 039	6 736	6 684	39 007	38 280	8 254	8 075
Torres Novas	47 820	47 034	5 204	5 158	36 090	35 466	6 526	6 410
Vila Nova da Barquinha	8 881	8 777	1 127	1 122	6 473	6 407	1 281	1 247
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>283 383</b>	<b>278 364</b>	<b>30 130</b>	<b>29 834</b>	<b>211 457</b>	<b>207 643</b>	<b>41 796</b>	<b>40 888</b>
Almeirim	23 872	23 451	2 592	2 570	17 755	17 442	3 526	3 438
Alpiarça	9 331	9 167	897	887	6 975	6 847	1 459	1 432
Benavente	24 936	24 519	3 091	3 057	18 219	17 911	3 626	3 550
Cartaxo	24 741	24 330	2 575	2 554	18 524	18 220	3 643	3 555
Chamusca	16 622	16 281	1 683	1 674	12 551	12 281	2 388	2 325
Coruche	29 935	29 428	2 437	2 411	23 223	22 813	4 275	4 204
Golegã	8 171	8 013	829	821	6 055	5 939	1 286	1 253
Rio Maior	22 004	21 560	2 703	2 654	15 871	15 565	3 430	3 341
Salvaterra de Magos	24 436	24 106	3 422	3 401	17 440	17 196	3 574	3 510
<b>Santarém</b>	<b>69 494</b>	<b>68 247</b>	<b>7 403</b>	<b>7 344</b>	<b>51 607</b>	<b>50 652</b>	<b>10 484</b>	<b>10 251</b>

<sup>24</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Pensões pagas pela Segurança Social por município.

## **7.4. Beneficiários de subsídio de desemprego**

Analisando o quadro XVIII referente aos beneficiários de subsídio de desemprego segundo o sexo, por município e o quadro XIX relativo aos beneficiários de subsídio de desemprego segundo a idade, por município, verificamos que em Portugal existe um número mais elevado de mulheres que beneficiam de subsídios de desemprego do que homens, pois o total de mulheres beneficiárias é de 281 795 enquanto o número total dos homens beneficiários é de 224 641.

No que se refere aos novos beneficiários, as estatísticas demonstram um total de beneficiários, em Portugal, de 109 789. Quanto à idade dos beneficiários de subsídios de desemprego, podemos verificar que em Portugal a faixa etária que recebe mais subsídios de desemprego se situa entre os 30 e os 39 anos registando um número de beneficiários de 127 314; de seguida encontra-se a faixa etária dos 55 e mais anos com 109 861 beneficiários. A faixa etária que apresenta um menor número de beneficiários é a faixa de menos 24 anos, com 42 344 beneficiários. Estes valores revelam que há um número mais elevado de pessoas de meia-idade que estão em situação de desemprego. O concelho de Santarém é o que regista um maior número de beneficiários homens, mulheres e novos beneficiários: o maior número corresponde ao sexo feminino com 1 436, logo seguido do sexo masculino com 1 269 e, por fim, os novos beneficiários com o valor de 607. Tal como acontece a nível nacional, as mulheres são as que recebem mais subsídios de desemprego. O concelho do distrito de Santarém que revela um número mais baixo de beneficiários de subsídio de desemprego segundo o sexo masculino e feminino é o concelho do Sardoal que apresenta cerca de 73 homens beneficiários, enquanto para as mulheres o número é ascende aos 113. O concelho que tem menos beneficiários novos é o de Mação com apenas 46 beneficiários.

Quanto aos beneficiários de subsídio segundo a idade, podemos dizer que o concelho onde se constata um maior número de beneficiários de todas as faixas etárias é Santarém que regista, igualmente às tendências nacionais, uma maior predominância de beneficiários na faixa etária dos 30 aos 39 anos (667 beneficiários) e na faixa etária dos 55 e mais anos (555 beneficiários). A faixa etária que regista menos beneficiários neste concelho é a faixa dos menos de 24 anos, com 240 beneficiários.



**Quadro XXI: Beneficiários de subsídio de desemprego segundo o Sexo<sup>25</sup>**

Nível Territorial	Sexo		Novos beneficiários
	Homens	Mulheres	
	Total	Total	
<b>Portugal</b>	<b>224 641</b>	<b>281 795</b>	<b>109 789</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>444</b>	<b>565</b>	<b>237</b>
Mação	99	111	46
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>3 565</b>	<b>4 911</b>	<b>2 136</b>
Abrantes	977	1 174	445
Alcanena	268	319	117
Constância	107	126	49
Entroncamento	374	460	233
Ferreira do Zêzere	83	137	74
Ourém	330	733	376
Sardoal	73	113	59
Tomar	565	797	356
Torres Novas	645	917	376
Vila Nova da Barquinha	143	135	51
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>5 835</b>	<b>8 269</b>	<b>3 258</b>
Almeirim	588	1 015	409
Alpiarça	195	297	98
Benavente	617	826	379
Cartaxo	593	581	244
Chamusca	289	515	181
Coruche	559	991	362
Golegã	111	182	84
Rio Maior	363	515	211
Salvaterra de Magos	661	1 249	402
Santarém	1 269	1 436	607

## 7.5. Prestações familiares

No quadro XIX podemos observar as prestações familiares<sup>26</sup>, por município, que revela o total de beneficiários de todo o tipo de prestações, o número de pessoas beneficiárias do Abono de família a crianças e a jovens, assim como o valor processado para esses subsídios. O quadro também referencia o número de indivíduos que beneficiam do Subsídio de Educação Especial e o valor processado destinado ao mesmo.

<sup>25</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Beneficiários de subsídio de desemprego segundo o sexo por município.

<sup>26</sup> É um subsídio que é atribuído às famílias que beneficiam da Segurança Social. Esses subsídios procuram indemnizar encargos familiares resultantes de situações causadoras de despesas familiares.



### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

No ano de 2006 existiam em Portugal um total de 1 220 208 beneficiários e mais 1 775 160 de descendentes e equiparados, registando-se um valor total processado de 666 06 milhares de euros. Santarém é o concelho que apresenta mais beneficiários de todo o tipo de prestações com 6 195, 8 948 descendentes ou equiparados gastando um total de 3 155 milhares de euros (é um concelho com elevado numero de habitantes, cerca de 63.563) No entanto o concelho que tem mais descendentes e equiparados e cujo valor processado de subsídios é maior, é o concelho de Ourém com 5 543 beneficiários, 8 995 descendentes ou equiparados, apresentando um valor processual de 3 156 euros atribuídos. (este concelho tem 11 900 habitantes, registando menos habitantes que Santarém, no entanto apresenta uma grande diferença em comparação a Santarém no valor de subsídios que recebe). O concelho com menos beneficiários, situa-se em Constância, com um total de 362 beneficiários e 516 descendentes ou equiparados, recebendo um total de 195 milhares de euros. (concelho que possui um reduzido numero de habitantes, apenas 4 300).

Os valores nacionais relativos ao abono de família a crianças e jovens<sup>27</sup> apresentam um total de beneficiários de 1 171 749 e de 1 744 153 descendentes ou equiparados, tendo-se gasto 612 115 milhares de euros. Este tipo de prestação é superior à que é concedida para os beneficiários de educação especial, sendo estes em menor número. O concelho que mais beneficiários possui é o de Santarém com 5 943 beneficiários e 8 859 descendentes ou equiparados, gastando-se neste concelho 2 989 milhares de euros, sendo este valor mais elevado do que em todos os outros concelhos. Em contrapartida, o concelho que regista menos beneficiários é Constância que possui apenas 348 beneficiários e 509 descendentes ou equiparados, gastando-se neste concelho 182 milhares de euros.

Em relação ao subsídio de Educação especial<sup>28</sup>, existem em Portugal 7 772 beneficiários e 8 476 descendentes ou equiparados, gastando-se 17 061 milhares de euros. O concelho do distrito de Santarém que revela um maior número de

<sup>27</sup> É uma prestação pecuniária mensal de importância mutável atribuída aos descendentes ou equiparados dos beneficiários de qualquer regime da Segurança Social até aos 16 anos, sendo que a partir dos 18 têm de apresentar o certificado da matrícula em como estão a estudar. Caso haja situações de doença ou acidente que dificulte o aproveitamento escolar, os limites de idade para receber subsídios podem ser alargados até 3 anos mediante declaração médica.

<sup>28</sup> São as prestações mensais conferidas a descendentes ou equiparados do trabalhador ou cônjuge registados na Segurança Social, a crianças e jovens deficientes portadores de incapacidades física motora, orgânica, sensorial ou intelectual e que frequentem instituições de educação especial renumeradas, que frequentem o ensino regular após a frequência no ensino especial, que necessitem de apoio personalizado por um professor especializado e que frequentem creches ou jardins de infância de modo a haver uma melhor integração social.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

beneficiários deste tipo de subsídio é o Cartaxo cujo número de beneficiários chega aos 26 e o número de descendentes e equiparados atingem os 31 beneficiários, tendo um valor processado de 61 milhares de euros. Importa salientar que no distrito de Santarém existem concelhos que não possuem nenhum beneficiário de subsídio de educação especial, como o concelho de Mação, Entroncamento, Sardoal, Vila Nova da Barquinha e Chamusca.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

**Quadro XXII: Prestações familiares<sup>29</sup>**

Nível Territorial	Abono de família a crianças e jovens			Subsídio de educação especial			Total		
	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado
	N.º		Milhares de euros	N.º		Milhares de euros	N.º		Milhares de euros
<b>Portugal</b>	<b>1 171 749</b>	<b>1 744 153</b>	<b>612 115</b>	<b>7 772</b>	<b>8 476</b>	<b>17 061</b>	<b>1 220 208</b>	<b>1 775 160</b>	<b>666 066</b>
<b>NUT III</b>									
<b>Pinhal Interior Sul</b>	<b>3 557</b>	<b>5 608</b>	<b>1 973</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>3 856</b>	<b>5 697</b>	<b>2 127</b>
<b>Mação</b>	557	892	311	0	0	0	608	918	360
<b>NUT III</b>									
<b>Médio Tejo</b>	<b>22 318</b>	<b>34 222</b>	<b>11 570</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>23 386</b>	<b>34 734</b>	<b>12 425</b>
<b>Abrantes</b>	3 745	5 354	1 855	3	3	2	3 963	5 468	2 050
<b>Alcanena</b>	1 697	2 599	869	...	...	...	1 764	2 623	912
<b>Constância</b>	348	509	182	...	...	...	362	516	195
<b>Entroncamento</b>	1 731	2 457	780	0	0	0	1 805	2 484	828
<b>Ferreira do Zêzere</b>	946	1 505	537	...	...	...	1 006	1 523	566
<b>Ourém</b>	5 331	8 905	3 015	6	7	12	5 543	8 995	3 156
<b>Sardoal</b>	354	554	193	0	0	0	380	568	215
<b>Tomar</b>	4 001	6 191	2 105	...	...	...	4 220	6 319	2 317
<b>Torres Novas</b>	3 576	5 324	1 756	7	7	8	3 729	5 401	1 883
<b>Vila Nova da Barquinha</b>	589	824	278	0	0	0	614	837	303

<sup>29</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Prestações familiares por município.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social – Santarém*

**Quadro XXIII: Prestações familiares<sup>30</sup>**

Nível Territorial	Abono de família a crianças e jovens			Subsídio de educação especial			Total		
	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor processado
	N.º		Milhares de euros	N.º		Milhares de euros	N.º		Milhares de euros
<b>Portugal</b>	<b>1 171 749</b>	<b>1 744 153</b>	<b>612 115</b>	<b>7 772</b>	<b>8 476</b>	<b>17 061</b>	<b>1 220 208</b>	<b>1 775 160</b>	<b>666 066</b>
<b>NUT III</b>									
<b>Lezíria do Tejo</b>	<b>25 257</b>	<b>37 180</b>	<b>12 776</b>	<b>96</b>	<b>104</b>	<b>200</b>	<b>26 499</b>	<b>37 752</b>	<b>13 775</b>
<b>Almeirim</b>	2 370	3 383	1 206	11	11	16	2 476	3 418	1 269
<b>Alpiarça</b>	747	1 065	375	3	3	8	796	1 076	397
<b>Benavente</b>	3 179	4 789	1 646	3	4	9	3 269	4 843	1 729
<b>Cartaxo</b>	2 534	3 634	1 218	26	31	61	2 663	3 699	1 346
<b>Chamusca</b>	1 036	1 448	502	0	0	0	1 102	1 472	541
<b>Coruche</b>	1 945	2 861	1 000	4	4	3	2 069	2 916	1 086
<b>Golegã</b>	531	783	271	...	...	...	547	791	284
<b>Rio Maior</b>	2 372	3 569	1 247	16	18	50	2 519	3 635	1 386
<b>Salvaterra de Magos</b>	2 461	3 629	1 253	10	10	12	2 599	3 715	1 390
<b>Santarém</b>	5 943	8 859	2 989	14	14	31	6 195	8 948	3 155

<sup>30</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Prestações familiares por município.

## **7.6. Rendimento Social de Inserção**

O rendimento social de inserção<sup>31</sup> (RSI) é uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, por forma a conceder às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades básicas e que beneficiem a gradual inserção laboral, social e comunitária. A prestação do rendimento social de inserção assume natureza pecuniária e possui carácter momentâneo, sendo variável o respectivo montante.

Através do quadro XX podemos verificar o número de beneficiários do sexo feminino e do sexo masculino do RSI, bem como o número de pessoas de diferentes faixas etárias que beneficiam desta prestação.

Em Portugal podemos constatar a predominância de beneficiárias do sexo feminino com 181 603 sobre os beneficiários do sexo masculino, que registam 158 018, o que significa que existem mais mulheres a beneficiar do rendimento social de inserção do que homens. O mesmo se constata no concelho detentor de mais beneficiários, que é Santarém com 930 beneficiários do sexo masculino e com 1 001 do sexo feminino.

O total de beneficiários de RSI existentes em Portugal é de 339 621. No que respeita ao distrito, o concelho e Santarém é o que apresenta um maior número de beneficiários de RSI (1 931), enquanto que o concelho com menor número é Sardoal, com 103 beneficiários.

Em relação às idades dos beneficiários do rendimento social de inserção, comprova-se que a nível nacional existem mais beneficiários com menos de 25 anos (163 235 beneficiários), enquanto os beneficiários de 55 e mais anos são em menor número. Em comparação à média nacional verifica-se que o concelho de Santarém, que é aquele que tem mais beneficiários do RSI em todas as faixas etárias, apresenta ainda um maior número de beneficiários com menos de 24 anos relativamente aos das outras faixas etárias. O concelho de Mação é o que apresenta um número menor de beneficiários com menos de

24 anos. Na faixa dos 25 aos 39 anos, o concelho que revela menos beneficiários

---

<sup>31</sup> Montante relacionado ao valor legalmente fixado para a pensão social do subsistema de solidariedade e calculado por referência à composição dos agregados familiares.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

é Mação com 18 beneficiários. Entre os 40 e os 54 anos registam-se três concelhos com um menor número de beneficiários (15), são eles; Mação, Constância e Golegã. O concelho que revela menos beneficiários com 55 anos e mais é o concelho de Sardoal com 17 beneficiários.

**Quadro XXIV: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo o Sexo e a Idade<sup>32</sup>**

Nível Territorial	Sexo		Idade				Total
	Masculino	Feminino	Menos de 24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos	
<b>Portugal</b>	<b>158 018</b>	<b>181 603</b>	<b>163 235</b>	<b>64 272</b>	<b>62 322</b>	<b>49 785</b>	<b>339 621</b>
<b>NUT III Pinhal Interior Sul</b>	<b>315</b>	<b>350</b>	<b>264</b>	<b>91</b>	<b>132</b>	<b>178</b>	<b>665</b>
Mação	46	65	45	18	15	33	111
<b>NUT III Médio Tejo</b>	<b>2 462</b>	<b>2 753</b>	<b>2 438</b>	<b>967</b>	<b>871</b>	<b>939</b>	<b>5 215</b>
Abrantes	584	603	531	217	205	234	1 187
Alcanena	134	152	142	48	57	39	286
Constância	57	67	50	23	15	36	124
Entroncamento	165	223	194	97	44	53	388
Ferreira do Zêzere	127	128	117	35	49	54	255
Ourém	319	378	301	110	145	141	697
Sardoal	51	52	50	20	16	17	103
Tomar	567	655	606	221	196	199	1 222
Torres Novas	371	393	346	162	116	140	764
Vila Nova da Barquinha	87	102	101	34	28	26	189
<b>NUT III Lezíria do Tejo</b>	<b>3 376</b>	<b>3 699</b>	<b>3 278</b>	<b>1 413</b>	<b>1 077</b>	<b>1 307</b>	<b>7 075</b>
Almeirim	306	344	280	114	100	156	650
Alpiarça	86	99	79	38	25	43	185
Benavente	331	350	356	143	83	99	681
Cartaxo	275	290	219	100	106	140	565
Chamusca	266	284	244	96	85	125	550
Coruche	434	500	505	186	132	111	934
Golegã	77	84	78	44	15	24	161
Rio Maior	284	303	251	115	89	132	587
Salvaterra de Magos	238	274	231	112	83	86	512
<b>Santarém</b>	<b>930</b>	<b>1 001</b>	<b>884</b>	<b>402</b>	<b>316</b>	<b>329</b>	<b>1 931</b>

<sup>32</sup> Fonte: INE (www.ine.pt) Anuário Estatístico Região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico Região Alentejo (Lezíria do Tejo) de 2006, publicação Junho de 2007. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por município segundo o Sexo e a Idade.

## **Parte II – Perfil das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social do Distrito de Santarém**



**2008**



## **1. Aspectos Metodológicos**

### **1.1. Delimitação do Universo de Estudo**

A investigação que nos propusemos realizar direcciona-se às Entidades de Solidariedade Social sem fins lucrativos do Distrito de Santarém. Embora tenhamos, numa primeira parte, contextualizado a área geográfica a nível populacional, social e económico, o presente estudo incide particularmente no perfil e respectiva caracterização dessas mesmas entidades. Estas detêm uma importância crucial para a investigação, já que são elas que nos facultam a informação necessária e indispensável para a respectiva caracterização, pelo que, sem a sua colaboração, através do preenchimento dos inquéritos por questionário que lhes fornecemos, não seria possível a concretização deste projecto.

Este projecto de investigação foi efectuado ao nível dos 21 Concelhos devido ao elevado número de Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes no Distrito, de forma a obter a maior representatividade possível. Para a definição do universo de estudo tornou-se indispensável a obtenção de uma listagem de identificação e contactos das Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos existentes que possuem Acordos de Cooperação com a Segurança Social, facultada pelo Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Santarém. Essa listagem fornecida, posteriormente, pelo Núcleo da REAPN de Santarém facilitou-nos bastante o contacto com as entidades, assim como a colaboração da Segurança Social permitiu um real avanço na obtenção de respostas. Deste modo, enviámos questionários para 220 instituições, via correio, acompanhados por um ofício com informação relativa aos objectivos do estudo, respectiva importância e a data limite de devolução dos questionários. Pelo facto das respostas não terem sido todas recebidas dentro do prazo estipulado, tornou-se necessário efectuar alguns contactos telefónicos e, em alguns casos, proceder ao reenvio do questionário. Algumas instituições optaram por responder por correio electrónico. No final de todo este processo conseguimos obter 113 respostas, o que representa uma amostra significativa de 51,4%.

## **1.2. Objecto de Estudo**

O Estado, responsável pela promoção da Protecção Social, tem assumido uma acção cada vez mais indirecta, conferindo às entidades do Terceiro Sector (objecto do nosso estudo) um papel de maior relevo. Desta forma, produzir informação científica e empírica que produza conhecimento no que se refere à caracterização destas organizações no âmbito das actividades desenvolvidas, dos seus modelos organizacionais e dos seus técnicos é uma tarefa imprescindível.

Para compreender e explicar a realidade/objecto de estudo, procedeu-se à elaboração das seguintes questões de partida:

*Qual o verdadeiro estatuto das ONG's? Quais as práticas que as caracterizam e que critérios as orientam? Como é representada a sua articulação com o Estado e com a sociedade e que soluções se julgam necessárias a esse respeito? Quais os problemas que existem na sociedade e quais os de solução prioritária na opinião das ONG's? Quais as formas que pensam ser as mais úteis para os resolver?*

Estas questões tornaram-se fulcrais na execução deste estudo, pois permitiram perceber quais as formas de actuação/ intervenção da rede institucional não lucrativa do Distrito de Santarém e perceber que tipos de respostas são dadas por essas Instituições face aos problemas sociais que afectam o Distrito.

Deste modo, tornou-se necessário proceder à utilização de um conjunto de indicadores que obedeceram aos temas principais do estudo e, que posteriormente iremos abordar.

## **1.3. Método e Administração das Técnicas de Investigação**

Podemos considerar que, quando utilizamos um método, estamos a envolver todo um processo de selecção de técnicas de pesquisa adequadas ao trabalho que vamos fazer, o controlo da sua utilização e a integração dos resultados obtidos. Assim sendo, o método constitui todo um caminho percorrido numa investigação que envolve várias etapas, sendo uma delas o recurso às metodologias de recolha e tratamento de informação. A partir daqui, elaboram-se as técnicas que poderemos utilizar no

processo de investigação. Por técnicas podemos entender todo o conjunto de processos operativos ou operações simples que efectivamos num estudo.

Na presente investigação recorreu-se a dois tipos de técnicas: as técnicas documentais, que consta numa fase de exploração bibliográfica e análise documental com o intuito de se construir uma problemática e as técnicas não documentais, o inquérito por questionário, na fase de verificação empírica.

#### **1.4. Inquérito por Questionário**

Em Ciências Sociais, o inquérito por questionário é usado de uma forma precisa para designar processos de recolha sistematizada, no terreno, de dados susceptíveis de serem comparados (Carmo, 1998: 123). É designado igualmente como um sistema de perguntas bem organizado de modo a ter uma coerência e lógica para quem responde; deve ser organizado por temáticas enunciadas e deixar questões mais difíceis para a parte final. (Carmo, 1998: 123).

Instrumento de observação indirecta, o inquérito por questionário averigua a informação recolhida através das respostas dos inquiridos a algumas questões significativas, neste caso, de carácter social. É uma técnica que assenta numa série de perguntas dirigidas a vários indivíduos, neste caso, as entidades particulares de solidariedade social. Sendo que o inquérito por questionário consiste num processo em que se tenta descobrir/apurar algo de forma sistemática, este termo é usado de uma forma precisa para designar processos de recolha sistematizada, no terreno, de dados susceptíveis de serem comparados e por permitir uma posterior análise quantitativa.

Neste sentido, o inquérito por questionário consiste na técnica adoptada para a recolha de informação e é uma das técnicas mais utilizadas no âmbito da investigação sociológica. Como qualquer outra técnica de recolha de dados apresenta vantagens e desvantagens de utilização e apresenta duas variáveis, que se podem diferenciar pelo grau de directividade das perguntas e a presença ou ausência do investigador no acto da inquirição.

Quanto às vantagens da sua utilização, o inquérito por questionário permite maior rapidez, é anónimo, possibilita um grande número de informantes, é sistematizado, e permite uma maior simplicidade de análise e rentabiliza os custos

económicos. No entanto, comporta também algumas desvantagens que se podem verificar no momento de elaboração do questionário, no facto de ele não ser aplicável a todo o tipo de população, pois algumas perguntas podem ser mal interpretadas, e no risco de se verificar uma elevada taxa de não respostas. Devido a esta última dificuldade, recorre-se muitas vezes a questões abertas ou semi-abertas, como forma de não enviesar os resultados, e também quando são questões de resposta imprevisível.

Na presente investigação, o inquérito por questionário aplicado às entidades foi elaborado pela Sede da REAPN.

O questionário aplicado segue uma estrutura lógica e sistemática dividida por temas, cujo primeiro pretende caracterizar institucionalmente a entidade (questão 1 à 8), seguindo-se o modelo de gestão e prioridades de organização (questão 9 à 14), o terceiro remete para a identificação e caracterização dos principais problemas sociais na área geográfica de intervenção da instituição (questão 15, 16 e 17) um quarto tema que se direcciona para o desenvolvimento e as formas de actuação, de trabalho e intervenção (questão 19 à 32) e por último quais as representações que as entidades têm sobre exclusão social e respectivas formas de intervenção na atenuação ou resolução da mesma (questão 33 à 40).

## **1.5. Análise Documental**

Para a elaboração da presente investigação procedeu-se inicialmente a uma exploração e recolha bibliográfica e posterior selecção e análise documental de forma a explorar os principais conceitos e definições que estão subjacentes a este estudo.

Para uma contextualização/fundamentação da área geográfica em análise procedeu-se igualmente a um levantamento estatístico no Instituto Nacional de Estatística (INE) bem como a relatórios e estudos do Centro de Documentação do Núcleo Distrital de Santarém da REAPN.

## **2. Enquadramento Conceptual e Teórico**

### **2.1. As Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social**

As Organizações Não Governamentais (ONG's) são entendidas como entidades que, *“(...) não sendo do Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, sendo privadas, não têm como objectivo principal a apropriação individual do lucro.”* (Ferreira:2002:5), ou seja, são organizações sem fins lucrativos e não estão vinculadas a nenhum órgão do governo, possuindo acordos de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social. No passado, tinha-se a noção de que o Governo poderia cumprir todas as tarefas sociais, contudo, esta noção revelou-se insuficiente. Actualmente, o papel das organizações sem fins lucrativos é de complementar as acções do Governo na prevenção e combate dos fenómenos da pobreza e exclusão social, concretamente na intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos da população.

As ONG's, cujo campo de intervenção se relaciona com a solidariedade social e com a intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos, têm como metas a atingir a realização de actividades de carácter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista o alargamento do poder de participação destas com a finalidade de desencadear mudanças sociais ao nível micro (do quotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistémico e/ou global).

Neste sentido, a sua influência sobre os diferentes domínios sociais que, se por um lado, são de instância privada, por outro lado actuam na competência pública, tem particular importância ao localizar-se no campo de potencialidades que caracteriza o terceiro sector. Assim, podemos constatar a necessidade de estudar as ONG's, por um lado, para dar seguimento a estudos que se têm realizado anteriormente por outros Núcleos da REAPN e pelo próprio Núcleo de Santarém e

por outro lado, pela importância de conhecer os seus modelos de organização, as suas práticas e representações quanto à forma como percebem os problemas sociais, as principais problemáticas no local de intervenção, os grupos de maior vulnerabilidade, as prioridades de intervenção, recursos humanos e financeiros, estratégias e metodologias de trabalho. Trata-se pois, de um estudo que visa abordar factores que se relacionam com questões centrais da realidade sócio-institucional, ou seja:

- a necessidade de conhecer institucionalmente a organização;
- os modelos de organização e de gestão;
- os quadros valorativos que caracterizam os seus dirigentes;
- as representações sociais que possuem;
- as disponibilidades para empreender actividades inovadoras de combate à exclusão social;
- o tipo de população-alvo a que a instituição dedica a sua actividade e respectivas valências;
- fornecer todo um conjunto de informação essencial para a promoção do conhecimento dessas respectivas entidades.

Num estudo realizado em 1995 pela REAPN e pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE sobre as organizações não governamentais sem fins lucrativos a nível nacional<sup>33</sup>, constata-se que, ao nível das valências, as ONG's em Portugal assumem um carácter semelhante e assistencialista, destacando-se as creches, jardins-de-infância, ATL's, centros de dia, centros de convívio, lares de idosos e apoio domiciliário. O público-alvo de intervenção é, sobretudo, de carácter "tradicional", mais precisamente idosos e crianças (entre 60% a 70%). Tal pode justificar-se porque grande parte das instituições tem origem em iniciativas religiosas, sendo que as mais recentes começam a dar resposta a outro tipo de grupos como os jovens, desempregados, mulheres, famílias, grupos desfavorecidos, deficientes, entre outros grupos sociais que solicitam outras formas de intervenção.

De modo a identificar a dinâmica destas instituições procurou-se ainda perceber o grau de participação e desenvolvimento de projectos nacionais/comunitários, a articulação e trabalho de parceria realizado com outras instituições.

Contudo, a participação de todos implica que saibamos de quem estamos a falar, das suas reais possibilidades de participação e das disposições que estes têm

<sup>33</sup> Capucha, Luís (coord.); Aires, Sérgio; Quintela, João; Reis, Ana Luzia; Santos, Paulo Costa ; *Cadernos REAPN 2- ONG's de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*; REAPN; 1995

para a participação conjunta. É neste sentido que esperamos que este estudo manifeste um real avanço no conhecimento desses actores que constituem uma parte muito importante do tecido social e institucional do distrito de Santarém.

Segundo Capucha (1995:18), o modo como as organizações não governamentais serão afectadas pelo conjunto de transformações sociais parece seguir duas linhas. Por um lado, a “assistência social” deixará de ser uma das actividades exclusivas das instituições, passando estas também a intervir no campo da segurança social. Por outro lado, é de antever o alargamento da participação das ONG's na execução de políticas de “acção social”, bem como, outras políticas sociais no campo da saúde, ensino e formação. Isto porque existem lacunas no modo de actuação do Estado. Assim sendo, o Estado tem vindo a celebrar acordos para as áreas de protecção e assistência social às instituições particulares de solidariedade social, financiando-as, ou então, alargando o protagonismo das ONG's no que respeita à execução de um novo modelo de políticas sociais, pois a própria produção de bem-estar social varia consoante o desenvolvimento das sociedades. Neste sentido, o papel das ONG's têm vindo adquirir cada vez mais importância, tendo alargado as suas áreas de intervenção. O seu desenvolvimento e crescimento evidencia-se desde a década de 70, tendo vindo a ganhar importância pelo seu papel e alargamento ao nível das diversas comunidades.

Em 1976 é, pela primeira vez, votado o disposto nº 3 do artigo 63º da Constituição que define: “a organização do sistema de segurança social não prejudica a existência de instituições particulares de solidariedade social não lucrativas com vista à prossecução dos objectivos de segurança social”, deste modo, são regulamentadas pelo Estado, tendo uma autonomização relativa.

Como refere Capucha (1995:21), para “assegurar o modelo de sociedade em que se consubstancia o desenvolvimento”, é indispensável que o Estado, em vez de abdicar das suas responsabilidades, deve aprofundá-las no aperfeiçoamento de políticas sociais. Após o 25 de Abril de 1974, sob o efeito da conjuntura política emerge a convicção de que o Estado deveria ser o principal prestador do bem-estar social e, desde então, várias mudanças ocorreram. Os fenómenos que mais impulsionaram o nosso país à adopção de políticas sociais mais ajustadas datam dos anos 60: “a industrialização, a urbanização e a redução da dimensão da célula familiar, bem como a dispersão da família” (Carreira, 1996:54).



Em 1984, que o sistema de segurança social é efectivamente implementado visando três níveis de actuação: o regime geral – contributivo, o regime não contributivo e a acção social. O primeiro destina-se a garantir protecção social aos trabalhadores assalariados e independentes e respectivas famílias, sendo a sua inscrição obrigatória. As prestações sociais atribuídas cobrem as reformas, doenças, subsídio de desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, abono de família, subsídios de maternidade, entre outros. O regime não contributivo permite salvaguardar a protecção àqueles que se encontram em situação de carência económica e social e que não estejam abrangidos pelo anterior.

No que respeita à acção social pretende-se dar respostas a problemas de ruptura económica e social, cuja resolução não é possível no âmbito dos outros regimes e tem em vista dois objectivos fundamentais: a prevenção e reparação de situações de carência, disfunção e marginalização social e a realização de acções e programas destinados a promoverem a integração social e comunitária.

Assim, a própria sociedade organiza-se no âmbito de processos de auto-regulação, quer formalmente, como é o exemplo da Igreja Católica, das misericórdias e de muitas outras instituições particulares de solidariedade social, quer informalmente, sustentado por solidariedades de base familiar, de vizinhança, etc. Este activismo por parte da sociedade é designado por Boaventura Sousa Santos de Sociedade–Providência

Podemos mesmo dizer que em Portugal mais que um Estado-Providência temos uma Sociedade-Providência, ou seja, pessoas que se organizam num colectivo com o intuito de lutar por uma causa, dando origem às instituições particulares de solidariedade social, que são a força de expressão na área da acção social no nosso país. Como o Estado Providência, por si só, não garante a cobertura dos riscos sociais da população, tem-se vindo a apelar cada vez mais à intervenção das organizações não lucrativas como uma forma de complementaridade na prevenção e combate das problemáticas da pobreza e exclusão social.

Deste modo, podemos falar simultaneamente de “Rede Social”, que se caracteriza pelo conjunto de unidades e relações sociais que têm impacto na vida de uma pessoa. Podem ser grupos de indivíduos que estabelecem uma relação de troca de bens e serviços e transmissão de informação. A acção social, conceito igualmente importante nesta perspectiva, tem como objectivo o bem-estar das pessoas e das populações na protecção e defesa de grupos economicamente e socialmente desfavorecidos.



## **2.2. Pobreza**

*"A pobreza antes era considerada obra de injustiça. O mundo moderno considera a pobreza incapacidade."*

(Eduardo Galeano)

A pobreza pode ser entendida por uma “ (...) realidade pluridimensional, caracterizada por uma situação de carência em aspectos diversos das condições de vida, mais precisamente, em domínios ligados a necessidades elementares (alimentação, vestuário, habitação, educação, etc.). Correntemente, uma carência não ocorre isoladamente. A pessoa (ou família) em estado de privação num domínio normalmente também tem carências noutros domínios (...)” (Costa, 1984). A definição de Costa remete-nos para um conceito de pobreza que revela uma privação material e social. Pobreza no sentido de carência material refere-se às necessidades sentidas ao nível quotidiano em áreas como alimentação, vestuário, habitação e cuidados de saúde. Neste sentido, o conceito pode ser entendido como carência de bens e serviços essenciais. Bruto da Costa salienta dois aspectos essenciais no estudo do fenómeno pobreza: a privação, que é uma condição de carência, de necessidades básicas humanas não satisfeitas e a falta de recursos<sup>34</sup>.

Com esta observação o autor pretende realçar a ideia de que só existe pobreza se a privação de necessidades básicas for motivada pela falta de recursos, isto é, uma pessoa que não tenha meios para satisfazer as suas necessidades básicas nunca vai ser uma pessoa autónoma, vai estar sempre dependente de ajudas que só lhe irão satisfazer as necessidades primárias, momentaneamente. É neste sentido que Bruto da Costa refere que é necessário desenhar projectos e programas de luta contra a pobreza que tenham como finalidade promover o acesso a pessoas em situação de pobreza, aos recursos, para que estes constituam um

---

<sup>34</sup> Costa, Alfredo Bruto, “Uma Conversa sobre Pobreza – conceitos, políticas e acções em Portugal” Porto, REAPN, 2003.

meio de tornar as pessoas autónomas capazes de suprimir as suas necessidades elementares.

Segundo o mesmo autor (2003), *“as duas primeiras noções de pobreza consideram-se objectivas, por oposição à pobreza subjectiva. Consideram-se objectivas porque assentam na avaliação das condições de vida concretas das pessoas e famílias, indiferentemente de modo como estas (pessoas e famílias) analisam e avaliam a sua própria situação. A pobreza subjectiva, pelo contrário, apoia-se exclusivamente no juízo que as pessoas e as famílias fazem sobre a sua própria condição, quer face às suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral”*. Através desta concepção dos tipos de pobreza podemos evidenciar que a pobreza subjectiva leva em consideração o olhar das próprias pessoas em relação às suas necessidades, desejos, ambições de vida quando se comparam com os outros. A *pobreza absoluta* significa a ausência de um conjunto de bens básicos. A *pobreza relativa* é a ausência de alguns bens em comparação ao padrão de vida de cada sociedade.

Para Luís Capucha (1995) a noção de *pobreza absoluta* tem uma vertente *sócio económica*, enquanto a pobreza relativa já se insere na vertente *culturalista*. A pobreza *sócio económica* está associada à noção de subsistência que define as pessoas e as famílias cujos recursos são tão escassos que não promovem um bem-estar físico e psicológico, não suprimindo as necessidades básicas das quais o ser humano necessita para viver. A noção culturalista de Pobreza considera que esta varia no tempo e no espaço, ou seja, são pobres todas as pessoas cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que as excluem dos modos de vida dominantes das sociedades em que se encontram.

Como refere Ana Cardoso (Caritas, 2006) existem factores que contribuem para a acentuação da pobreza como: a sociedade de consumo, a depreciação de algumas profissões, a forma como se organizam as políticas e as suas formas de actuação e a percepção que cada um de nós tem sobre este fenómeno.

Num nível global destacamos alguns factores da pobreza tais como: os modelos de desenvolvimento economicista e consumista predominantes no mundo dando origem a diversas formas de pobreza, a imposição desses modelos aos países mais pobres, acentuando mecanismos de reprodução de pobreza nestes países. Como exemplo disso temos um fenómeno actual que se denomina por “globalização” em que as desigualdades sociais se acentuam, pois hoje as várias

nações do mundo recebem inúmeras classificações: regiões desenvolvidas e industrializadas e outras subdesenvolvidas ou em desenvolvimento; países do norte (ricos) e do sul (pobres); sociedades de tecnologias avançadas e sociedades de tecnologias atrasadas; nações de primeiro Mundo e nações de segundo ou terceiro Mundos; países de centro ou de periferia.

A expansão do mercado global traz contradições aos países que lutam para nele se integrar. Ao mesmo tempo que passam a usufruir dos benefícios do “progresso” (se bem que estes benefícios não atingem a sua população como um todo, acentuam as desigualdades sociais já existentes) estão condenados também a transformações culturais que significam, por vezes, a perda da sua soberania. A submissão à superioridade tecnológica e económica significa também a submissão a um outro tipo de organização social, outros estilos de vida, outros valores além da criação de novas necessidades cuja satisfação só é possível com a participação na economia de mercado. Neste processo as sociedades submetidas desorganizam-se socialmente e passam a depender das grandes empresas, seja para se integrarem no mercado mundial, seja para a aquisição do conhecimento técnico-científico adequado à sua nova realidade.

Verificamos, assim, que a dominação da economia de mercado é portanto avassaladora e as nações por ela atingidas têm poucas hipóteses de manter a sua autonomia. É, portanto, visível que o contraste entre riqueza e pobreza continua a compor o quadro mundial. Fala-se em desenvolvimento, novas tecnologias, melhorias na qualidade de vida, aumento de bens de consumo. São sinais de progresso que subentendem o bem-estar dos seres humanos. Porém, o que se observa é que este progresso é parcial. A forma como está organizada a sociedade global não dá acesso a todos os cidadãos aos seus benefícios. As desigualdades sociais estão presentes mesmo no Primeiro Mundo, que, a rigor deveria ter um desenvolvimento social óptimo. Pobreza e miséria nas grandes cidades dos países desenvolvidos criam e recriam tensões sociais e inseguranças que ameaçam a vida de todos.

A violência urbana é uma realidade, exemplo das desigualdades e do distanciamento social entre os habitantes das cidades. São cada vez mais evidentes os processos de concentração de riqueza por um lado e de empobrecimento por outro. O desemprego aumenta as desigualdades sociais. As migrações de regiões mais críticas para as grandes cidades mundiais acentuam os conflitos étnicos,

preconceitos e discriminações. Os desempregados, os imigrantes e os mais desfavorecidos são os mais atingidos, agravando as tensões e fragmentações. Ciência, tecnologia e informação são dados fundamentais da vida humana na sociedade global e levam a uma reorganização do espaço habitado. Sabe-se que este é um processo irreversível, é a realidade com a qual nos defrontamos, por isso é preciso estudá-la, repensá-la, analisá-la e humanizá-la.

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Os objectivos do desenvolvimento do Milénio, definidos pela Organização Nações Unidas em 2000 reflectem este metade até 2015. A União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa (2000), assumiu também estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

Segundo os dados mais recentes da Eurostat, a taxa de risco de pobreza estima-se para a União Europeia (EU 25), de cerca de 16% (2006). Este valor médio esconde variações consideráveis nos Estados Membros das quais se destaca o caso da Holanda (10%) e da República Checa (10%) por comparação com os 23% da Letónia e os 21% da Grécia, enquanto que Portugal situa-se nos 18%.

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário dar a conhecer alguns indicadores de Portugal a esse nível.

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2006) 18% da população portuguesa encontrava-se, em 2006, abaixo do limiar da pobreza, ou seja, tinham um rendimento médio mensal por adulto equivalente inferior a 366 euros.

As taxas de risco de pobreza variam consoante o sexo e o grupo etário, uma vez que a população mais vulnerável à pobreza são as pessoas com 65 anos ou mais (26%), as pessoas com 17 anos ou menos (21%) e as mulheres (19%). Segundo estes dados, a taxa de risco de pobreza é maior em pessoas que vivem em agregados familiares monoparentais (40) e em agregados familiares unipessoais (35). Ao nível das famílias unipessoais, verifica-se ainda que a taxa de risco de pobreza aumenta para 38 quando a respectiva família é composta por apenas uma mulher e para 40 quando a família é composta por um adulto com 65 anos ou mais.

É de mencionar que os agregados familiares compostos por dois adultos e que possuem a seu cargo três ou mais crianças dependentes possuem, também, uma elevada taxa de risco de pobreza (38).

O nível da taxa de risco de pobreza encontra-se relacionado com o emprego ou a sua ausência. Segundo dados do INE referentes ao período 2004-2006, a taxa de pobreza de trabalhadores é de 11 e esta taxa aumenta para 26 quando tempos em atenção a população residente sem emprego. Entre a população com emprego, a taxa de risco de pobreza é mais elevada junto dos trabalhadores por conta própria (29). Entre a população sem emprego verificam-se taxas ainda mais elevadas junto dos desempregados (31) e dos outros inactivos (29), enquanto que junto dos reformados verificou-se uma constante descida da taxa de risco de pobreza (descida de 3 pontos percentuais sendo a taxa actual de 23).

O Plano Nacional para a inclusão (2006-2008) apresenta uma estratégia nacional de inclusão social, assente numa análise do contexto sócio-económico e os seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social. Neste contexto, foram indentificada um conjunto de prioridades políticas assumidas pelo Governo Português, sendo estas as seguintes:

- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
- Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos emigrantes.

Foi com base nestas prioridades que o PNAI definiu medidas concretas e metas de execução. A estratégia global assume como grande finalidade a inclusão de todos os cidadãos, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, bem como promover a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade e coesão social

## **2.3. Exclusão Social**

Quando falamos em pobreza, associamos sempre este fenómeno à ideia de exclusão social. Podemos dizer que a pobreza é uma forma de exclusão social, porque quando pensamos ou falamos de pobres estamos a diferenciá-los de todas

as estruturas sociais normalizadas. Isto é, a pobreza é um estado de vida que se distingue dos padrões sociais de vida da cultura dominante.

Castel (1998) afirma que *“a exclusão social foi considerada o mais extremo ponto do processo de marginalização, que se traduz no processo de ruptura do relacionamento entre indivíduo e sociedade, gerando uma compreensão ampla da exclusão como processo multidimensional e multifacetado”*. Assim, a exclusão social é o resultado do processo de marginalização, sendo este um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas *rupturas* na relação do indivíduo com a sociedade.

Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, como o desemprego, nomeadamente o desemprego prolongado ou mesmo um afastamento irreversível face a esse mercado.

De acordo com Room (2000), a multidimensionalidade e dinamicidade seriam as duas principais características da exclusão social que a diferenciariam da pobreza. Contudo, elas não seriam suficientes para eliminar essa relação de subordinação da primeira em relação à segunda.

Uma abordagem diferente é formulada por Xiberras (1993), *“ a exclusão social pode ter três dimensões: exclusão de categorias de população, como população negra ou população idosa, por exemplo; exclusão de grupos resultante de outros processos de exclusão como, por exemplo, grupos raciais criados em consequência de racismo; ou ainda exclusão provocada por processos outros, não directamente vinculados, como a exclusão decorrente de processos de modernização, que provocam o desemprego e a exclusão de um grupo do mercado de trabalho”*.

Isto significa que a exclusão social pode ser resultado da submissão de um indivíduo ou grupo à pobreza, mas pode também resultar de valores culturais que definem o que deve ser considerado benéfico ou não. Os idosos são excluídos não porque ser velho é intrinsecamente negativo ou originalmente relacionado à pobreza, mas por estar socialmente relacionado a valores culturais, sociais e morais que definem o que é bom ou mau em determinada sociedade.

Podemos ainda relacionar intrinsecamente o fenómeno da exclusão social à existência de desigualdades. Actualmente existem muitas formas de desigualdades: de sexo, de religião, de raça e de modos de vida. Estes tipos de desigualdades estão fundamentados em vários factores, como o enfraquecimento dos valores

relativos à igualdade, o crescimento das desigualdades estruturais e o aparecimento de novas desigualdades provenientes da evolução desmedida das sociedades ocidentais. Presentemente existem nas sociedades desigualdades que atingem todos os grupos sociais, tornando toda a população susceptível a este problema.

Exclusão social é um fenómeno complexo com diversas dimensões. A exclusão de cariz económico é percepcionada como *“uma situação de privação múltipla por falta de recursos e é vulgarmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, desemprego e condições de habitação que não garantem um conforto e protecção básicos”* (Costa, 1998). A exclusão de cariz social, *“situa-se no domínio dos laços familiares. É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento”* (Costa, 1998). A exclusão pode, também, dever-se a factores de ordem cultural (Costa, 1998), sendo o racismo, a xenofobia e o etnocentrismo cultural exemplo disso.

Um último tipo de exclusão referida pelo autor é a exclusão patológica. que se refere à existência, na pessoa excluída, de comportamentos auto destrutivos, como por exemplo as toxicodependências.

De acordo com estes tipos de exclusão, Costa (1998) salienta vários níveis de exclusão: social, económico, institucional, territorial e o nível das referências simbólicas.

A nível económico, a exclusão manifesta-se pela ausência de bens materiais, e pela impossibilidade de aceder a mecanismos que produzem recursos, como por exemplo o acesso ao emprego.

A nível institucional, a exclusão ocorre em indivíduos que não podem integrar-se em entidades que prestam serviços tais como, instituições cujas funções se relacionam com a defesa dos direitos cívicos e políticos das pessoas. A exclusão a nível territorial significa que esta não está só atribuída a um grupo social específico mas também existe num determinado território. A nível das referências simbólicas, a exclusão pode ser associada à quantidade de perdas sentidas pelo indivíduo, como a perda da identidade social e pessoal em que os laços familiares e sociais não existem ou são quebrados.

Apesar do conceito de exclusão enquadrar algumas dimensões retratadas na evolução do conceito pobreza, ambos os conceitos apresentam diferenças. Enquanto a pobreza baseia-se em aspectos distributivos, a exclusão social incide



em aspectos relacionais, apresentando um processo mais complexo e dinâmico, associado a uma trajetória que conduziu à marginalização, alastrando situações de rupturas familiares, sociais, carências habitacionais, isolamento social entre outros.

## **2.4. Economia Social e o Terceiro Sector**

Face aos diversos problemas sociais, são várias as instituições que procuram dar respostas diversificadas, seja a nível de intervenção, prevenção, diagnóstico, auxílio, protecção. No conjunto destas Instituições podemos enumerar algumas como as instituições públicas, as associações de carácter religioso, as organizações privadas de acção social, destacando-se sobretudo a acção das Organizações do Terceiro Sector, também designado de economia social, economia informal, sector não lucrativo entre outros termos. Este é um sector que, pelas suas actividades e práticas, se distingue do sector público e privado – constituído por diferentes instituições organizadas sob a forma de associação, fundação, misericórdia, cooperativa, mutualidade, etc.

O conceito de Economia Social teve o seu aparecimento, nos princípios dos anos 80, em França, com a entrada de François Mitterrand na Presidência da República e a consequente emergência de um governo socialista francês. De facto, uma das novidades políticas que trouxe essa mudança foi a importância dada a uma realidade organizativa e de movimentos sociais que já existia no terreno.

Em Portugal, após a Revolução de 1974 surgiu uma reestruturação das políticas de protecção social no país. Durante o Estado Novo vigorava o assistencialismo e mutualismo, que influenciava as organizações privadas de grande tradição em Portugal, como são exemplo as Misericórdias e as Mutualidades. No entanto, o Estado Novo restringia a acção da previdência a um mero assistencialismo corporativista e desvalorizava a assistência, limitando muito a sua actividade.

Contudo, após 1974, reivindicava-se um Estado mais interventivo na área da protecção social tendo sido criadas várias medidas, como a fixação do salário mínimo nacional, o subsídio de desemprego, a pensão social, o serviço nacional de saúde, e a substituição da previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social, acessível a todos os cidadãos.



## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Relativamente a este sector é importante abordar três perspectivas: a primeira perspectiva prende-se com a *constituição destas organizações*, pois tratam-se de organizações que têm a sua génese na própria sociedade civil, ou seja, são uma manifestação de cidadania, de iniciativa e responsabilidade dos próprios cidadãos. A segunda perspectiva refere-se ao *governo interno*, pois o que se procura é o serviço às pessoas e, por último, a terceira refere-se à *missão* que estas organizações assumem. Qualquer que seja o serviço ou bem prestado, há efectivamente um valor social que lhes está incorporado, e que é claramente a promoção da cidadania como missão a cumprir, isto é, desenvolver a cidadania promovendo as pessoas, de modo que se assumam como sujeitos responsáveis da sociedade a que pertencem.

A autonomia é característica fundamental para que se possa falar em Economia Social, pois a participação democrática é característica fundamental destas mesmas organizações. Contudo, é o Terceiro Sector, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social, que em Portugal têm um maior peso, uma vez que elas constituem a esmagadora maioria das instituições existentes no nosso país no âmbito da acção social. De salientar que actualmente as IPSS a nível local têm vindo a aumentar as suas actividades em prol da sociedade civil e suas capacidades de funcionamento. Estas são instituições “... *constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:*

*a) Apoio a crianças e jovens; b) apoio à família; c) apoio à integração social e comunitária; d) protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; e) promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; f) educação e formação profissional dos cidadãos; g) resolução dos problemas habitacionais das populações”.* (Dec. Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro). Na Lei de Bases da Segurança Social de 1984 (Lei 28/84) existe um capítulo dedicado às organizações particulares de solidariedade social, onde é referido que a acção das IPSS e o apoio do Estado são concretizados em formas de cooperação a estabelecer mediante acordos.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

A relação entre o Estado e as IPSS estabelece-se a dois níveis: tutelar e de cooperação. Relativamente ao primeiro surge como uma forma de compatibilizar os objectivos e práticas das instituições com os do sistema de segurança social. Esta acção tutelar é exercida pela administração directa do Estado e pelas instituições de Segurança Social, pressupondo poderes de inspecção e fiscalização do funcionamento das instituições no sentido de apurar se estas instituições estão, efectivamente, a cumprir os objectivos para os quais foram criadas e as condições em que o fazem. O Estatuto das IPSS enumera, como tipo de organizações, as associações de solidariedade social, as associações de voluntários de acção social, as associações de socorros mútuos, as fundações de solidariedade social e as irmandades da misericórdia. Recentemente foram equiparadas a IPSS as Cooperativas de Solidariedade Social e as Casas do Povo.

As Irmandades da Misericórdia datam do século XVI sendo as mais antigas associações assistenciais existentes tendo um duplo objectivo: satisfazer as carências sociais e praticar actos de culto católico de acordo com os princípios da doutrina e moral cristãs. Prestam serviços à comunidade na área da acção social e da saúde, tendo sido, até à década de 50, as principais instituições na área da assistência social.

Outras entidades privadas, para além das IPSS, podem exercer, com ou sem fins lucrativos, actividades de apoio social do âmbito da acção social relativas a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como as destinadas à prevenção e reparação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social. A sua actividade está sujeita ao licenciamento, à inspecção e fiscalização dos serviços competentes do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Neste contexto começam a surgir na sociedade civil organizações de indivíduos em prol da defesa de interesses comuns, como comissões de moradores ou de trabalhadores, associações de pais, de profissionais, etc. Estas iniciativas são objecto de reconhecimento, uma vez que, representam um importante papel no preenchimento das lacunas dos organismos e entidades estatais na área da protecção social.

## **2.5. Voluntariado**

As entidades, quando não prosseguem fins lucrativos, poderão ainda beneficiar dos apoios previstos para as IPSS em condições especiais legalmente definidas. Uma grande parte da acção das IPSS tem como base o trabalho voluntário, grande fonte de apoio a estas organizações.

O voluntariado pode ser definido como “*o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas e privadas*” (artigo 2º Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro). Assim, a prática de voluntariado consiste numa decisão voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais. É uma forma de participação activa do cidadão na vida das comunidades, uma produção de cidadania, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida, realização pessoal e uma maior solidariedade nas respostas aos vários desafios da sociedade.

Antigamente o voluntariado era caracterizado por expressões como caridade individual, beneficência, reparação, indulgência, generosidade, dedicação, de origem sobretudo religiosa, cujo propósito era a salvação quer espiritual quer terrena.

Actualmente, o voluntariado apresenta-se com novos contornos, já que os voluntários sentem-se integrados e realizados individualmente ao desenvolverem este apoio, uma vez que praticam livremente aquilo com que se identificam e enriquecem a sua personalidade.

Hoje, expressões como paz, solidariedade, tolerância, direito à diferença, prazer, amizade, são as expressões que caracterizam o voluntariado.

As organizações voluntárias dos nossos tempos cooperam entre si, não permanecendo isoladas como as de outrora, actuando a nível local e com um horizonte que se estende cada vez mais ao nível internacional.

O voluntariado contribui significativamente para o bem-estar e progresso dos países industrializados e em desenvolvimento, sob a égide de programas nacionais ou das Nações Unidas, visando assistência humanitária, a cooperação técnica e a promoção dos direitos humanos, a democratização e a paz.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

O voluntariado tem um papel decisivo ao suportar e garantir as actividades das Organizações não Governamentais, das associações profissionais, dos sindicatos, das associações cívicas, dos grupos religiosos e, de forma cada vez mais significativa, do sector privado. É ainda um mecanismo eficaz para o envolvimento na sociedade de jovens e idosos.

No entanto, e apesar de ser imensa a contribuição resultante do voluntariado, parte deste extraordinário trabalho não é reconhecido, quer porque não envolve remuneração, quer porque se trata de uma actividade espontânea e informal. De acordo com o mesmo artigo 3º que define o voluntariado, o voluntário é encarado como “o indivíduo” que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.”

Nos termos dos diplomas legais supra referidos e em particular no âmbito da Lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado<sup>35</sup> são enumerados claramente os direitos e os deveres associados à figura do voluntariado:

- Aceder a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho;
- Dispor de um cartão de identificação de voluntário;
- Enquadrar-se no regime do seguro social voluntário, caso não esteja abrangido por um regime obrigatório de segurança social;
- Exercer o trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;
- Faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela entidade promotora, em caso de missões urgentes, situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;
- Receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias previstas na lei, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário;
- Estabelecer com a entidade promotora de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;
- Ser ouvido na preparação das decisões da entidade promotora, que afectem o desenvolvimento do seu trabalho voluntário;

<sup>35</sup> Lei nº 71/98 de 3 de Novembro

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

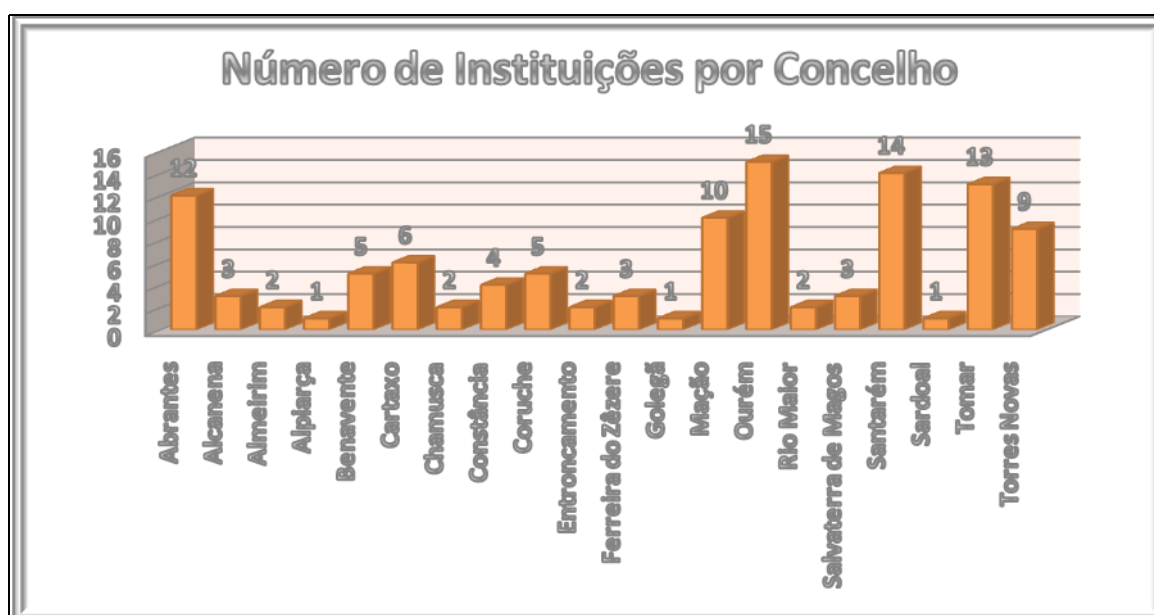
- Beneficiar de um regime especial de utilização de transportes públicos;
- Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma actividade programada pela entidade promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites estabelecidos;
- E, por fim, as faltas justificadas contam como o tempo de serviço efectivo e não podem implicar perdas de tempo regalias.

### 3. Análise de Dados do Distrito de Santarém Através da Aplicação do Inquérito

#### 3.1 Caracterização Institucional

Neste item iremos proceder à análise dos vários aspectos que caracterizam as instituições inquiridas, nomeadamente no que respeita à natureza jurídica, área de intervenção, data de fundação, público-alvo e valências/actividades desenvolvidas, recursos humanos, técnicos e financeiros e integração em Organismos.

**Gráfico I: Número de instituições por Concelho**



Como é possível observar no gráfico apresentado, verificamos que das 113 respostas obtidas, os quatro concelhos com maior número de Instituições são: o de Ourém com 15 instituições (13,3%), seguido do concelho de Santarém com 14 (12,4%), o concelho de Tomar com 13 instituições (11,5%), e, por último, o de Abrantes com 12 (10,6%).

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Com valores inferiores surgem os concelhos de Alpiarça, Golegã e Sardoal com apenas 1 instituição (0,9%). A distribuição reproduz a disposição demográfica, na medida em que o número de instituições é maior nos concelhos onde existem os maiores agregados populacionais, verificando-se o contrário relativamente aos concelhos com inferior população, onde o número de instituições diminui.

**Quadro I: Natureza jurídica das instituições**

Natureza jurídica da Instituição	Número de instituições	Percentagem
<b>Instituição Particular de Solidariedade Social</b>	94	83,2%
<b>Misericórdia</b>	5	4,4%
<b>Centro Paroquial</b>	4	3,5%
<b>Associação de Desenvolvimento</b>	2	1,8%
<b>Fundação</b>	3	2,7%
<b>Outra</b>	4	3,5%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	1	0,9%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

No quadro I podemos verificar que a maior parte do universo inquirido (83,2%) possui estatuto jurídico de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Em seguida surgem as Misericórdias (4,4%) e os Centros Paroquiais (3,5%). Para além destes, em número bastante inferior surgem as Fundações (2,7%) e as Associações de Desenvolvimento, representando apenas 1,8%. Identificamos ainda outros tipos de natureza jurídica, tais como, a Associação Humanitária de Bombeiros ou Instituição de Utilidade Pública com Fins Lucrativos, com uma percentagem de 3,5%.

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**Quadro II: Área geográfica de intervenção**

Área geográfica	Número de instituições	Percentagem
<b>Freguesia/ Paróquia</b>	54	47,8%
<b>Bairro</b>	1	0,9%
<b>Concelhia</b>	44	38,9%
<b>Distrital</b>	6	5,3%
<b>Regional</b>	5	4,4%
<b>Nacional</b>	3	2,7%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Relativamente ao âmbito geográfico de intervenção das instituições, quadro II, este revela-nos que 47,8% actuam ao nível da freguesia/paróquia e 38,9% têm âmbito de intervenção concelhia.

Apenas 5,3% das instituições actuam ao nível distrital, sendo que cinco instituições actuam ao nível regional (4,4%), três ao nível nacional (2,7%) e uma ao nível de bairro (0,9%). I

**Quadro III: Natureza jurídica segundo a área geográfica**

	IPSS	Misericórdia	Centro Paroquial	Associação de Desenvolvimento	Fundação	Outra	Nr
<b>Freguesia/ Paróquia</b>	49	0	2	0	1	2	0
<b>Bairro</b>	0	0	0	1	0	0	0
<b>Concelhia</b>	34	4	2	1	1	1	1
<b>Distrital</b>	5	0	0	0	1	0	0
<b>Regional</b>	4	1	0	0	0	0	0
<b>Nacional</b>	2	0	0	0	0	1	0



### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

O quadro III apresenta-nos o cruzamento das variáveis natureza jurídica e área geográfica.

Neste sentido, verificamos que o maior número de respostas é relativo às instituições particulares de solidariedade social, assim existem 49 respostas na área geográfica correspondente a freguesia/ paróquia, registando-se ainda 34 respostas ao nível de concelho.

Os valores mais baixos dizem respeito às IPSS no distrito (5), na região (4) e a nível nacional (2).

Observamos ainda que existem 4 misericórdias cujo nível de actuação é concelhio, 2 centros paroquiais de actuação concelhia e outros 2 de actuação ao nível de freguesia.

**Quadro IV: Data de fundação das instituições**

Data de fundação		Número de instituições	Percentagem
Séc. XVI		4	3,5%
Séc. XX	Década de 20	2	1,8%
	Década de 40	1	0,9%
	Década de 40	2	1,8%
	Década de 50	4	3,5%
	Década de 60	2	1,8%
	Década de 70	12	10,6%
	Década de 80	23	20,4%
	Década de 90	30	26,5%
Séc. XXI	Ano 2000	1	0,9%
	Ano 2001	2	1,8%
	Ano 2002	1	0,9%
	Ano 2003	1	0,9%
	Ano 2004	1	0,9%
	Ano 2005	1	0,9%
	Ano 2006	1	0,9%
Não sabe/ Não responde		25	22,1%
Total		113	100%

Ao observarmos o quadro anterior, que apresenta os dados relativos à data de fundação das instituições, verificamos que uma grande parte das instituições inquiridas foi constituída na década de 80 e 90, apresentando valores de 20,4% e

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

26,5% respectivamente. Em seguida surgem as instituições constituídas na década de 70, representando 10,6%.

Inversamente surge uma maior diversidade na data de fundação, variando entre o início do século XX até à década de 60 e todo o século XXI, com valores que variam entre os 3,5% e 0,9%. Por último identificamos 4 instituições (3,5%) no século XVI, que se refere às Misericórdias.

**Gráfico II: Número de funcionários da instituição**



Através do gráfico II, referente ao número de funcionários da instituição, verifica-se que 38 das instituições inquiridas funcionam com uma equipa de 11 a 20 funcionários, seguindo-se 32 instituições, que possuem entre 21 a 50 funcionários.

Com 15 respostas temos o conjunto de 6 a 10 funcionários e o de mais 50 funcionários. Contudo, existem ainda 4 instituições que não possuem funcionários, o que provavelmente se deve ao facto de as Instituições estarem no início da sua actividade, se encontrarem numa fase de transição ou aguardando a celebração de acordos de cooperação da Segurança Social.

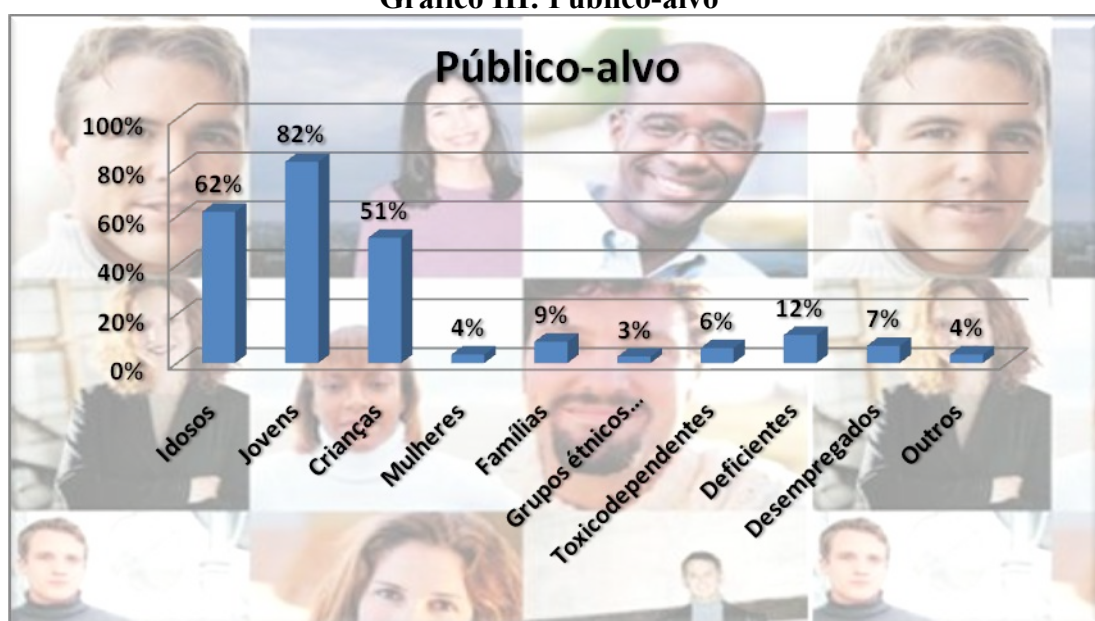
**Quadro V: Número de funcionários segundo a natureza jurídica da instituição**

Natureza Jurídica da Instituição	Número de funcionários						Total
	Não possui	1 a 5 funcionários	6 a 10 funcionários	11 a 20 funcionários	21 a 50 funcionários	Mais de 50 funcionários	
<b>IPSS</b>	3	9	12	31	29	10	<b>94</b>
<b>Misericórdia</b>	0	0	0	0	0	5	<b>5</b>
<b>Centro Paroquial</b>	0	0	1	2	1	0	<b>4</b>
<b>Associação de Desenvolvimento</b>	0	0	0	2	0	0	<b>2</b>
<b>Fundação</b>	0	0	0	3	0	0	<b>3</b>
<b>Outra</b>	1	0	2	0	1	0	<b>4</b>
<b>Não respostas</b>	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>38</b>	<b>32</b>	<b>15</b>	<b>113</b>

Através do cruzamento efectuado entre as variáveis número de funcionários e natureza jurídica (quadro V), é possível observar que existe maior número de IPSS,

É possível verificar ainda que os centros paroquiais, as associações de desenvolvimento e as fundações, representam instituições de menor dimensão, trabalhando com um número de funcionários inferior a 50.

**Gráfico III: Público-alvo\***



\* Por ser uma pergunta de múltipla escolha (uma vez que a instituição pode ter mais do que um tipo de público-alvo) o total não é igual a 100%

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Em relação à análise do público-alvo, os destinatários da intervenção das instituições que constituem a nossa amostra, constamos, através da análise do gráfico III, que os principais são os jovens com 82%, os idosos apresentando 62% do total da amostra, seguindo-se as crianças com 51%. Estes valores vêm demonstrar que as respostas das entidades de solidariedade social constituem ainda, na sua maioria, um público-alvo dito mais tradicional.

Com percentagens mais reduzidas encontram-se as pessoas portadoras de deficiência (12%), as famílias (9%), os desempregados com 7%, os toxicodependentes e as mulheres 6% e 4% respectivamente e, por fim, os grupos étnicos que representam apenas 3%.

**Quadro VI: Valências e/ou Actividades das instituições\***

Valências e/ou Actividades	Número de respostas	Percentagem
<b>Projecto de Luta Contra a Pobreza</b>	1	0,9%
<b>Creche</b>	29	25,7%
<b>Jardim-de-infância</b>	24	21,2%
<b>Lar de Jovens</b>	8	7,1%
<b>ATL</b>	39	34,5%
<b>Lar de 3ª Idade</b>	22	19,5%
<b>Centro de Dia</b>	53	16,3%
<b>Apoio Domiciliário</b>	62	19,1%
<b>Projectos de Desenvolvimento Local</b>	1	0,9%
<b>Formação Escolar</b>	7	6,2%
<b>Apoio a Jovens em Risco</b>	0	0%
<b>Minorias Étnicas</b>	0	0%
<b>Apoio a Seropositivos</b>	1	0,9%
<b>Apoio a Sem-abrigo</b>	1	0,9%
<b>Internatos/ Centros de Acolhimento</b>	6	5,3%
<b>Atendimento Integrado</b>	3	2,7%
<b>Aconselhamento/ Informação geral</b>	4	3,5%
<b>Centro de Refeições</b>	7	6,2%
<b>Alfabetização</b>	0	0%
<b>Apoio a Toxicodependentes</b>	1	0,9%
<b>Apoio a Alcoólicos</b>	1	0,9%
<b>Deficiência Física/ Motora</b>	4	3,5%
<b>Deficiência Mental</b>	10	8,8%
<b>Centro de Orientação Profissional</b>	1	0,9%
<b>Formação Profissional</b>	3	2,7%
<b>Apoio a Ex-reclusos</b>	1	0,9%
<b>Outras valências de apoio social</b>	36	31,9%

\* Por ser uma pergunta de múltipla escolha (uma vez que a instituição pode ter mais do que uma valência) o total não é igual a 100%

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

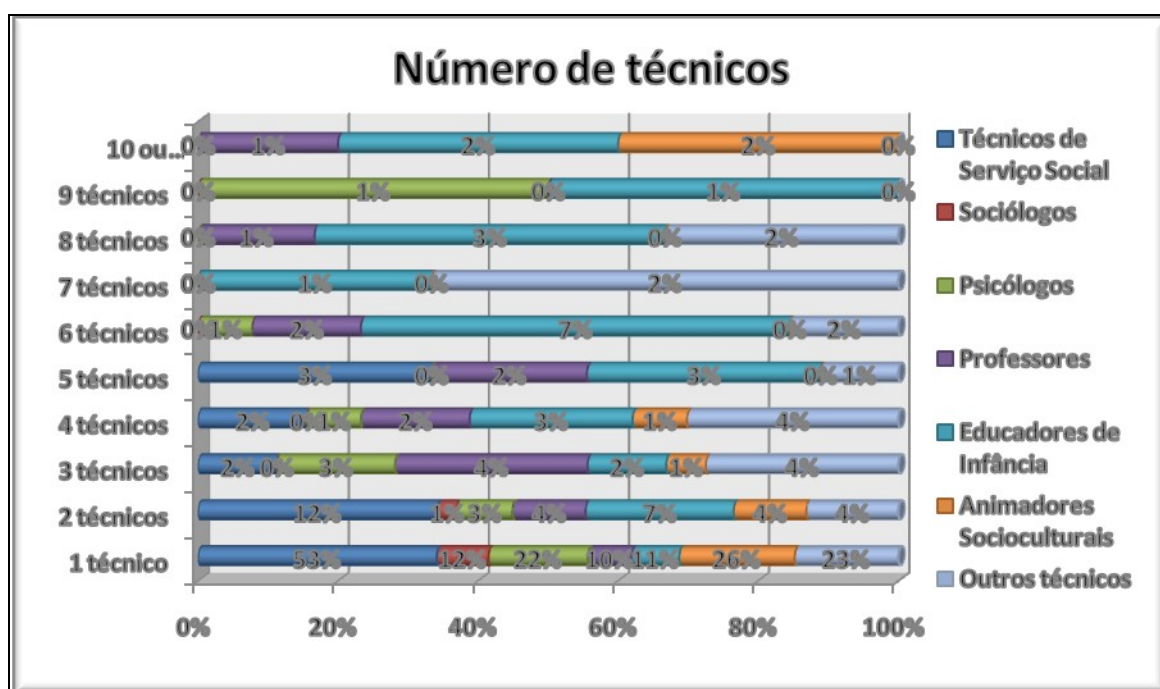
Observando o quadro VI, referente às valências e actividades desenvolvidas pelas Organizações inquiridas no distrito de Santarém, salientam-se: o Apoio Domiciliário (19,1%), o Centro de Dia (16,3%), Centro ATL (34,5%), a Creche e o Jardim-de-Infância com 25,7% e 21,2% respectivamente e o Lar de Terceira Idade (19,5%).

Desta forma é possível constatar que existe uma interdependência entre os principais destinatários das instituições e as valências/actividades desenvolvidas pelas mesmas, uma vez que, as valências dirigidas às crianças e jovens (creche, jardim-de-infância, lar de jovens, centro ATL, formação escolar, internatos/centros de acolhimento) registam 106% do total de respostas obtidas e, por sua vez, as valências destinadas à Terceira Idade (lar de terceira idade, centro de dia, apoio domiciliário) totalizam 55% das valências.

Verificamos ainda que as valências dirigidas a pessoas portadoras de deficiência (deficiência física/motora e mental) totalizam 13% das respostas. Para além disso, as valências de apoio a toxicodependentes, seropositivos, alcoólicos e ex-reclusos registam, cada uma, 0,9%.

Para finalizar, referimos ainda a existência de outras actividades e valências de carácter mais geral, cujo público-alvo é diversificado, nomeadamente o apoio às famílias: Projectos de Desenvolvimento Local e de Luta Contra a Pobreza (0,9%), Atendimento Integrado e Aconselhamento/ Informação geral com um total de 6%.

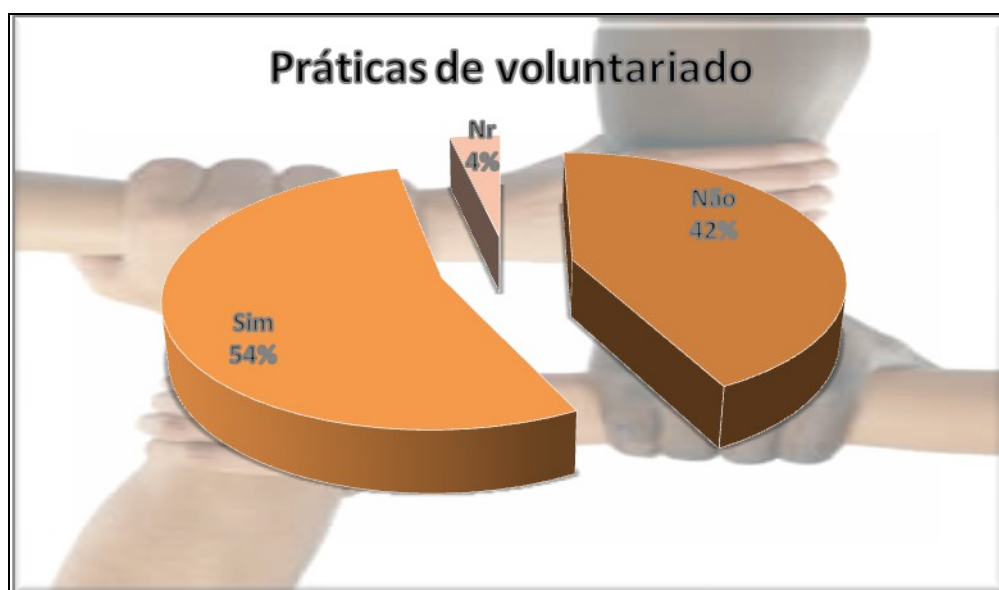
**Gráfico IV: Número de técnicos superiores da instituição**



O gráfico IV apresenta dados referentes aos recursos humanos existentes nas Instituições, mais concretamente, os técnicos superiores. Desta forma, é possível verificar que as percentagens mais elevadas dizem respeito ao funcionamento das instituições com apenas um técnico, sendo que 53% funcionam com um Técnico Superior de Serviço Social, 26% com um Animador Sociocultural, 22% com um Psicólogo, um 12% com um Sociólogo, 10% com um Professor, 11% com um Educador de Infância e 10% com um Professor.

Em contraste aparecem os valores mais baixos, entre 1% e 12%, para a restante distribuição de profissionais pelas instituições inquiridas.

**Gráfico V: Práticas de voluntariado desenvolvidas pelas instituições**



Em relação ao voluntariado, a maioria das instituições inquiridas (54%) desenvolve práticas de voluntariado, enquanto 42%, não o fazem. Este último valor não deixa de ser significativo no universo de entidades inquiridas.



### 3.2 Modelos de gestão e prioridades de organização

No que respeita aos modelos de gestão e prioridades de organização são abordados diversos aspectos relacionados com os níveis de escolaridade e as profissões dos cargos directivos, bem como o número de presidentes da instituição, integração em organismos nacionais, aspectos importantes para o funcionamento interno da instituição, e ainda prioridades para um melhor desempenho da mesma.

**Gráfico VI: Habilitações do Presidente da Direcção**



Através dos dados relativos ao grau de escolaridade do presidente da direcção, verifica-se que apesar de diversificados, 34% do total de inquiridos afirma possuir formação académica (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento). Segue-se os graus de ensino básico e secundário, com 46% de respostas.

Apesar destes resultados, verifica-se que 2% dos inquiridos desta categoria não possui qualquer tipo de habilitação.



## *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Deste modo, podemos concluir que a maioria dos Presidentes das Direcções das Instituições possuem o grau de ensino básico e secundário.

**Quadro VII: Actividade profissional do Presidente da Instituição**

Actividade profissional do Presidente da Instituição / Situação face ao Emprego	Número de instituições inquiridas	Percentagem
<b>Não sabe/ Não responde</b>	7	6,2%
<b>Administrativo</b>	1	0,9%
<b>Agricultor</b>	1	0,9%
<b>Assistente Social</b>	1	0,9%
<b>Autarca</b>	3	2,7%
<b>Auxiliar de Educação</b>	1	0,9%
<b>Bancário</b>	2	1,8%
<b>Capelão</b>	1	0,9%
<b>Comerciante</b>	3	2,7%
<b>Construtor Civil</b>	1	0,9%
<b>Contabilista</b>	1	0,9%
<b>Director geral</b>	1	0,9%
<b>Economista</b>	1	0,9%
<b>Educadora de Infância</b>	1	0,9%
<b>Electricista</b>	1	0,9%
<b>Empregado da CP</b>	1	0,9%
<b>Empresário</b>	11	9,7%
<b>Enfermeiro</b>	2	1,8%
<b>Engenheiro</b>	1	0,9%
<b>Gestor</b>	3	2,7%
<b>GNR</b>	2	1,8%
<b>Industrial</b>	1	0,9%
<b>Investigador</b>	1	0,9%
<b>Mecânico</b>	1	0,9%
<b>Médico</b>	2	1,8%
<b>Médico Psiquiatra</b>	1	0,9%
<b>Militar</b>	1	0,9%
<b>Padre</b>	5	4,4%
<b>Pároco</b>	8	7,1%
<b>Pastor</b>	3	2,7%
<b>Professor</b>	9	8%
<b>Reformado</b>	28	24,8%
<b>Sacerdote Católico</b>	1	0,9%
<b>Solicitador</b>	1	0,9%
<b>Sr. Prior</b>	1	0,9%
<b>Técnico Responsável</b>	1	0,9%
<b>Técnico Serviço Social</b>	1	0,9%
<b>Vendedor</b>	1	0,9%
<b>Vereador</b>	1	0,9%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Ao observar o quadro VI, referente à actividade profissional do Presidente da instituição (a sua situação face ao emprego), verificamos que é muito diversificada. Contudo, o valor registado mais elevado diz respeito aos reformados com uma percentagem de 24,8% (28 respostas). Este factor verifica-se, na medida em que são os reformados que possuem uma maior disponibilidade de tempo para dedicar à instituição. Em seguida surgem os Empresários, com 9,7% (11 respostas) do total obtido.

As actividades profissionais com resultados também significativos são referentes a Professor (8%), Pároco (7,1%) e Padre (4,4%).

**Quadro VIII: Eleição dos corpos sociais da instituição**

Eleição dos corpos sociais	Número de respostas	Percentagem em
<b>Apresentação de uma ou mais listas</b>	61	54%
<b>Nomes convidados</b>	31	27,4%
<b>Assembleia apresenta uma lista de nomes</b>	14	12,4%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	7	6,2%
<b>Total</b>	113	100%

No que respeita ao processo de apresentação de listas, ao observar o quadro VIII, verificamos que o processo mais utilizado é “Apresentação de uma ou mais listas” com 61 respostas (54%), seguindo-se “Nomes convidados” que obteve 31 respostas (27,4%) e por último, com 14 respostas (12,4%) temos o processo relativo a “Assembleia apresenta uma lista de nomes”.

**Gráfico VII: Número de Presidentes da instituição nos últimos 10 anos**



### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

O gráfico VII apresenta-nos a distribuição do número de presidentes da instituição nos últimos 10 anos. Desta forma, verificamos que 100 do total de instituições inquiridas afirmam ter tido entre 1 a 3 presidentes nesse período.

Observamos ainda que 10 instituições tiveram nos últimos 10 anos um número de presidentes entre 4 a 10.

**Quadro IX: Pertença à União das IPSS**

Pertença à União das IPSS	Número de instituições	Percentagem
<b>Sim</b>	82	72,6%
<b>Não</b>	18	15,9%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	13	11,5%
<b>Total</b>	113	100%

**Quadro X: Pertença à União das Misericórdias**

Pertença à União das Misericórdias	Número de instituições	Percentagem
<b>Sim</b>	8	7,1%
<b>Não</b>	92	81,4%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	13	11,5%
<b>Total</b>	113	100%

**Quadro XI: Pertença à União das Mutualidades**

Pertença à União das Mutualidades	Número de instituições	Percentagem
<b>Sim</b>	1	0,9%
<b>Não</b>	99	87,6%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	13	11,5%
<b>Total</b>	113	100%

**Quadro XII: Pertença a Organismos Internacionais**

Pertença a Organismos Internacionais	Número de instituições	Percentagem
<b>Sim</b>	7	6,2%
<b>Não</b>	93	82,3%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	13	11,5%
<b>Total</b>	113	100%

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**Quadro XIII: Não pertence a nenhum organismo**

<b>Não pertence a nenhum organismo</b>	<b>Número de instituições</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim</b>	9	8%
<b>Não</b>	91	80,5%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	13	11,5%
<b>Total</b>	113	100%

Os quadros, acima expostos, apresentam o número total de respostas obtidas por parte das instituições. Quanto à sua integração em organismos nacionais verificamos que 72,6% das instituições inquiridas pertencem à União das IPSS. Em contrapartida, no que respeita aos restantes organismos, o valor baixa, sendo que 7,1% pertence à União das Misericórdias, 0,9% à União das Mutualidades e 6,2% a Organismos Internacionais.

Referimos ainda que do total de instituições inquiridas, 8% afirma não pertencer a qualquer tipo de organismos.

Quando inquiridas sobre a forma de participação nos organismos, a maior parte das instituições limita-se a ler e informar-se sobre as actividades, assim como participar nas reuniões e assembleia. Uma pequena minoria refere integrar a direcção.

**Quadro XIV: Aspectos importantes para o funcionamento interno da instituição**

Aspectos importantes para o funcionamento da instituição	Pouco importante	%	Importante	%	Muito importante	%	Não respostas	Total
<b>Mais formação profissional</b>	4	3,5	35	31	61	54	13	113
<b>Melhor formação profissional</b>	4	3,5	30	26,5	58	51,3	21	113
<b>Mais trocas de experiências com outros técnicos</b>	1	0,9	54	47,8	41	36,3	17	113
<b>Melhores remunerações</b>	9	8	56	49,6	30	26,5	18	113
<b>Melhor ambiente de trabalho</b>	3	2,7	58	51,3	30	26,5	22	113
<b>Maior participação nas decisões</b>	8	7,1	61	54	21	18,6	23	113
<b>Alargamento dos quadros técnicos</b>	22	19,5	49	43,4	14	12,4	28	113
<b>Profissionalização do pessoal dirigente</b>	10	8,8	40	35,4	42	37,2	21	113
<b>Melhor relação com os colegas</b>	6	5,3	54	47,8	29	25,7	24	113
<b>Maior capacidade de gestão</b>	5	4,4	41	36,3	42	37,2	25	113

Em relação aos aspectos importantes para o funcionamento interno da instituição, 61 (54%) organismos responderam ser ‘muito importante’ ter “Mais formação profissional”, verificando-se igualmente um valor elevado relativo ao aspecto “Melhor formação profissional”, ao qual 58 (51,3%) organismos responderam como sendo também um aspecto igualmente muito importante. Em contrapartida, consideram importantes aspectos a “Maior participação nas decisões” (54%) e “Melhor ambiente de trabalho” (51,3%). Outros elementos considerados também como importantes são “Melhores remunerações” (49,6%), “Mais trocas de

experiências com outros técnicos” e “Melhor relação com os colegas” (47,8% respectivamente).

É ainda importante referir que no que respeita aos aspectos pouco importantes, os valores são bastante inferiores, sendo de referir que um dos aspectos com valor mais elevado diz respeito ao “Alargamento dos quadros técnicos” (19,5%) e “Profissionalização do pessoal dirigente” (8,8%).

**Quadro XV: Prioridades para melhorar o funcionamento da instituição**

Prioridade	Número de instituições	Percentagem
<b>Melhor formação e satisfação de técnicos e voluntários</b>	44	38,9%
<b>Aumentar a intervenção e participação junto dos beneficiários</b>	21	18,6%
<b>Melhorar os equipamentos da instituição e dos seus beneficiários</b>	35	31%
<b>Criar mecanismos e instrumentos de animação das instituições</b>	6	5,3%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	7	6,2%
<b>Total</b>	113	100%

O quadro XV diz respeito às prioridades a ter no sentido de melhorar o funcionamento das instituições.

Podemos verificar que 44 instituições (38,9%) afirma que a prioridade a ter, assenta, na “Melhor formação e satisfação de técnicos e voluntários”, seguindo-se o item “Melhorar os equipamentos da instituição e dos seus beneficiários” que obteve 35 respostas (31%) do total de instituições inquiridas. Contrastando com estes resultados, 6 instituições (5,3%) afirmam ser sua prioridade “Criar mecanismos e instrumentos de animação das instituições”.

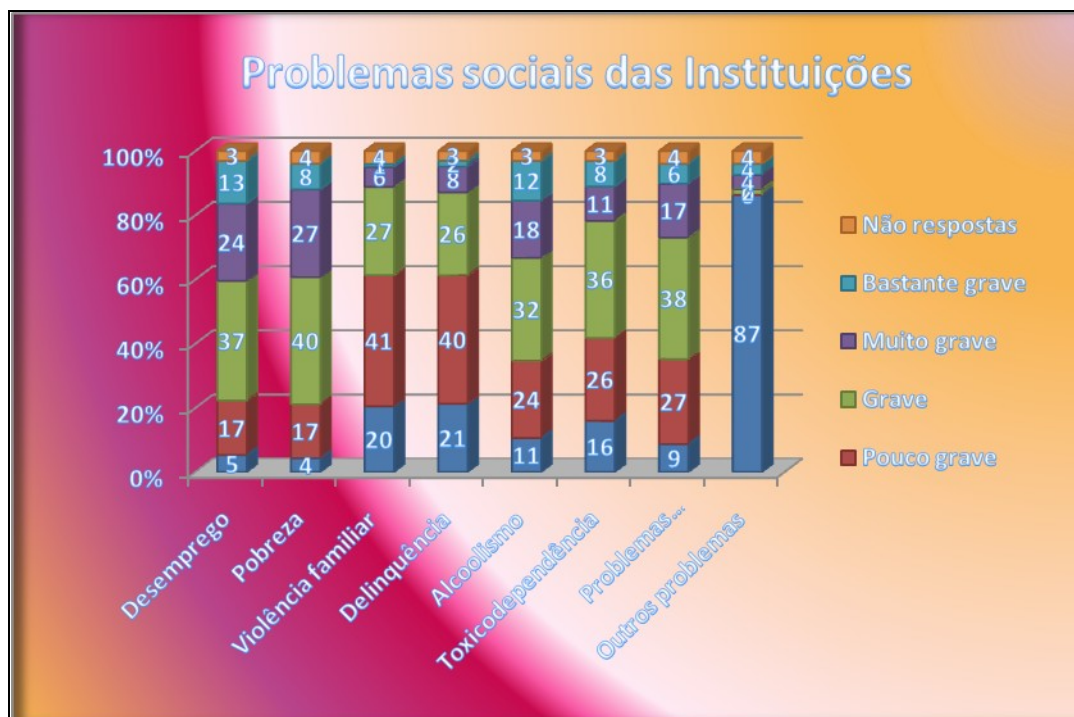
### **3.3. Identificação e Caracterização dos Problemas na Área de Intervenção da Instituição**

Os dados a seguir apresentados constituem uma fonte de informação essencial para o nosso estudo, na medida em que são apresentados os principais problemas sociais identificados pelas instituições, nas respectivas áreas de intervenção, sendo posteriormente classificados de acordo com uma escala de gravidade.

São, também, identificadas as respostas sociais desenvolvidas pelas instituições, referentes aos problemas identificados, com o objectivo de perceber até que ponto as instituições desenvolvem respostas direccionadas aos problemas classificados pelas mesmas como bastante graves. Por fim, analisamos os dados referentes às formas utilizadas pelas instituições para detectar os problemas sociais e a avaliação relativa à sua actuação.



**Gráfico VIII: Nível de gravidade dos problemas sociais identificados**

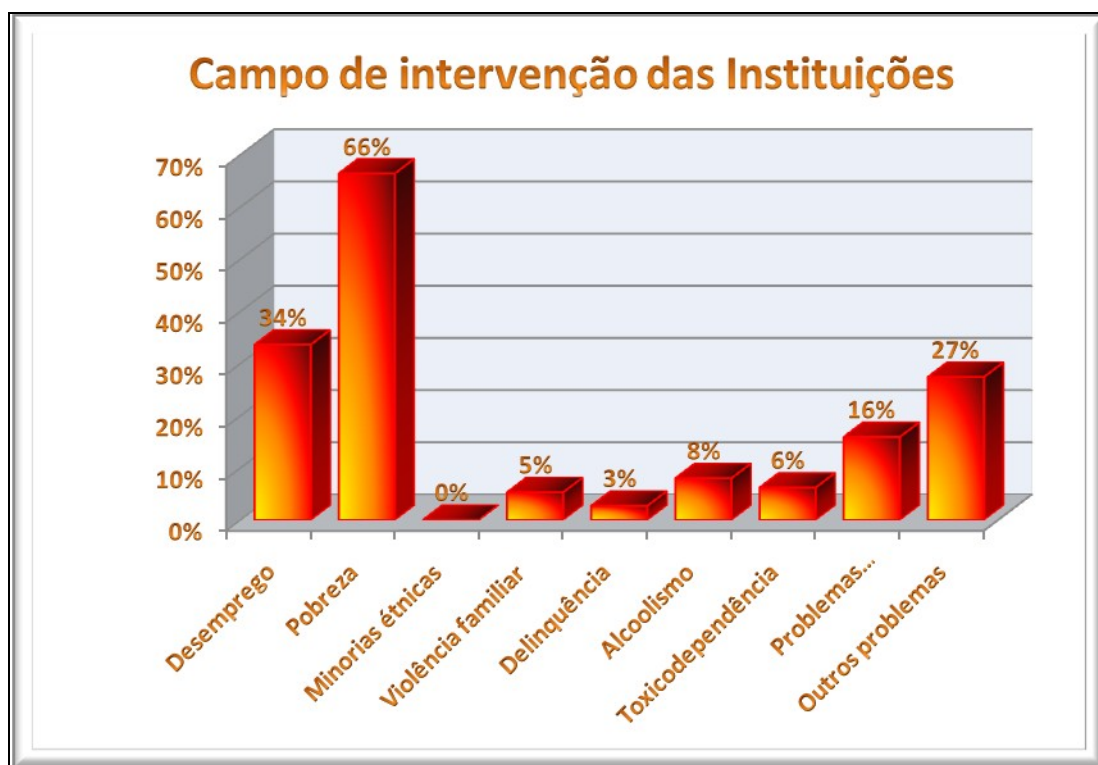


O gráfico acima apresentado, diz respeito ao nível de gravidade dos problemas sociais identificados pela instituição. Desta forma, para uma melhor compreensão das opiniões obtidas, podemos criar duas categorias: “menos grave” (congrega as categorias “não existência do problema” e “pouco grave”) e “mais grave” (que congrega as categorias “grave”, “bastante grave” e “muito grave”). Assim, constata-se que os problemas considerados “mais graves” são a pobreza (75%), o desemprego (74%), problemas habitacionais (61%), e a toxicodependência (55%).

Pelo contrário, os problemas considerados “menos graves” referem-se àqueles que estão relacionados com a violência familiar e a delinquência, ambos com 61% do total obtido.

Em relação aos “outros problemas sociais” identificados (apoio à 3ª idade e abandono escolar) registou-se um valor total de 10% de nível “mais grave”.

**Gráfico IX: Campo de Intervenção das Instituições**



O gráfico acima apresentado, revela-nos quais os campos de intervenção das instituições em termos de resposta. Desta forma, no seu conjunto, a maior parte, identificou a pobreza com 66%. Em seguida surge o desemprego (34%) e outros problemas (apoio à 3ª idade, apoio familiar, crianças em risco, deficiência e acção social) com 27%.

Em oposição, surgem aquelas que apresentam menor percentagem, relacionadas com os problemas habitacionais (16%), o alcoolismo (8%), a toxicodependência (6%), a violência familiar (5%) e a delinquência (3%).

**Quadro XVI: Formas utilizadas pela instituição para identificar os problemas sociais**

Formas utilizadas	Número de respostas	Percentagem
<b>Através de estudos ou investigação</b>	3	1,5%
<b>Dados provenientes de fontes exteriores à instituição</b>	26	13,1%
<b>Contacto directo com a população</b>	85	42,7%
<b>Solicitações directas com a população</b>	75	37,7%
<b>Outras formas</b>	10	5%

Relativamente às formas utilizadas para identificar os problemas sociais, a maioria das instituições privilegiam o contacto e as solicitações directas da população, com um total de 80,4% (42,7% e 37,7% respectivamente). Este contacto directo com a população é feito, sobretudo, através da realização de atendimentos, visitas domiciliárias e aplicação de questionários de satisfação.

A identificação dos problemas sociais é, igualmente, feita através de dados provenientes de fontes exteriores à instituição (13,1%).

Outras formas utilizadas pelas instituições para detectar os problemas prende-se com a troca de informação, trabalho em parceria com instituições locais e Rede Social concelhia (5%).

**Quadro XVII: Avaliação da instituição na actuação em relação aos problemas identificados**

<b>Avaliação da instituição na actuação dos problemas sociais</b>	<b>Número de instituições inquiridas</b>	<b>Percentage m</b>
<b>Contribui de forma decisiva para a resolução</b>	16	14,2%
<b>Papel positivo na resolução</b>	51	45,1%
<b>Nas actuais condições não podia fazer melhor</b>	25	22,1%
<b>Há muita coisa a melhorar para contribuir de forma significativa</b>	8	7,1%
<b>Pouco contribui para a resolução</b>	2	1,8%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	11	9,7%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Os dados do quadro XVII, indicam que, de um modo geral, as instituições consideram que contribuem de forma decisiva e positiva (*Contribui de forma decisiva para a resolução* (14,2%) e *Papel positivo na resolução* (45,1%)) para a resolução dos problemas identificados, perfazendo 59,3% do total de respostas obtidas.

Em contrapartida, 22,1% das instituições demonstram alguma “inércia”, no sentido em que afirmam *não poder fazer melhor nas actuais condições*, existindo ainda uma pequena percentagem (1,8%) que diz *pouco contribuir para a resolução dos problemas sociais identificados*.

### **3.4. Desenvolvimento e formas de actuação, de trabalho e de intervenção**

Os dados apresentados neste *item* referem-se ao trabalho desenvolvido em parceria com outras entidades, as principais fontes de financiamento das instituições, os recursos financeiros e informáticos e o desenvolvimento/participação em projectos nacionais/comunitários. Pretendemos desta forma, perceber a dinâmica das instituições no que concerne à participação/promoção de projectos, assim como os motivos para a não participação das mesmas.

**Quadro XVIII: Trabalho/ Colaboração com Organismos**

Organismos	Sim	%	Não	%	Não respostas	Total
<b>Câmara Municipal</b>	102	90,3	8	7,1	3	<b>113</b>
<b>Junta de Freguesia</b>	90	79,6	18	15,9	5	<b>113</b>
<b>Santa Casa da Misericórdia</b>	50	44,2	54	47,8	9	<b>113</b>
<b>Outras IPSS</b>	79	69,9	28	24,8	6	<b>113</b>
<b>Associações de Desenvolvimento Local</b>	36	31,9	66	58,4	11	<b>113</b>
<b>Outras Associações Sem Fins Lucrativos</b>	41	36,3	61	54	11	<b>113</b>
<b>Serviços Locais de Segurança Social</b>	81	71,7	28	24,8	4	<b>113</b>
<b>Centros de Saúde</b>	87	77	21	18,6	5	<b>113</b>
<b>Centros de Emprego</b>	88	77,9	19	16,8	6	<b>113</b>
<b>Estabelecimentos Educativos</b>	73	64,6	34	30,1	6	<b>113</b>
<b>Rede Social</b>	85	75,2	22	19,5	6	<b>113</b>
<b>Outros Organismos Públicos</b>	16	14,2	85	75,2	12	<b>113</b>
<b>Comissão de Coordenação Regional</b>	8	7,1	93	82,3	12	<b>113</b>
<b>Direcção Regional de Educação</b>	31	27,4	73	64,6	9	<b>113</b>
<b>Centro Regional de Segurança Social</b>	93	82,3	13	11,5	7	<b>113</b>
<b>Administração Regional de Saúde</b>	29	25,7	74	65,5	10	<b>113</b>
<b>Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza</b>	20	17,7	79	69,9	14	<b>113</b>

**Quadro XVIII: Trabalho/ Colaboração com Organismos (continuação)**

Organismos	Sim	%	Não	%	Não respostas	Total
<b>IEFP</b>	64	56,6	42	37,2	7	<b>113</b>
<b>IPJ</b>	34	30,1	68	60,2	11	<b>113</b>
<b>União da Mutualidades</b>	1	0,9	98	86,7	14	<b>113</b>
<b>União das Misericórdias</b>	13	11,5	88	77,9	12	<b>113</b>
<b>União das IPSS</b>	70	61,9	36	31,9	7	<b>113</b>
<b>Comissão Europeia</b>	4	3,5	96	85	13	<b>113</b>
<b>OMS</b>	2	1,8	97	85,8	14	<b>113</b>
<b>Organizações Congéneres</b>	3	2,7	97	85,8	13	<b>113</b>
<b>EAPN</b>	5	4,4	94	83,2	14	<b>113</b>

Os dados apresentados no quadro XVIII são relativos ao tipo de trabalho/colaboração desenvolvido com outras entidades.

Neste sentido, verifica-se que o trabalho de colaboração é, sobretudo, desenvolvido ao nível local. Este fenómeno poderá estar relacionado com o facto da maior parte das instituições ter uma área geográfica de intervenção micro/local (freguesia e concelho). Este tipo de trabalho, de parceria ou de colaboração, é efectuado sobretudo com organismos de poder local. Assim, destacam-se: a Câmara Municipal (90,3%), a Junta de Freguesia (79,6%), os Serviços Locais de Segurança Social (71,7%), os Centros de Emprego (77,9%), os Centros de Saúde (77%) e a Rede Social (75,2%).

O trabalho desenvolvido com organismos ou entidades de âmbito regional ou nacional apresentam uma percentagem elevada, destacando-se o Centro Regional de Segurança Social (82,3%), a União da IPSS (61,9%) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (56,6%).

No que respeita ao nível internacional, 3,5% referiu desenvolver trabalho de colaboração e parceria com a Comissão Europeia, 2,7% com Organizações Congéneres e 1,8% com a Organização Mundial de Saúde.

**Quadro XIX: Forma como as instituições captam os seus recursos**

Recursos necessários	Número de instituições inquiridas	Percentagem
<b>Apoios do Estado</b>	4	3,5%
<b>Geram recursos</b>	8	7,1%
<b>Formas de gestão de recursos mais adequadas que o Estado</b>	10	8,8%
<b>Apesar de possuírem recursos, não dispensam o apoio do Estado</b>	83	73,5%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	8	7,1%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

O quadro XIX apresenta os dados relativos à forma como as instituições captam os seus recursos. Assim, verificamos que 83 das instituições inquiridas (73,5%) afirmam que “Apesar de possuírem recursos, não dispensam o apoio do Estado”.

Por outro lado, 8,8% das instituições referem possuir formas de gestão de recursos mais adequadas que o Estado. Apenas uma pequena percentagem desenvolve o seu trabalho só gerando recursos (7,1%) e só com apoios do Estado (3,5%).

**Gráfico X: Principais fontes de financiamento das instituições**





### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

No que concerne às principais fontes de financiamento, o gráfico acima representado indica que a grande maioria das instituições inquiridas desenvolve a sua actividade através do apoio financeiro do Estado (74%). Para além destes resultados, uma pequena minoria das instituições (4%) refere que os fundos estruturais e comunitários são a sua principal fonte de financiamento.



**Quadro XX: Opinião da instituição sobre o apoio financeiro do Estado**

Opinião sobre o apoio do Estado	Número de instituições inquiridas	Percentagem
<b>O Estado deve reforçar os seus apoios</b>	77	68,1%
<b>O Estado não cobre nem pode cobrir todas as necessidades</b>	30	26,5%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	6	5,3%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Através da análise do quadro XX, representativo dos dados relativos à opinião das instituições no que concerne ao apoio financeiro do Estado, podemos verificar que 77 (68,1%) das mesmas afirma que “o Estado deve reforçar os seus apoios”, apesar de 30 (26,5%) instituições referir que o “Estado não cobre nem pode cobrir todas as necessidades”.

**Gráfico XI: Desenvolvimento/ Participação em projectos**



O gráfico acima exposto, apresenta-nos dados através dos quais é possível verificar que apenas 27% do total de instituições inquiridas desenvolve ou participa em projectos no âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Em oposição surge uma grande percentagem de instituições (70%) que referem não participar em qualquer projecto.

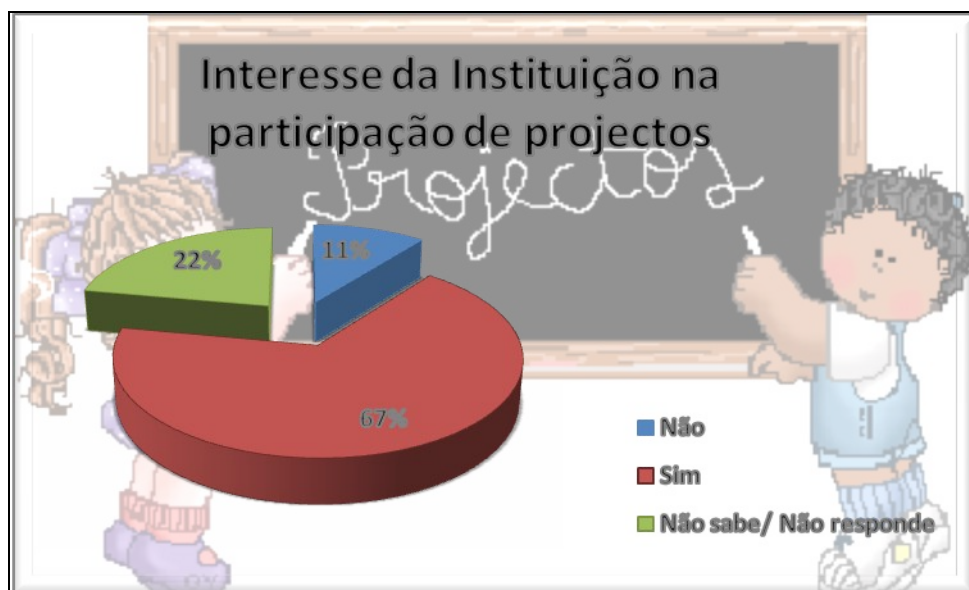
**Quadro XXI: Motivos para a não participação em Programas Nacionais e/ou Comunitários**

Motivos para a não participação	Número de instituições inquiridas	Percentagem
<b>Inacessibilidade a informação relativa aos programas</b>	14	12,4%
<b>Os objectivos dos programas não se coadunam com os objectivos da instituição</b>	10	8,8%
<b>A instituição não possui meios para desenvolver projectos</b>	42	37,2%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	47	40,7%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

O quadro XX apresenta resultados sobre os motivos que justificam a não participação da instituição em Programas Nacionais e/ou Comunitários. Neste sentido os motivos prendem-se com o facto da instituição não possui meios para desenvolver projectos (37,2%). É de salientar o elevado nº de entidades que não sabem/não respondem a esta questão (40,7%).

Referido ainda por 12,4% das instituições inquiridas, surge a inacessibilidade à informação relativa aos programas e o facto dos objectivos destes não se adaptarem com os objectivos da instituição (8,8%).

**Gráfico XII: Interesse da Instituição de futuramente participar em projectos**



Através da análise do gráfico XII relativo ao interesse da instituição de futuramente participar em projectos, verificamos que 67% do total de instituições inquiridas está realmente interessada nessa possibilidade, ainda que 11% das mesmas não mostrem interesse em participar.

Relativamente aos programas desenvolvidos pelas instituições destacam-se programas na área do desenvolvimento local (LEADER), Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), Rendimento Social de Inserção (RSI) e Ser Criança, nos quais integram diversos projectos, tais como Projecto de Intervenção Precoce, Plano de Desenvolvimento Social e Luta Contra a Pobreza.

A população a quem se destinam estes projectos é na sua maioria crianças e jovens, idosos e pessoas carenciadas.

**Quadro XXII: Modo como a Instituição está interessada em funcionar em Projectos no âmbito dos Programas Nacionais/Comunitários**

<b>Modo como a Instituição está interessada em funcionar em Projectos no âmbito dos Programas Nacionais/Comunitários</b>	<b>Número de instituições inquiridas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Promotora e única entidade</b>	7	6,2%
<b>Promotora em parceria com outras instituições</b>	28	24,8%
<b>Em parceria com outras instituições</b>	44	38,9%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	23	20,4%
<b>Não se aplica</b>	11	9,7%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Quando questionadas relativamente às formas de participar nos projectos, do total das instituições que referiram ter interesse de participar em projectos, 44 instituições (38,9%) evidencia claramente uma predisposição para o trabalho de parceria; 24,8% responderam que gostariam de ser entidade promotora em parceria com outras instituições e apenas 6,2% mostra interesse em ser promotora e única entidade.

**Quadro XXIII: Formas de melhoria dos recursos humanos**

<b>Melhoramento dos meios humanos</b>	<b>Número de respostas</b>	<b>Percentage m</b>
<b>Aumento do número de técnicos</b>	33	29,2%
<b>Alargamento da rede de voluntários</b>	16	14,2%
<b>Manter o quadro de técnicos e voluntários, promovendo acções de formação</b>	57	50,4%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	7	6,2%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Quando questionadas relativamente às formas de melhoria dos recursos humanos das instituições, verificamos que 50,4% destas dão particular importância ao facto de manter o quadro técnico e voluntários, promovendo, se necessário, acções de formação.

29,2% das instituições consideram que a forma mais adequada consiste no aumento do número de técnicos. E, por fim, 14,2% das instituições consideram importante o facto de alargar a rede de voluntários. Estes valores remetem-nos, assim, para a valorização da formação dos recursos humanos, como resposta às constantes transformações da realidade social, apostando na actualização das metodologias e técnicas, de forma a garantir, de modo adequado e contínuo, uma adaptação permanente aos diferentes contextos sociais.

**Quadro XXVI: Meios informáticos**

<b>A instituição está dotada de meios informáticos</b>	<b>Número de respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim e são suficientes</b>	54	47,8%
<b>Sim, mas são insuficientes</b>	46	40,7%
<b>Não</b>	6	5,3%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	7	6,2%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Passando a analisar os meios informáticos da instituição, verificamos, através do quadro XXVI, que 54 instituições (47,8%) se encontram capacitadas de meios informáticos e que os mesmos são considerados suficientes.

Contudo, existe ainda um relevante número de instituições (40,7%) que apesar de possuir recursos informáticos, estes não são suficientes para o trabalho

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

que é desenvolvido. Por último, 6 instituições (5,3%) afirmam não dispor de meios informáticos.

**Quadro XXV: Opinião sobre o desenvolvimento das ONG no futuro**

Afirmações	Concordo	Concordo parcialmente	Discordo	Não respostas	Total
<b>O número de ONG's vai aumentar</b>	30,1	33,6	24,8	11,5	<b>113</b>
<b>O seu número vai manter-se estável</b>	35,4	27,4	19,5	17,7	<b>113</b>
<b>Vão aumentar a sua influência na definição de políticas sociais</b>	36,3	39,8	13,3	10,6	<b>113</b>
<b>Vão aumentar a sua capacidade na resolução de problemas sociais</b>	43,4	38,9	5,3	12,4	<b>113</b>
<b>Vão estar cada vez mais sozinhas na promoção da acção social</b>	19,5	33,6	36,3	10,6	<b>113</b>
<b>Vão substituir-se cada vez mais ao Estado</b>	27,4	36,3	23,9	12,4	<b>113</b>
<b>Vão alargar o seu âmbito de intervenção</b>	54,9	31,0	6,2	8	<b>113</b>
<b>As orientações vão ser mais definidas pelos técnicos e menos pelos voluntários</b>	55,8	26,5	8,8	8,8	<b>113</b>
<b>Devem dotar-se de mais e melhores meios e capacidade de gestão</b>	76,1	12,4	2,7	8,8	<b>113</b>
<b>Tendência a desaparecer</b>	6,2	9,7	71,7	12,4	<b>113</b>

No que concerne à opinião das instituições relativamente ao desenvolvimento futuro da actividade das ONG's, uma grande maioria do total de instituições inquiridas (76,1%) concordam que as organizações devem *dotar-se de mais e melhores meios e capacidade de gestão*. As instituições concordam ainda que *as orientações vão ser mais definidas pelos técnicos e menos pelos voluntários* (55,8%) e que estas *vão alargar o seu âmbito de intervenção* a novas valências e áreas de actividade (54,9%).

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

É, também, opinião da maioria das instituições que estas organizações vão *aumentar a sua capacidade na resolução de problemas sociais* (43,4%), e até que estas vão *substituir-se cada vez mais ao Estado* (27,4%).

Outro aspecto relevante é o facto das instituições considerarem que vão aumentar a sua influência na definição de políticas sociais (36,3%).

Algumas instituições inquiridas concordam que o número de ONG's vai manter-se estável (35,4%), apesar de 30,1% das instituições acreditar que o número irá aumentar e 7% considerarem que estas têm tendência a desaparecer.

**Gráfico XIII: Evolução das situações de pobreza nos últimos 5 anos**



Analisando as representações sobre a evolução das situações de pobreza nos últimos 5 anos (gráfico XV), verificamos que, de acordo com a opinião das instituições inquiridas, as mesmas *aumentaram*, quer no país (83%), quer na zona de acção das entidades (54%).

Ainda que 35% das instituições tenha referido que as situações de pobreza se *mantiveram* na zona (35%) e no país (7%), uma pequena percentagem afirma que as mesmas *diminuíram* (7% na zona e 4% no país).

Desta forma, de acordo com dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (Rendimento e Condições de Vida – 2006) 18% da população portuguesa



### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

encontrava-se, em 2006, abaixo do limiar da pobreza, ou seja, tinham um rendimento médio mensal por adulto equivalente inferior a 366€.

Relacionando estes valores com a situação actual vivida pela sociedade portuguesa, concluímos que os dados apresentados pelas instituições inquiridas vão ao encontro da realidade social.

**Gráfico XIV: Evolução das situações de pobreza nos próximos 5 anos**



Quanto aos próximos 5 anos a opinião das Instituições inquiridas revelam uma situação que não é nada reconfortante, na medida em que 72% considera que as situações de pobreza tenderão a aumentar no país e 58% acredita que o mesmo aconteça na zona.

Apenas 6% acredita que a situação tenderá a diminuir na zona e 5% no país, ainda que algumas instituições acreditem que as situações de pobreza tenderão a manter-se (30% na zona e 18% no país).

Apesar destes resultados é importante que sejam tomadas medidas que previnam as situações de pobreza extrema. Alguns dos esforços a desenvolver podem ir no sentido de promover acções que aumentem a eficácia dos programas de luta contra a pobreza e exclusão social; estabelecer uma maior interacção entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno; promover a integração social e a organização dos serviços e outras actividades que visem o

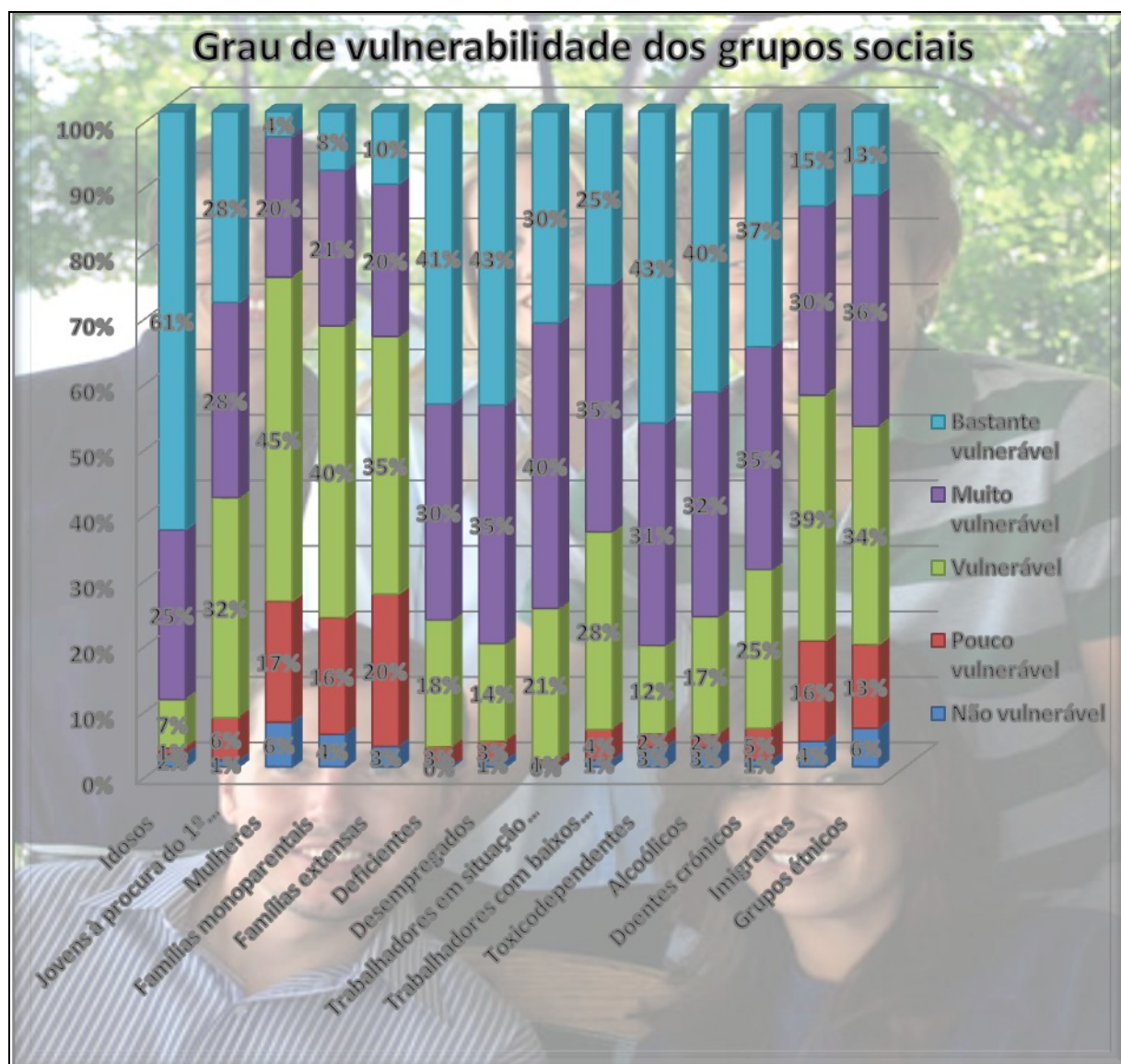


desenvolvimento das competências das pessoas que se encontram em situação de pobreza/exclusão.

### **3.5. Representações sobre a Exclusão Social e formas de intervenção para a sua diminuição ou resolução**

Os dados seguintes referem-se à evolução das situações de pobreza, às representações das instituições relativas à exclusão social, sobretudo no que respeita ao grau de vulnerabilidade dos grupos sociais identificados, o nível da área geográfica de intervenção, assim como a responsabilidade pela resolução dos problemas sociais e as formas de actuação das instituições.

**Gráfico XV: Grau de vulnerabilidade dos grupos sociais**



O gráfico XV apresenta dados relativos ao grau de vulnerabilidade dos grupos sociais face às situações de pobreza e exclusão social, segundo as instituições.

Assim, verificamos que os grupos considerados *bastante vulneráveis* são: os idosos (61%), os toxicodependentes e os desempregados (ambos com 43%), os deficientes (41%) e os alcoólicos (40%). Em termos gerais, todos os grupos são considerados *muito vulneráveis* com percentagens entre os 20% e os 40%.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Pelo contrário, os grupos sociais considerados *pouco vulneráveis* pelas instituições são as famílias extensas (20%), as mulheres (17%), imigrantes e famílias monoparentais (16%) e os grupos étnicos (13%).

**Gráfico XVI: Responsabilidade dos Organismos na resolução de problemas sociais**



que respeita à opinião das instituições inquiridas quanto à *responsabilidade na resolução dos problemas sociais* – gráfico XVI – verificamos claramente que esta é atribuída maioritariamente ao Estado (73%).

É notório que ao Estado continua a ser atribuído a principal responsabilidade pela área da promoção da acção social, no sentido em que é este que tem a função de controlar e financiar estas instituições, assim como a de adaptar os objectivos das instituições com os da Segurança Social, de forma a alcançarem um melhor desempenho.

Para além disso, 10% das instituições atribuem também a responsabilidade pela resolução dos problemas à Sociedade Civil e à União Europeia (5%). As percentagens menos significativas dizem respeito às Autarquias (4%) e Partidos Políticos (1%).

**Gráfico XVII: Beneficiários directos da intervenção social**



Através da análise do gráfico relativo aos *beneficiários directos da intervenção social*, verificamos que a maioria das instituições (81%) considera que os grupos socialmente mais desfavorecidos devem ser os principais beneficiários da intervenção. Por sua vez, 14% do total de instituições inquiridas refere que a população em geral deve beneficiar da intervenção social.

**Quadro XXVI: Forma de actuação mais adequada ao combate da exclusão social**

Forma de actuação mais adequada ao combate da exclusão social	Número de instituições inquiridas	Percentagem
<b>Intervenção local, de forma individualizada, desenvolvida pelas instituições segundo a área e a população específica</b>	5	4,4%
<b>Intervenção local, desenvolvida pelo trabalho conjunto, em rede e em parceria das instituições de âmbito similar</b>	27	23,9%
<b>Intervenção global (nacional e internacional), de forma especializada, segundo a área de trabalho das instituições</b>	5	4,4%
<b>Intervenção global, através de um trabalho em rede e em parceria com as várias instituições existentes</b>	4	3,5%
<b>Intervenção local, com trabalho desenvolvido em rede, de forma a consubstanciar políticas sociais sólidas</b>	64	56,6%
<b>Não sabe/ Não responde</b>	8	7,1%
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>

Os resultados relativos à *forma de actuação mais adequada por parte das instituições ao combate da exclusão social*, indicam-nos que a grande maioria dos inquiridos (56,6%) acredita que a intervenção social deve ser promovida para o local, tendo em conta a envolvente global, por sua vez, 23,9% das instituições considera mais importante a intervenção local, desenvolvida pelo trabalho conjunto, em rede e em parceria das instituições de âmbito similar existentes.

No que respeita à intervenção local, de forma individualizada, desenvolvida pelas instituições segundo a área e a população específica, 4,4% das instituições afirma exercer a forma de actuação mais adequada ao combate à exclusão social. Em relação à Intervenção global (nacional e internacional), de forma especializada, segundo a área de trabalho das instituições, 4,4% das instituições respectivamente, afirmam exercer as melhores formas de actuação.

## **Conclusão**

A realização deste trabalho de investigação tem como objectivo aprofundar e promover conhecimentos sobre as ONG's do distrito, já que estas são entidades que desenvolvem trabalho na área social com os diversos públicos-alvo, crianças, idosos e deficientes.

Esta investigação visa compreender, também, as representações que as ONG's possuem sobre os fenómenos da pobreza e exclusão, ou seja, a forma como estas instituições identificam os problemas sociais, os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social, bem como os principais problemas de intervenção, as suas estratégias e metodologias de trabalho, as suas prioridades e os recursos utilizados para esse fim.

Deste modo a realização deste trabalho de investigação permitiu responder às respectivas questões de partida: *Qual o verdadeiro estatuto das ONG's? Quais as práticas que as caracterizam e que critérios as orientam? Como é representada a sua articulação com o Estado e com a sociedade e que soluções se julgam necessárias a esse respeito? Quais os problemas que existem na sociedade e quais os de solução prioritária na opinião das ONG's? Quais as estratégias e metodologias de actuação/ intervenção que pensam ser as mais úteis para os resolver?*

Relativamente ao estatuto das ONG's concluiu-se que a maior parte das instituições inquiridas tem estatuto jurídico de IPSS. Seguidamente surgem as misericórdias, os centros paroquiais, e as fundações. Verifica-se a existência de um número muito reduzido de associações de desenvolvimento local. Estas foram fundadas, na sua maioria sobretudo, entre a década de 70 e a década de 90. Verificámos, ainda, que grande parte das instituições são de média dimensão, no respeitante ao número de colaboradores.



### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Respondendo à questão *"Quais as práticas que as caracterizam e que critérios as orientam"* verificou-se que ao nível das valências, as ONG's em Portugal assumem um carácter "tradicional" e assistencialista, destacando-se as valências de apoio domiciliário, o centro de dia, centro ATL, a creche, o jardim-de-infância e o lar de terceira idade. Assim sendo, o público-alvo é constituído maioritariamente por crianças/jovens e idosos, reconhecendo um público-alvo de cariz "tradicional", numa reduzida percentagem surgem os deficientes e as famílias.

O voluntariado constitui uma componente indispensável dos recursos humanos das instituições, na medida em que a maioria das instituições inquiridas referiram desenvolver práticas de voluntariado, nomeadamente ao nível dos dirigentes.

Dando resposta à pergunta *"Como é representada a sua articulação com o Estado e com a sociedade e que soluções se julgam necessárias a esse respeito?"* verificámos que quanto à integração em organismos nacionais, 72,6% das ONG's inquiridas pertencem à União das IPSS. Em contrapartida, no que concerne aos restantes organismos, o valor baixa, sendo que 7,1% pertence à União das Misericórdias, 0,9% à União das Mutualidades e, 8% das instituições referiu não integrar qualquer tipo de organismos.

Relativamente à forma como as instituições captam os seus recursos, é notório o número de instituições que referem que apesar de possuírem recursos, não dispensam o apoio do Estado, revelando uma insuficiente auto sustentabilidade por parte das instituições, possuindo poucas fontes de financiamento próprias. Assim sendo, o Estado constitui a principal fonte de financiamento. Apesar deste apoio do Estado, muitas instituições inquiridas referem que o mesmo deve reforçar os seus apoios.

O interesse das instituições em participar ou desenvolver projectos futuramente é bastante significativo (67%), sendo que a maioria está predisposta a trabalhar em parceria com outras instituições.

Em relação aos *problemas que existem na sociedade e quais os de solução prioritária na opinião das ONG's*, constatámos que as instituições identificam como

grupos mais vulneráveis: os idosos, os toxicodependentes e desempregados, os deficientes e os alcoólicos. Pelo contrário, os grupos sociais menos referidos pelas instituições são as famílias extensas, as mulheres, imigrantes e famílias monoparentais e os grupos étnicos.

Quanto aos problemas sociais identificados pelas instituições como os “mais graves” constatou-se a pobreza, o desemprego, os problemas habitacionais e a toxicodependência. Pelo contrário, os problemas considerados “menos graves” referem-se àqueles que estão relacionados com a violência familiar e a delinquência.

Para detectar os problemas sociais, as instituições privilegiam o contacto e as solicitações directas da população. Este contacto directo com a população é feito, sobretudo, através da realização de atendimentos, visitas domiciliárias e aplicação de questionários de satisfação. A identificação dos problemas sociais é, igualmente, feita através de dados provenientes de fontes exteriores à instituição.

As instituições inquiridas referem que é ao Estado que cabe a responsabilidade na resolução dos problemas sociais. É de salientar que ao Estado continua a ser atribuído a principal responsabilidade pela área da promoção da acção social, no sentido que é este que tem a função de controlar e financiar estas instituições, assim como a de adaptar os objectivos das instituições com os da Segurança Social de forma a alcançarem um melhor desempenho na intervenção que prosseguem.

No que concerne às *estratégias e metodologias de actuação/ intervenção face aos problemas sociais*, as instituições consideram que no combate à exclusão social a actuação passa pela intervenção local, com trabalho desenvolvido em rede e em parceria, de modo a consubstanciar políticas sociais integradas.

A articulação das instituições com outros organismos é, sobretudo, desenvolvida ao nível local, nomeadamente a Câmara Municipal, Segurança Social, Juntas de Freguesia, Centros de Emprego, Centros de Saúde, Rede Social e outras IPSS's, dando origem a projectos comuns e à colaboração em diversas acções.



### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

As instituições consideram como prioridades para melhorar o seu funcionamento, sobretudo, uma melhor formação e satisfação de técnicos e funcionários, melhoramento dos equipamentos, bem como um aumento da intervenção junto dos potenciais beneficiários. É, de salientar, que para melhorar os seus recursos humanos as instituições consideram como mais importante a promoção de acções de formação juntos de técnicos e voluntários já existentes, sendo que algumas instituições referem, também, a necessidade de aumentar o número de técnicos.

Assim sendo, podemos concluir, através da análise destes dados que as ONG's desenvolvem o seu trabalho, essencialmente, com crianças, jovens e idosos, revelando um carácter mais "tradicional". Deste modo, as instituições não respondem, na sua maioria, a outro tipo de grupos sociais apesar de os identificarem como problemáticas que necessitam de respostas, não só por parte do Estado, como também, da sociedade civil.

Quanto à concepção que as instituições têm no que respeita à pobreza, o presente estudo permitiu concluir que a maioria considera que esta aumentou nos últimos 5 anos no país, e na respectiva zona de actuação. Percepcionam que no futuro que as situações de pobreza tenderão a aumentar. Não obstante, a sua opinião sobre o desenvolvimento das ONG's no futuro, as respostas mais evidenciadas são de que as organizações irão aumentar a sua capacidade na resolução de problemas sócias e, serão mais influentes na definição de políticas sociais.

Concluindo, uma vez as ONG's afirmam a sua motivação para a participação e desenvolvimento de projectos e mostram predisposição para o trabalho em rede, revela-se a oportunidade de se aceitar o desafio de desenvolverem programas com prioridade para os grupos excluídos, de modo a assegurar, em parceria com outras instituições e organizações, a inclusão dos indivíduos e grupos mais vulneráveis da população em situação de risco e/ou exclusão social visando a melhoria das suas condições de vida e a redução da pobreza.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, João Ferreira, *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994.
- CAPUCHA, Luís (Coordenação), *ONG's de Solidariedade Social - Práticas e Disposições*, Cadernos REAPN, N.º 2, Porto, Porto Editora, 1995.
- CAPUCHA, Luís. AIRES, Sérgio. QUINTELA, João. REIS, Ana Luísa. SANTOS, Paulo Costa. “ONG's de Solidariedade Social: Práticas e Disposições”, Cadernos REAPN, Porto, 2005.
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro – *Metodologia da Investigação. Guia para a Auto – Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.
- CARREIRA, Henrique Medina, *As Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1996.
- CASTEL, Robert, *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998
- COSTA, Alfredo Bruto da, “*Conceito de Pobreza*”, in *Estudos de Economia*, vol. IV, nº3, Abril -Junho, 1984.
- COSTA, Firmino, *Portugal que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, 1998.
- COSTA, Alfredo Bruto da, “*Uma Conversa sobre Pobreza – conceitos, políticas e acções em Portugal*” Porto, REAPN, 2003.
- ESTIVILL, Jordi. RODRIGUES, Fernanda. “*10 Anos de REAPN em Portugal*” Cadernos REAPN, Porto Editora, Porto 2004.

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

- FERREIRA, Silva, *As Organizações no terceiro sector da Segurança Social*, Actas do IV Congresso Português da Sociologia, 2002.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, *Plano Nacional de Acção para a Inclusão*, Instituto de Segurança Social, 2006.
- PAIVA, Júlio “*Pobreza, Exclusão, Desemprego e empresas de Inserção em Portugal*”, Ed. Rede Europeia Anti – Pobreza Portugal, Lisboa, 2006.
- PESTANA, Maria Helena. GAGEIRO, João Nunes. *Análise de Dados para Ciências Sociais, A complementaridade do SPSS*. 4ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa, 2005
- ROOM, G. “*Trajectories of social exclusion: the wider context for the third and first worlds*”, GORDON, D. & TOWNSEND, P. (Eds.). *Breadline Europe: the measure of poverty*. Bristol, U.K.: The Policy Press, 2000.
- PEREIRA, Hélder (Moderador), Redacção, Mesa Redonda: *Economia Social e o Terceiro Sector em Portugal*, delimitação, estudos e projectos. Auditório do INDEG/ISCTE, Lisboa, 2004.
- RUIVO, Fernando “*Poder Local e Exclusão Social*”, Quarteto Editora, 2ª Edição, Coimbra, 2002.
- SANTOS, Luís, “*As Instituições Particulares de Solidariedade Social e a Acção Social em Portugal*” in BARROS, Carlos Pestana e SANTOS, José C. Gomes (Orgs.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.
- VARIZ, Paulo Eurico. *Fundamentos Económicos e Sociológicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Vulgata Editora em Representação da Associação Portuguesa da Segurança Social, 1ª Edição, Lisboa, 1998.
- XIBERRAS, Martine, *As Teorias da Exclusão: para uma construção do Imaginário do Desvio*, Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

## **Webgrafia**

- Biblioteca digital – [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)
  
- Anuário Estatístico 2006 da região Centro (Médio Tejo) e Anuário Estatístico 2006 da região Alentejo (Lezíria do Tejo) – [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
  
- Segurança social – [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)
  
- Rede Europeia Anti.-Pobreza Portugal – [www.reapn.org](http://www.reapn.org)
  
- Instituto Português da Juventude – [www.ipj.pt](http://www.ipj.pt)
  
- Informação Geográfica, populacional e económica – [www.portugal.veraki.pt](http://www.portugal.veraki.pt)
  
- Carta social – [www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt)
  
- População estrangeira e migrante – [semanal.omirante.pt](http://semanal.omirante.pt)
  
- Caritas – [www.caritas.pt](http://www.caritas.pt)
  
- Eurostat – [ec.europa.eu/comm](http://ec.europa.eu/comm)

## **Anexos**

### **Anexo I: Inquérito por questionário**

#### **I – CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

**DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:**

**MORADA:**

\_\_\_\_\_

**C.P.** \_\_\_\_\_ **LOCALIDADE** \_\_\_\_\_ **CONCELHO**

\_\_\_\_\_

**TELEFONE:** \_\_\_\_\_ **FAX:**

\_\_\_\_\_

**DATA DE FUNDAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_ **SITE NA INTERNET:**

\_\_\_\_\_

#### **1. Natureza Jurídica da Instituição**

1.1. Instituição Particular de Solidariedade Social	
1.2. Misericórdia	
1.3. Centro Paroquial	
1.4. Associação de Desenvolvimento	
1.5. Cooperativa	
1.6. Fundação	
1.7. Outra. Qual?	

#### **2. Área Geográfica de Intervenção** *(pode ser assinalada mais do que uma opção)*

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

2.1. Freguesia/Paróquia	
2.2. Bairro	
2.3. Concelhia	
2.4. Distrital	
2.5. Regional	
2.6. Nacional	
2.7. Transnacional	

**3. Número de Funcionários**

3.1. 1 a 5 funcionários	
3.2. 6 a 10 funcionários	
3.3. 11 a 20 funcionários	
3.4. 21 a 50 funcionários	
3.5. mais de 50 funcionários	

**4. Qual o tipo de população/populações-alvo a que a instituição dedica a sua actividade (preferencialmente)?**

4.1. Idosos	
4.2. Jovens	
4.3. Crianças	
4.4. Mulheres	
4.5. Famílias	
4.6. Grupos Étnicos Desfavorecidos	
4.7. Toxicodependentes	
4.8. Deficientes	
4.9. Desempregados	
4.10. Outros. Quais?	

**5. Quais são as valências de apoio social que a Instituição oferece e qual o nº de utentes por valência?**

Valências e/ou Actividades	Número de Utentes
5.1. Projecto de Luta Contra a Pobreza	
5.2. Creche	
5.3. Jardim-de-infância	
5.4. Lar de Jovens	
5.5. Centro ATL	
5.6. Lar de Terceira Idade	
5.7. Centro de Dia	
5.8. Apoio Domiciliário	
5.9. Projectos de Desenvolvimento Local	
5.10. Formação Escolar	
5.11. Minorias Étnicas	
5.12. Apoio a Jovens em Risco	
5.13. Apoio a Seropositivos	

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

5.14. Apoio a sem-abrigo	
5.15. Internatos/Centros de Acolhimento	
5.16. Atendimento Integrado	
5.17. Aconselhamento/Informação Geral	
5.18. Centro de Refeições	
5.19. Alfabetização	
5.20. Apoio a Toxicodependentes	
5.21. Apoio a alcoólicos	
5.22. Deficiência Física/Motora	
5.23. Deficiência Mental	
5.24. Centro de Orientação Profissional	
5.25. Formação Profissional	
5.26. Apoio a ex-reclusos	
5.27. Outra. Qual?	

**6. Qual o nº de técnicos que trabalha na Instituição?**

<b>Técnicos</b>	<b>Número</b>
6.1. Técnicos de Serviço Social	
6.2. Sociólogos	
6.3. Psicólogos	
6.4. Professores	
6.5. Educadores de Infância	
6.6. Animadores sociais/culturais	
6.7. Outros técnicos (quais)?	

**7. A Instituição desenvolve práticas de voluntariado?**

7.1. Sim ☐

7.2. Não ☐

***Se responder Não, passe à questão n.º9***

**8. Assinale nos quadros seguintes a situação em que se encontra a Instituição no que se refere às práticas do voluntariado.**

**8.1) Número de voluntários**

<b>Número de Voluntários</b>	<b>(A) Masculino</b>	<b>(B) Feminino</b>
8.1.1. De 1 a 5		
8.1.2. De 6 a 10		
8.1.3. De 11 a 15		
8.1.4. Mais de 15		

## 8.2) Categorias profissionais

<b>Categorias Profissionais</b>	<b>(A) Masculino</b>	<b>(B) Feminino</b>
8.2.1. Cargos Directivos		
8.2.2. Trabalho Técnico		
8.2.3. Trabalho Administrativo		
8.2.4. Pessoal Auxiliar		
8.2.5. Outros. Quais?		

## 8.3) Grupo Etário

<b>Grupo Etário dos Voluntários</b>	<b>(A) Masculino</b>	<b>(B) Feminino</b>
8.3.1. 15 – 25		
8.3.2. 25 – 35		
8.3.3. 35 – 45		
8.3.4. 45 – 55		
8.3.5. + 55		

## II - MODELOS DE GESTÃO E PRIORIDADES DE ORGANIZAÇÃO

**9. Na generalidade, existe a ideia que as Direcções das ONG's de solidariedade social são constituídas por pessoas das mais variadas formações. Conhecer quem dirige este tipo de Instituições é para nós muito importante. Indique as habilitações e actividades profissionais dos elementos que constituem a Direcção.**

	<b>9.1 HABILITAÇÕES</b>	<b>9.2 ACTIVIDADE PROFISSIONAL</b>
Presidente da Direcção		
Vice-Presidente		



*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Secretário		
Tesoureiro		
Vogal		
Vogal		
Vogal		

**10. Para eleição dos corpos sociais das ONG's de solidariedade social existem, normalmente, vários processos de apresentação de listas. Indique qual ou quais os processos que acontecem com mais frequência na sua Instituição.**

10.1. Apresentação de uma ou mais listas	
10.2. Nomes convidados	
10.3. A Assembleia apresenta uma lista de nomes	

**11. Nos últimos dez anos quantas pessoas foram Presidentes da Instituição?**

\_\_\_\_\_.

**12. O desenvolvimento da actividade de uma ONG de solidariedade social implica, frequentemente, o estabelecimento de relações estabilizadas e regulares, com diversas entidades congéneres. Essas relações, muitas vezes, traduzem-se na pertença a organismos de carácter associativo e de representação. Gostaríamos que nos dissesse se a sua Instituição pertence a alguns dos seguintes organismos e qual a sua participação neles. Indique na primeira coluna se pertence a algum desses organismos e assinale nas restantes a(s) forma(s) de participação.**

	(1) Pertence	(2) Integra a Direcção	(3) Participa nas Reuniões e Assembleia	(4) Lê, Informa-se sobre as actividades	(5) Só paga quotas

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

12.1. União das IPSS					
12.2. União das Misericórdias					
12.3. União das Mutualidades					
12.4. Organismos Internacionais					
12.5. Nenhum					

**13. São vários os aspectos importantes para o funcionamento interno de uma organização. Em relação à sua Instituição, quais dos seguintes aspectos do seu funcionamento interno julga serem os mais importantes para melhorar o seu desempenho? (Para cada um dos aspectos, assinale com um X na coluna respectiva).**

	(1) Muito importante	(2) Importante	(3) Pouco Importante
13.1. Mais formação profissional			
13.2. Melhor formação profissional			
13.3. Mais troca de experiências com outros técnicos			
13.4. Melhores remunerações			
13.5. Melhor ambiente de trabalho			
13.6. Maior participação nas decisões			
13.7. Alargamento dos quadros técnicos			
13.8. Profissionalização do pessoal dirigente			
13.9. Melhor relação com os colegas			
13.10. Melhor capacidade de gestão			

**14. Suponha que tinha necessidade de definir uma – e apenas uma – prioridade no sentido de melhorar o funcionamento da sua instituição. De entre as seguintes hipóteses qual delas escolheria? (Escolha apenas uma, assinalando-a com um X o quadrado respectivo)**

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

14.1. Melhorar a formação e satisfação de técnicos e voluntários, já que deles depende, em grande parte, o sucesso do trabalho da Instituição	
14.2. Aumentar, de imediato, a intervenção e participação junto dos beneficiários, actuais e potenciais, de forma a consolidar e alargar a Instituição	
14.3. Melhorar os equipamentos ao dispor da Instituição e dos seus beneficiários já que sem bons equipamentos não é possível desenvolver um bom trabalho	
14.4. Criar mecanismos e instrumentos de animação das instituições e dos tecidos sociais da região ou do local onde se situam	

### III – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS NA ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO DA INSTITUIÇÃO

**15. Quais são os problemas sociais que identifica na área geográfica de intervenção da Instituição?**

*(Classifique os problemas referidos tendo em conta o seu grau de gravidade, admitindo: 1- não existência do problema, 2- pouco grave, 3- grave, 4- muito grave e 5- bastante grave)*

	1	2	3	4	5
15.1. Desemprego					
15.2. Pobreza					
15.3. Violência Familiar					
15.4. Delinquência					
15.5. Alcoolismo					
15.6. Toxicodependência					
15.7. Problemas habitacionais					
15.8. Outros. Quais?					

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**16.A** quais destes problemas responde prioritariamente a Instituição através das suas acções? *(Escolha apenas duas opções)*

16.1. Desemprego	
16.2. Pobreza	
16.3. Minorias Étnicas	
16.4. Violência Familiar	
16.5. Delinquência	
16.6. Alcoolismo	
16.7. Toxicodependência	
16.8. Problemas habitacionais	
16.9. Outros. Quais?	

**17.** Qual (Quais) a(s) forma(s) utilizada(s) pela Instituição para detectar os problemas sociais ?

17.1. Através de estudos ou investigação	
17.2. Por dados provenientes de fontes exteriores à Instituição (ex., estatísticas, estudos, etc.)	
17.3. Contacto directo com a população	
17.4. Solicitações directas da população	
17.5. Outras. Quais?	

**18.** Como é que a Instituição avalia a sua actuação em relação aos problemas identificados? *(Escolha apenas uma, assinalando-a com um X o quadrado respectivo)*

18.1. Tem contribuído de forma decisiva para a resolução dos problemas	
18.2. Tem tido um papel positivo na resolução dos problemas	
18.3. Nas actuais condições não podia fazer melhor	
18.4. Há muita coisa a melhorar para contribuir de forma significativa para a resolução de problemas	
18.5. Pouco contribui para a sua resolução	

#### IV – DESENVOLVIMENTO E FORMAS DE ACTUAÇÃO, DE TRABALHO E INTERVENÇÃO

**19. Das seguintes instituições e organizações, indique aquelas com as quais a Instituição trabalha e colabora e explicita de que forma se produz esse trabalho e colaboração.**

Instituições/Organizações	Trabalho/ Colaboração		Tipo de Trabalho /Colaboração (ver Legenda* que se segue)						
	SIM	NÃO	A	B	C	D	E	F	G
<b>19.1. A nível local</b>									
19.1.1. Câmara Municipal									
19.1.2. Junta de Freguesia									
19.1.3. Santa Casa da Misericórdia									
19.1.4. Outras IPSS									
19.1.5. Associações de Desenvolvimento Local									
19.1.6. Outras associações sem fins lucrativos									
19.1.7. Serviços Locais de Segurança Social									
19.1.8. Centros de Saúde									
19.1.9. Centros de Emprego									
19.1.10. Estabelecimentos Educativos									
19.1.11 Rede Social									
19.1.12. Outros organismos públicos									
<b>19.2. A nível regional/nacional</b>									
19.2.1. Comissão de									

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

Coordenação Regional									
19.2.2. Direcção Regional de Educação									
19.2.3. Centro Regional de Segurança Social									
19.2.4. Administração Regional de Saúde									
19.2.5. Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza									
19.2.6. IEFPP									
19.2.7. Instituto Português da Juventude									
19.2.8. União das Mutualidades									
19.2.9. União das Misericórdias									
19.2.10. União das IPSS									
<b>19.3. A nível internacional</b>									
19.3.1. Comissão Europeia									
19.3.2. Organização Mundial de Saúde									
19.3.3. Organizações congéneres									
19.3.4. EAPN									
19.4. Outras. Quais?									

**\*Legenda: A** – Intercâmbio de Informação

**B** -Troca/Cedência/Usufruto permanente de espaços e equipamentos

**C** – Colaboração pontual em projectos de intervenção social

**D** – Colaboração/Desenvolvimento regular de projectos

**E** – Acordos de Cooperação

**F** – Parcerias em grupos de trabalho e acção social (ex. CLA)

**G** – Outra. Qual?

**20. Para a concretização de acções que visam a resolução de problemas sociais, as ONG's de solidariedade social necessitam de captar e gerir recursos. Qual é na sua opinião, a forma como estas Instituições têm captado os recursos necessários à sua actividade. (Escolha apenas uma, assinalando com um X o quadrado respectivo)**

20.1. Tudo o que têm feito é com apoios do Estado	
20.2. Geram recursos para atacar os problemas sociais	
20.3. Permitem formas de gestão dos recursos mais adequadas e baratas que o Estado	
20.4. Geram recursos, gerem-nos bem, mas não dispensam o apoio do Estado	

**21. Quais são as principais fontes de financiamento da Instituição?**

**21.1. Estado** ☐

**21.2. Fundos Estruturais / Comunitários** ☐

21. Outras. Quais?

---

**22. São vários os meios necessários ao desenvolvimento do trabalho das ONG's de solidariedade social. No entanto, de uma forma geral, nem todos estão ao dispor das instituições. Quais são, na sua opinião, as três principais necessidades sentidas actualmente pela sua Instituição? (Ordene-as pela sua importância escrevendo no respectivo quadrado os números 1 para a primeira, e 2 para a segunda e 3 para a terceira).**

22.1. Recursos financeiros	
22.2. Equipamentos	
22.3. Meios humanos para o funcionamento de novos equipamentos	
22.4. Formação de pessoal voluntário e de técnicos	
22.5. Debates e estudos para aprofundar conhecimentos	
22.6 Publicações / Biblioteca	
22.7. Meios de divulgação do trabalho em curso e dos objectivos da Instituição	
22.8. Meios técnicos para o desenvolvimento de novos projectos e acções inovadoras	
22.9. Articulação/Parceria com outras instituições que intervêm nas mesmas áreas	
22.10 Outra. Qual?	



**23. Qual é a opinião da Instituição sobre o apoio financeiro do Estado?**

*(Escolha apenas uma assinalando com um X o quadrado respectivo)*

23.1. O Estado deve reforçar os seus apoios à acção social já que aqueles que disponibiliza actualmente são manifestamente insuficientes para que as ONG's possam desenvolver o seu trabalho como o gostariam de fazer.	
23.2. O Estado não cobre – nem pode cobrir todas as necessidades do sector, pelo que as ONG's devem procurar fontes de financiamento alternativas e desenvolverem formas inovadoras de captação de recursos.	

**24. A instituição desenvolve ou participa em projectos no âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários?**

24.1. Sim ☐

24.2. Não ☐

**Se responder Não, passe à Questão n.º 26**

**25. Identifique os projectos, os programas que os enquadram, o tipo de participação da Instituição, a área de intervenção, o público-alvo e a sua duração. (Referir apenas os projectos a decorrer actualmente)**

Projecto	Programa	Tipo de Participação		Área Geográfica de Intervenção	Público-alvo	Duração
		Promotor	Parceiro			

**26. Explique o(s) motivo(s) que justifica(m) a não participação/promoção por parte da Instituição em projectos no âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários:**

26.1. Inaccessibilidade a informação relativa aos programas	
26.2. Os objectivos dos Programas não se coadunam com os objectivos da Instituição	
26.3. A Instituição não possui meios (técnicos, financeiros, etc.) para desenvolver projectos no âmbito de Programas	

**26.4. Outras razões. Quais?**

---

---

---

**27. Independentemente da razão atrás referida, a Instituição estaria interessada em desenvolver Projectos no âmbito dos Programas Nacionais/Comunitários?**

☐

**27.1. Sim**

☐

**27.2. Não**

**28. Se respondeu SIM à Questão n.º 27, estaria interessada funcionar como:**

**28.1. Promotora e única entidade**

☐

**28.2. Promotora em parceria com outras instituições**

☐

**28. Em parceria com outras instituições**

☐

**29. Se respondeu NÃO à Questão n.º 27, justifique:**

---

**30. Os meios humanos ao dispor de uma Instituição são importantes para o sucesso do seu trabalho. Se fosse possível optar entre as hipóteses, qual**

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

**delas escolheria no sentido de melhorar os meios humanos ao dispor da sua instituição? (Escolha apenas uma assinalando com um X o quadrado respectivo)**

30.1. Aumentaria o número de técnicos	
30.2. Alargaria a rede de voluntários	
30.3. Manteria o actual quadro de técnicos e de voluntários, promovendo, se necessário, acções de formação adequadas	

**31. A Instituição está dotada de meios informáticos?**

**31.1.** Sim e são suficientes

**31.2.** Sim mas são insuficientes

**31.** Não

**32. São diversas as opiniões sobre o futuro das ONG's de solidariedade social. Qual a sua opinião acerca de como vai realmente evoluir o funcionamento e o papel das ONG's de solidariedade social no nosso país e no desempenho das suas actividades**

	(1) Concordo	(2) Concordo Parcialmente	(3) Discordo
32.1 O número de ONG's vai aumentar			
32.2 O seu número vai manter-se mais ou menos estável			
32.3. Vão aumentar a sua influência na definição das políticas sociais			
32.4. Vão aumentar a sua capacidade na resolução dos problemas sociais			
32.5 Vão estar cada vez mas sozinhas na promoção e execução da acção social			
32.6 Vão substituir-se cada vez mais ao Estado			
32.7 Vão alargar o seu âmbito de intervenção a novas valência e áreas de actividade			
32.8 Cada vez mais as orientações na acção social vão ser definidas pelos critérios técnicos e menos pela boa vontade voluntarista			
32.9 Para se desenvolverem as ONG's devem dotar-se de mais e melhores meios e capacidade de gestão			
32.10 Tem tendência a desaparecer			

**V – REPRESENTAÇÕES SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL E FORMAS DE INTERVENÇÃO PARA A SUA ATENUAÇÃO OU RESOLUÇÃO**

**33. Na sua opinião, como evoluíram as situações de pobreza nos últimos cinco anos na sua zona de intervenção e no País? (Assinale com um X na primeira**

### *Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

coluna o que pensa ter acontecido na sua zona de intervenção e na segunda o que julga ter acontecido no País).

	(33.1) Na Zona	(33.2) No País
(1) Diminuíram		
(2) Ficaram mais ou menos na mesma		
(3) Aumentaram		

**34. E de que maneira pensa que as situações de pobreza evoluirão nos próximos cinco anos?** (Assinale com um X na primeira coluna o que pensa que acontecerá na sua zona de intervenção e na segunda o que julga que acontecerá no País).

	(34.1) Na Zona	(34.2) No País
(1) Tenderão a diminuir		
(2) Tenderão a manter-se		
(3) Tenderão a aumentar		

**35. Quais são os grupos sociais que a Instituição considera como sendo os mais vulneráveis a situações de exclusão social, actualmente?** (Ordene os grupos sociais tendo em conta o seu grau de vulnerabilidade aos problemas sociais referidos, admitindo: 1- não vulnerável, 2- pouco vulnerável, 3- vulnerável, 4- muito vulnerável e 5- bastante vulnerável)

	1	2	3	4	5
--	---	---	---	---	---

*Perfil das ONG de Solidariedade Social - Santarém*

35.1. Idosos					
35.2. Jovens à procura do primeiro emprego					
35.3. Mulheres					
35.4. Famílias monoparentais					
35.5. Famílias extensas					
35.6. Deficientes					
35.7. Desempregados					
35.8. Trabalhadores em situação de trabalho precário					
35.9. Trabalhadores com baixos salários					
35.10. Toxicodependentes					
35.11. Alcoólicos					
35.12. Doentes crónicos					
35.13. Imigrantes					
35.14. Grupos étnicos					
35.15. Outros. Quais?					

**36. A quem cabe uma maior responsabilidade pela resolução dos problemas sociais?** *(Escolha apenas uma assinalando com um X o quadrado respectivo)*

36.1. Estado	
36.2. União Europeia	
36.3. Sociedade Civil	
36.4. Autarquias	
36.5. Partidos Políticos	
36.6. Empresas	
36.7. Sindicatos	
36.8. Igreja (s)/ Confissões Religiosas	
36.9 Outros	

**37. Quais considera que devem ser os beneficiários directos preferenciais da intervenção social desenvolvida pelas Instituições?** *(Escolha apenas uma assinalando com um X o quadrado respectivo)*

37.1. As Instituições que intervêm socialmente devem dirigir preferencialmente a sua actuação para os grupos socialmente mais desfavorecidos ou em situações de risco.	
37.2. As Instituições que intervêm socialmente devem dirigir preferencialmente a sua actuação para a população em geral.	

**38. De entre as opções que lhe são apresentadas assinale qual a forma de actuação que a Instituição considera como a mais adequada ao combate à exclusão social. (Escolha apenas uma assinalando com um X o quadrado respectivo)**

38.1. A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida localmente, de acordo com as especificidades da comunidade, e ser desenvolvida pelas instituições de âmbito similar existentes, de forma individualizada, segundo a área e a população específica com que trabalham.	
38.2. A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida localmente, de acordo com as especificidades da comunidade, e ser desenvolvida pelo trabalho conjunto, em rede e em parceria, das Instituições de âmbito similar existentes.	
38.3. A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida globalmente (ao nível nacional e internacional), de forma especializada, segundo a área de trabalho das várias instituições de âmbito similar.	
38.4. A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida globalmente através de um trabalho em rede e em parceria com as várias instituições existentes.	
38.5. A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida para o local, tendo em conta a envolvente global, para que o trabalho a ser desenvolvido, em rede, pelas várias instituições e actores sociais seja convergente no sentido de consubstanciar políticas sociais sólidas e melhor adequadas às várias realidades existentes.	

**39. No caso de não concordar com estas formas de actuação, qual considera ser a forma mais adequada ou formas complementares às anteriormente mencionadas?**

---

---

---

---

---

---

**40. Observações**

---

---

---

---

---

---

**Muito obrigado pela colaboração!**